



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ata nº 4/2024-----

-----3ª Sessão Ordinária de 2024 – 1ª Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 28 de junho de 2024 -----

-----Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a Presidência da sua Presidente, Excelentíssima Senhora **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, Primeiro Secretário e **José Júlio de Jesus Ferreira**, p'la Segunda Secretária da Mesa.-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Ana Sónia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Cristiano Damaso Malha Gregório	Partido Socialista
José Luis Mateus Barbudo	Partido Socialista
António Alves Alferes Pereira	Partido Socialista
Nuno Filipe Marcelo Monteiro	Partido Socialista
Miguel Nuno Candeias Martinho	
Filipe Santos Secretario da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Filipe de Jesus Baptista Vogal do Executivo da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes Presidente da Junta de Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista
Carlos Eduardo Gouveia Martins	Partido Social Democrata
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge da Silva Viana	Partido Social Democrata
Bruno Miguel Lourenço Candeias	Partido Social Democrata



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente
Luis Filipe Lourenço Alves Custódio	CHEGA
Jorge Daniel Alves Carneiro de Melo	CHEGA
Rui Alberto Pires	CHEGA
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco de Esquerda
Marilu Veiga Correia Batista Santana	Bloco de Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes Sousa Vales de Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
César Rodrigo Simões Valente	PAN

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Pedro Jorge Marques Moreira	1 dia	28/06/2024	José Luis Mateus Barbudo
PS	Andreia Filipa Muchacho de Sousa	1 dia	28/06/2024	Alzira Maria Maças Calha
PS	Alzira Maria Maças Calha	1 dia	28/06/2024	João Pedro Marreiros Rosa
PS	João Pedro Marreiros Rosa	1 dia	28/06/2024	Paulo Jorge Riscado
PS	Paulo Jorge Riscado	1 dia	28/06/2024	Maria de Lurdes Montêz Reis
PS	Maria de Lurdes Montêz Reis	1 dia	28/06/2024	António Alves Alferes Pereira
PS	Marina de Carvalho Esteves	1 dia	28/06/2024	Dário José Pereira dos Reis
PS	Dário José Pereira dos Reis	1 dia	28/06/2024	Ana Isabel Gonçalves Vieira
PS	Ana Isabel Gonçalves Vieira	1 dia	28/06/2024	João Ramos Catarino
PS	João Ramos Catarino	1 dia	28/06/2024	Avelino Borges Varela
PS	Avelino Borges Varela	1 dia	28/06/2024	Ana Catarina Martins Sousa



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



PS	Ana Catarina Martins Sousa	1 dia	28/06/2024	Nuno Filipe Monteiro
PS	Sheila Gassin Tomé	1 dia	28/06/2024	Luis Carlos Costa Paiva
PS	Luis Carlos Costa Paiva	1 dia	28/06/2024	Ana Filipa da Cruz Correia
PS	Ana Filipa da Cruz Correia	1 dia	28/06/2024	Paulo Fernando Silva
PS	Paulo Fernando Silva	1 dia	28/06/2024	Márcia Filipa Nunes Duarte
PS	Márcia Filipa Nunes Duarte	1 dia	28/06/2024	Miguel Nuno Martinho
Chega	Paulo Jorge Nascimento Canha	1 dia	28/06/2024	Patrícia Alexandra Ferro
Chega	Patrícia Alexandra Ferro	1 dia	28/06/2024	Jorge Daniel Alves Melo
Chega	Mário Nelson Espinha	1 dia	28/06/2024	Rodrigo Jorge Jeremias
Chega	Rodrigo Jorge Jeremias	1 dia	28/06/2024	Anabela Henriques Chaves
Chega	Anabela Henriques Chaves	1 dia	28/06/2024	Rui Alberto Pires
PSD	Raquel Gonçalves Bernardino	1 dia	28/06/2024	Ricardo Jorge Silva Viana
PSD	Américo da Conceição Mateus	1 dia	28/06/2024	Bruno Miguel Candeias
BE	Marco Paulo Rodrigues Pereira	1 dia	28/06/2024	Marilu Veiga Santana
PAN	Daniela Marlene Duarte	1 dia	28/06/2024	Ricardo Nuno Cândido
PAN	Ricardo Nuno Cândido	1 dia	28/06/2024	César Rodrigo Valente

-----Apresentaram pedido de representação, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do artigo 18º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, o seguinte membro: -----

Força política	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Ivo Miguel Inácio Carvalho	1 dia	28/06/2024	Filipe de Jesus Batista
PS	Maria da Luz Santana Nunes	1 dia	28/06/2024	Filipe Santos

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Isilda Vargues Gomes	Presidente – Partido Socialista
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa Dos Santos	Vereadora – Partido Socialista
José Pedro Cardoso	Vereador – Partido Socialista



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Sandra Pereira	Vereadora – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleira Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA
Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador – Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----Quando eram vinte e uma horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **3ª Sessão Ordinária de 2024**, cumprimentando todos os presentes e dando a palavra à senhora Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que se lhe derem licença, ela queria entregar uma carta à senhora Presidente e, portanto, pede-lhes então só um minuto para lhe entregar a carta. Muito obrigada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, «Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Portimão», dispenso-me de dar a identificação, «no seguimento da minha eleição para o parlamento europeu, venho junto de vossa excelência, apresentar o meu pedido de renúncia do cargo de Presidente da Câmara Municipal de Portimão, com efeitos a partir do dia 1 de julho de 2024. -----

----- Cumpre-me agradecer a vossa excelência e aos restantes membros desta mui digna Assembleia todo o apoio e a solidariedade demonstradas ao longo do mandato. -----

----- Os cargos passam, mas as pessoas ficam e isso é inquestionavelmente o mais importante. Portimão e os portimonenses poderão sempre contar comigo. Esteja onde estiver, Portimão é a minha terra, da qual muito me orgulho e à qual muito devo. -----

----- Com os meus melhores cumprimentos, a Presidente Isilda Vargues Gomes». Senhora Presidente, faça favor. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, se a senhora Presidente então me dá licença, só vos vou roubar dois minutos, porque a seguir vou ter que sair também e queria repetir aquilo que disse na carta que dirigi à senhora Presidente da Assembleia. -----

----- Foi uma honra trabalhar convosco, foi uma honra estar aqui nesta Assembleia Municipal, obviamente que nem sempre estivemos do mesmo lado e nem sempre concordámos, mas a democracia é isso mesmo, é discutirmos cada um as suas questões e os seus pontos de vista e depois quem tem que tomar decisões, tomá-las obviamente, que é isso que implica a democracia e dizer-vos que apesar de ser algo que eu quis, à



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



qual me candidatei obviamente depois do convite formulado, convite que não aceitei há cinco anos, mas que resolvi aceitar agora, porque estou no final do mandato. Quero dizer-vos que guardo uma muito boa lembrança, muito boa recordação dos debates que aqui tivemos, alguns bem acalorados, mas que não deixaram de ser importantes para a democracia e para o bem-estar dos portimonenses. São os portimonenses que nos devem fazer mover, são os portimonenses que nos devem fazer trabalhar cada vez mais em prol do seu bem-estar e, portanto, eu estou muito grata a todos aqueles que aqui estão, que aqui estiveram e que naturalmente nos outros mandatos já não estão aqui, ficaram para trás. Também àqueles que não estão hoje presentes, estendo também os meus agradecimentos e dizer-vos que hoje não tem sido um dia fácil para mim. Apesar de tudo, e eu costumo dizer que apesar de às vezes parecer que tenho assim uma carapaça dura, a verdade é que por baixo dessa carapaça existe uma mulher, existe um coração, existem sentimentos e existe tudo o mais que faz parte do ser humano e que nos torna pessoas vulneráveis obviamente, porque nenhum político é super-homem ou super-mulher. Se alguém achar que assim é, está errado, está a fazer um trabalho errado e, por outro lado, está também a dar uma ideia completamente errada, porque não há super-mulheres, não há super-homens, não há super-políticos. Há pessoas com defeitos, com qualidades. -----

----- Errei muitas vezes com certeza, também fiz muita coisa correta com certeza, mas pronto é disto que a vida é feita e sobretudo a vida de um político. E dizer-vos que tenho muito orgulho em naturalmente ir para o parlamento europeu, dizer-vos já agora que vou ficar com as comissões EMPL, que é Emprego, Ação Social e Habitação, portanto uma delas. A outra é a CULT, que é Cultura, Educação e Juventude, e depois fico também na Eurolat, na delegação do Eurolat, que são as relações entre a Europa e a América latina. Portanto, espero não vos deixar ficar mal, espero não deixar ficar mal os portimonenses, espero estar à altura de todos os que aqui estão e de todos aqueles que se hão-de seguir e de todos aqueles que já passaram por aqui. Mais uma vez, muito grata por aquilo que me ensinaram, porque em todas as assembleias municipais aprendi sempre algo e, portanto, aprendemos todos os dias uns com os outros e é assim que crescemos e é assim que conseguimos ser melhores, se tivermos essa capacidade e a humildade de sabermos que não sabemos tudo e que os outros têm muito para nos ensinar. Portanto, muito obrigada a todos, desejo-vos as maiores felicidades, o vosso empenho que têm tido até aqui e que continuem a tê-lo até ao final do mandato e depois obviamente o povo dirá. É assim que a democracia funciona. Portanto, muito obrigada senhora Presidente, muito obrigada senhores membros da Assembleia Municipal, obrigada aos colegas que não tive oportunidade de me despedir, os colegas do executivo, não tive oportunidade de ir a uma reunião do executivo para me despedir, mas fica aqui também a minha gratidão e naturalmente o meu reconhecimento por aquilo que fizeram, por aquilo que me deram e por tudo aquilo que representaram na minha vida, porque na minha vida, quem passa pela minha vida deixa sempre alguma coisa, não fica vazio, há sempre alguma coisa que me deixa. Muito obrigada a todos e quando quiserem ir a Bruxelas, ir ao parlamento europeu, obviamente estarei disponível para vos receber com todo o carinho e com toda a amizade. Obrigada a todos.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que queria referir que o senhor vereador a propósito da sua referência, o senhor vereador Rui André referiu-me que estava ligeiramente atrasado, mas que vai chegar ainda durante esta Assembleia. Queria, a propósito das suas últimas palavras, agradecer-lhe enquanto Presidente da Assembleia Municipal todo o trabalho desenvolvido nos três últimos mandatos como Presidente da Câmara Municipal de Portimão, não esquecendo o seu desempenho como vereadora. -----

----- Reconheço por experiência pessoal as dificuldades enormíssimas que enfrentou na resolução dos difíceis problemas de endividamento do município e de forma particular no primeiro mandato. No entanto, assumiu sempre a dimensão social como uma das suas marcas distintivas enquanto autarca e acabou de referi-lo agora e até nas suas novas funções enquanto deputada ao parlamento europeu, concretamente no apoio ao associativismo e às famílias mais desfavorecidas. -----

----- A informação escrita de hoje e os assuntos agendados na ordem de trabalhos comprovam-no, Portimão é uma cidade que tem boa memória e por esse facto não se esquecerá do contributo inestimável de vossa excelência para a melhoria e reconhecimento do bom nome do município. Temos hoje as contas certas e devemos-lo a si, senhora Presidente. -----

----- Foi e é Presidente dos autarcas socialistas, foi e é Presidente da Comissão NAT do Comité das Regiões, pelo menos até agora deve ser, cargos que desempenhou dignificando os autarcas portugueses e em particular o município de Portimão. -----

----- Será certamente uma excelente deputada ao parlamento europeu em representação de Portugal e concretamente e particularmente do Algarve, desta região que muito precisa, e terá como Presidente do Conselho Europeu um português que muito nos apraz também e é um orgulho para nós todos. -----

----- Espero continuar a contar com o seu apoio ao nível da Assembleia Municipal no desempenho das suas novas funções, com a mesma relação de solidariedade e confiança que existiu sempre durante este mandato, e não pelos outros porque eu não estava cá. -----

----- A esta casa que é dos portimonenses será sempre bem-vinda, muitas felicidades para a sua vida futura enquanto deputada ao parlamento europeu. Muito obrigada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, muito obrigada senhora Presidente, e agora se me dão licença, vou ausentar-me porque vou... -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, a senhora Presidente quer... -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, não, não, eu espero. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que a senhora Presidente é que sabe a vontade dela, portanto se espera, faça favor. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, muito obrigado, senhora Presidente, ainda senhora Presidente, ainda é Presidente, eu quero começar por dizer-lhe o seguinte. Tenho pena, e a minha pena é sincera e quero aqui manifestá-la, porque como sabe não sou hipócrita, só tenho uma cara não tenho duas, tenho pena que o registo da humildade que usou aqui hoje não tenha sido a marca destes, creio que onze anos mais ou menos que leva de Presidente, porque se a senhora Presidente tivesse tido essa postura de humildade, de ouvir, de dizer que quer aprender com os outros, em muitos debates que aqui tivemos, seguramente teríamos todos trabalhado mais e melhor em prol de Portimão, num ambiente pelo menos mais saudável do que aquilo que aconteceu. Portanto, dito isto, quero dizer que como deve imaginar não votei em si, mal seria, mas, portanto não é por isso que lhe deixo de desejar as maiores felicidades pessoais no cargo para onde vai, dizendo que é com uma nota de crítica, tenho que fazê-lo porque a senhora não cumpriu o mandato que lhe foi conferido pelos portimonenses. A senhora antes de terminar o mandato que lhe foi conferido, que foi para quatro anos não foi para três anos ou dois anos e qualquer coisa, a senhora traiu a confiança dos diretores de Portimão e optou, enfim, por um lugar quicá mais cómodo, mais agradável, se calhar com debates mais leves e não tão tempestuosos como aqueles que tinha aqui, por exemplo, nas assembleias municipais ou nas reuniões de Câmara e, portanto, fez uma opção que é a sua, mas que sendo legítima, sendo sua e legítima também nos merece, da nossa parte pelo menos uma crítica que também entendemos que é legítima e, portanto, lamentamos que a senhora realmente não tenha cumprido com o mandato que lhe foi conferido pelos portimonenses e lamentamos no fim a forma como o final do mandato foi exercido. Porque esta regressa e depois não regressa e depois volta a regressar para meter férias e depois volta, mas deixa de estar, mas depois vai voltar a estar outra vez, não abona propriamente em favor de um final de mandato que pensávamos nós seria mais tranquilo, até para quem vem a seguir. Dito isto, as maiores felicidades para si. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, como é um ponto atípico, vou-me só dirigir à senhora Presidente Isilda e dizer-lhe o seguinte. A política é uma coisa, as nossas vidas e as pessoas são outras e há muita vida, espero eu, de todos para lá do que aqui vivemos e começo pelo fim, desejar-lhe as melhores felicidades pessoais, com muita força a que nos habitou aqui em Bruxelas, porque acima de tudo é creio, a primeira portimonense que é eurodeputada e parabéns sinceros por isso de todos nós e acredite que ao fim do dia por maior ou menor discordância, todos gostamos de ter uma portimonense como eurodeputada, eu gosto, como também todos gostamos de ter um português presente no Conselho Europeu, como todos também gostaram de ter da Comissão Europeia um Presidente, como gostamos todos de ter um Presidente da ONU. -----

----- Queria-lhe dizer, desejando e sendo muito curto e pragmático, porque o resto falo consigo, sabemos que falamos para além e fora daqui, as pessoas não entendem e discordamos muito aqui e discordámos muito, mas dizer o seguinte. Foi, para mim e agora falo enquanto Carlos, não levem a mal, não é PSD, sou só autarca no meu segundo mandato, mas creio que na vida como no desporto e na política, todos gostamos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de entrar e ter, permitam-me esta analogia, mas jogos bons, difíceis. Eu recorro-me quando jogava futebol, gostava é do Portimonense – Olhanense, ou Portimonense – Farense, o resto também gostava, mas era diferente e acho que todos aprendemos seguramente, umas vezes com umas intervenções, outras vezes sendo corrigidos, mas por termos tido a possibilidade de ter, com todos os defeitos que aqui hoje elencou, e vou só focar-me nessa questão, todos somos bons e maus, mas nós tivemos de politicamente enfrentar porventura à data um dos pesos mais fortes políticos que o PS já teve na região, um dos melhores quadros que o Partido Socialista produziu em Portimão, que já teve vários e reconhecemos como o PSD teve, o CDS teve, os outros partidos tiveram. O PS em virtude das vitórias que foi tendo, foi acumulando mais quadros seguramente, mas a Isilda Gomes será sempre recordada como um dos quadros mais fortes pelo percurso político que teve, e eu a título pessoal tive a sorte de entrar logo num jogo grande a ter pela frente quando falava liderar nesta bancada pelo segundo mandato de Isilda Gomes, não me vou esquecer, não sei se serei autarca muito tempo com a sua longevidade, mas dizer que seguramente discordando muitas vezes, a maioria delas saibamos, mas não tem mal. É bom um dia ter a memória que quando se entra foi contra Isilda Gomes, com todo o respeito por todos os demais políticos que existem, mas foi bom, agradecer, desejar-lhe muito sucesso, muita felicidade, que tenha muita camaradagem dos seus companheiros eurodeputados portugueses e não só e que tenha muitos momentos de alegria também em família em Bruxelas como aqui teve. - -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do Bloco de Esquerda **Marilu Veiga Correia Batista Santana**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que por parte do Bloco desejam que tenha muito sucesso nas novas funções, uma boa e nova etapa. Uma mulher como a senhora sei que põe-se sempre de pé, sai, põe-se de pé porque nisso identificamo-nos e em nome pessoal muito obrigado pela ajuda que nos deu a mim e a quinze colegas quando lutámos contra um patrão que não nos pagava o ordenado. Sou grata toda a minha vida. Obrigada, tudo de bom. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que quer desejar as maiores felicidades para a senhora Presidente no novo cargo que vai ocupar e que realmente continue a lembrar-se dos portimonenses e lute pelo Algarve. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que é uma hora particularmente especial esta e, eles não poderiam deixar de manifestar a sua divisão interna, a divisão interna não é termos políticos bem entendidos, mas a divisão que corresponde à sua interioridade, porque por um lado a faceta da política tem demonstrado que não se recrutam governantes, uns na rua do inferno e outros no bairro dos anjos. Os políticos são recrutados na democracia, a democracia é isto mesmo, é adversidade política e é nela que nos vamos tornando homens e mulheres e é óbvio que o político e o pessoal muitas vezes confundem-se, porque nós somos multidimensionais, somos feitos de razão e a política é sobretudo isso, mas também somos feitos de emoções, de afetos, enfim, somos um mundo complexo e é óbvio que são momentos particulares estes. ---



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Eu não gostaria de deixar de verificar, de constatar que a humildade de que a nossa Isilda Gomes fala, é aquela que efetivamente teve a ver desde logo com o reconhecimento e a autocritica patente nos novos rumos, isto é, quando se preconizou dar uma volta à trajetória que o Partido Socialista tinha seguido na autarquia, e esta é desde logo uma tirada humilde, enfim, feita de uma tentativa de melhoramento da gestão, enfim, dos ímpetus gestionários desta Câmara. Portanto, foi todo um percurso feito de altos e baixos necessariamente, enfim, de encontros e desencontros, de apostas e desânimos, mas foi um curso, uma trajetória bem conseguida e estamos certos que amanhã todos valorizaremos isso. Nós somos um país necrológico, ou seja, temos uma tendência imensa para lisonjear ou fazer, enfim, subir ao altar os poetas mortos. Raramente nos confrontamos com apreço aos vivos e é nesse sentido que vale a pena dizer que é importante passarmos uns pelos outros deixando uma vida coletiva socialmente melhor e a Isilda Gomes sempre teve essa preocupação e isso foi de notar mesmo em períodos de crise imensa, crise social que nós vivemos e, portanto, é este um contexto que marca a vida do político, neste caso de uma política, mas também de uma pessoa que deixa sem idolatrias, porque não há heróis, nós somos um coletivo de pessoas e todos contribuíamos de certa maneira para a melhoria do nosso bem-estar, mas há pessoas que se destacam pela liderança naturalmente e pela condução da nossa vida coletiva a níveis mais altos, e é neste contexto que eu gostaria obviamente de respeitar esta liberdade e obviamente manifestar também este orgulho em ter uma deputada do Algarve a nível europeu. Frisar mais uma vez, que nós não sofremos de bairrismo serôdio e, portanto, não é por acaso, enfim, quando ouvimos críticas a este respeito assim, «ah!, mas ela não é do Algarve, é da Beira». Muito bem, ela é portuguesa, ela tem sido uma fonte de tração, uma alavanca, é uma pessoa de facto cheia de energia, cheia de vontade, cheia de dedicação e independentemente de tudo o mais, o que eu diria, não sei se traduzindo o sentido da bancada do Partido Socialista se não, é de que por favor ao longo da sua vida não se acerque de S menos, perceba nas pessoas críticas o valor que elas efetivamente podem ter para si. Disse tudo, muito obrigado, muito obrigado, senhora Presidente por ter a paciência também de me ouvir estas intelectualizes meio parvas, mas efetivamente foi o que me ocorreu e foi esse o meu sentido. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que agradece todas as intervenções que foram feitas, não havendo mais intervenções, vamos respeitar a palavra da senhora Presidente, faça favor. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, sim, muito obrigada então a todos mais uma vez e muitas felicidades e muita saúde sobretudo para todos. Muito obrigada, até breve. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, cumpre-me agora anunciar na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal de Portimão nesta primeira reunião da terceira sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, e isto é uma formalidade legal que eu tenho que cumprir, perante a renúncia da senhora Presidente, que a Exma. Senhora Dra. Isilda Gomes na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Portimão, me comunicou por escrito na presença de todos no início



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



desta sessão, a renúncia ao exercício das suas funções como consequência da sua eleição como deputada do parlamento europeu integrada na lista do Partido Socialista no dia 9 de junho. O Exmo. Senhor Vice-Presidente Álvaro Bila, pelo facto de ser o cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista do Partido Socialista, que foi candidato à Câmara Municipal de Portimão nas últimas eleições autárquicas, passa a exercer as funções de Presidente da Câmara Municipal de Portimão a partir do dia 1 de julho, assumindo em plenitude as suas funções. Desejo-lhe as maiores felicidades e sabe que contará sempre com colaboração desta Assembleia Municipal no exercício das exigentes funções que se avizinham de Presidente da Câmara Municipal de Portimão. As minhas maiores felicidades e desejo-lhe o resto de um bom mandato. Obrigada.

----- Desta declaração será depois extraída uma certidão que eu enviarei na segunda-feira ao senhor Presidente já em exercício de funções, para que depois cumpra aquilo que tem que cumprir, que é todas as delegações de competências, porque com a renúncia caem todas as competências delegadas pela senhora Presidente e, portanto, terá essa responsabilidade a partir de segunda-feira e, portanto, receberá logo no início da manhã a respetiva certidão para poder cumprir as formalidades legais todas que a lei exige. Muito obrigada. -----

----- Em seguida, começou por explicar que foi rececionada três inscrições, para o **ponto 1) da ordem de trabalhos, designado para a intervenção dos cidadãos.** -----

----- Assim, começou por conceder o uso da palavra, ao primeiro cidadão inscrito, **Paulo Maio**, cuja intervenção se transcreve na íntegra: «Boa noite a todos. Boa noite aos membros da Assembleia, aos senhores vereadores, aos cidadãos e já agora desejar boa sorte, pronto, a partir de segunda-feira para o nosso novo Presidente desta cidade. O meu nome é Paulo Maio pertence à Associação Cívica a "Cidade da Participação". E queria aqui indagar sobre um processo, que até foi uma promessa eleitoral da Senhora Ex-Presidente Isilda no dia treze de outubro de dois mil e vinte e um, na qual, esta cidade iria ter uma revolução nos espaços verdes. E, era indagar sobre a criação do parque urbano do Barranco do Rodrigo, que já agora, está no plano de ação para as infraestruturas verdes e biodiversidade no Algarve, como criação do corredor ecológico parque urbano, na zona do Plano de Pormenor do Barranco do Rodrigo, preferencialmente com ligação à área adjacente a norte e à zona do Vau. Sei que houve uma hasta pública no final do ano passado e era um pouco para indagar, como é que está este processo, porque julgamos nós, que falta espaços verdes a esta cidade, falta um pulmão verde a esta cidade como do pão para a boca. Como também faltam artérias que liguem esse pulmão a outros espaços verdes, que também já agora estariam aqui prometidos à altura, como o parque ambiental do Bom Retiro, a requalificação dos jardins Gil Eanes e do Jardim Sárrea Prado. Boa noite. Obrigado.»-----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que pensa que essa resposta será dada pelo executivo e se houver oportunidade hoje provavelmente também será dada, no âmbito da informação escrita poderá ser dada. Senão, será dada por escrito mais tarde. Está bem? -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Em seguida, concedeu o uso da palavra, à segunda cidadã inscrita, **Marta Costa** cuja intervenção se transcreve na íntegra: «Boa noite a todos, na última Assembleia que estive, falei na Praia do Alemão, falei no João D' Arens e venho novamente falar sobre isso, também pertença à "Cidade da Participação". Nós somos cidadãos muito importantes com esta história de, termos uma cidade com qualidade, termos uma cidade com espaços verdes, temos uma costa ainda um bocadinho com preservada, digamos assim, porque toda a Costa de Portimão, se não for ali Alvor e Ferragudo, toda a Costa de Portimão está pejada de edifícios. E o que nós queremos mesmo muito defender é esta última janela verde, que existe ainda ali na praia do alemão, então há muitos rumores, já à já coisas, já documentos cá fora que indicam que poderá existir ali uma urbanização, um aldeamento. -----

E nós queremos indagar exatamente, como é que na última Assembleia que viemos aqui e a Presidente, Isilda disse que não estava para lá nada projetado. -----

E como é que agora é surgiu este, esta alteração do licenciamento? Queremos perguntar isso? E queremos também aqui deixar uma solução para aquele espaço. Na altura eu falei também do plano de ação da CCDR. O Município de Portimão pelos meus maravilhosos colegas biólogos que estão aqui e que eu admiro muito. Eles, deram uma solução para aquele espaço que é um corredor ecológico do João D'Arens, o João D'Arens está na continuidade com a Praia do Alemão, ou seja, toda aquela zona cársica é muito sensível e tem valores botânicos e valores geológicos muito elevados. O (*Cynomorium coccineum*), que é uma planta parasítica que só existe naquela Costa naquelas falésias, é uma planta que vêm até colegas meus de Oxford cá para fotografar aquela planta e ver as populações. Eu própria estou a fazer a monitorização daquelas plantas parasíticas parecem uns cogumelos. -----

Eles têm um nome cómico de Piça-de-Mouro, porque são umas plantas que só existem mesmo ali, na zona de Lagoa e em mais nenhum local de Portugal. E isto indica que quê? Que nós temos de preservar aquela zona e a par das Alagoas Brancas que nós agora, fizemos um trabalho incrível com a Autarquia e com mais associações como a LPN, a GEOTA, a SPEA nós conseguimos que aquela zona fosse preservada com trabalho conjunto de cidadãos, associações e Autarquia. Nós queremos aqui deixar o repto para trabalhar com a Autarquia para preservar aquela zona ao máximo. Porque é a última janela verde de Portimão. Eu, além de bióloga, também tenho um Hostel. Tenho aqui, muitos clientes que dizem onde há zonas para visitar. Eu digo sempre esta zona, digo sempre Ferragudo, digo sempre Alvor e eu quero mesmo que esta zona fique preservada sem urbanizações. Por favor! Nós estamos aqui, somos cidadãos, queremos um parque urbano verde. Nós queremos mais espaços verdes. A nossa cidade tem que, ficar preparada para as alterações climáticas. Temos um PIAAC - AMAL que temos de respeitar. E a "Cidade da Participação" está pronta para trabalhar com os municípios nesta mesma matemática, que é a resiliência das cidades, cidades inteligentes, cidades verdes. E era só para deixar aqui que estamos preparadíssimos para trabalhar convosco neste sentido. OK? obrigada.» -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Em seguida, concedeu o uso da palavra, à terceira cidadã inscrita, **Lucinda Caetano** cuja intervenção se transcreve na íntegra: «Olá, boa noite a todos. Parabéns ao Bila pelo nosso, pelo seu novo cargo de Presidente. -----

E estou aqui também pela “Cidade da participação”. -----

E para falar do mesmo assunto que a Ana Marta falou que tem a ver com o loteamento Vale da Rocha, Vale da Rocha. Sim, que na verdade, para mim, parece-me ter havido um equívoco da Câmara, porque, para além de todas essas questões paisagísticas e o facto de ser a continuidade enquanto unidade de paisagem territorial do João D’Arens, o alvará está caducado e está caducado. Ele é de oitenta e nove, está caducado porque ele não cumpria o PROT Algarve de 91 nós estamos em dois mil e vinte e quatro. -----

E agora estamos a ressuscitar um cadáver fazendo uma alteração a um loteamento caducado, o que me parece uma coisa do outro Mundo. Seja como for alerta, mais uma vez que, para além da questão da legalidade, estamos a tratar de uma situação que, que do ponto de vista paisagístico, é bastante complicada, porque é também uma zona cársica, tal qual João D’Arens há, há problemas de segurança de pessoas e bens. E, para além disso, estamos a construir em cima de Dunas e Falésias. E numa zona que está dentro da reserva ecológica e dentro do corredor de proteção do PROT ao litoral, ou seja, uma zona que não pode haver construção em hipótese alguma. Peço a vocês, enquanto entidade fiscalizadora da Câmara, que façam alguma coisa, que pare este processo, que eu acho que é realmente muito preocupante. Obrigada. -----

-----Nós vamos mandar por e-mail um documento que preparamos, que, entretanto, já tentamos sensibilizar a CCDD a RH, o ICNF, para todas essas questões ambientais que nos preocupam. Para além disso é agradecer a vossa atenção. Obrigada.» -----

----- Ficou com o uso da palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que em primeiro lugar quer agradecer estas preocupações das três pessoas que falaram por Portimão. Porque na realidade também aquilo que pretendemos e quanto ao primeiro assunto que é o parque urbano, o parque urbano o que vamos querer fazer é mandar o plano abaixo, porque como não existiram concorrentes, agora vamos mandar o plano abaixo que é para só sair de lá daquele terreno o parque urbano e o campus universitário. É isso que já assumimos aqui, é isso que já assumimos em reunião de Câmara também e é isso que vamos querer fazer. -----

----- Quanto ao João D’Arens, também vamos estar todos de acordo e, portanto, enquanto o município puder que aquela janela continue, continue mas também com mais condições para que os portimonenses e quem nos visita possam passear, porque também acho que deve de ter um passadiço que ligasse até Alvor, porque acho que deve de haver uns melhoramentos ali, mas isso podemos trabalhar depois em conjunto e dado que também vão mandar um e-mail, então depois faremos chegar as nossas respostas e as nossas propostas que é isso que também queremos fazer. Apesar do terreno não ser nosso, não é como o caso do barranco do Rodrigo. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Quanto à urbanização da praia do Alemão que tanto se tem falado, nesta última semana, porque até aqui não estava inteirado do assunto, o que entrou foi um pedido de alteração ao alvará e por isso aquela publicação, mas os serviços agora estão a analisar, está chumbado e, portanto, à partida é para continuar, porque se for essa que os técnicos e dentro da lei também, é isso que vai continuar, porque até está caducado como bem disse e, portanto, não vai ter condições para avançar à partida, mas é isso que estamos, que os técnicos e o senhor vereador José Cardoso neste momento está a analisar, mas depois passaremos as respostas e podemos também articular reuniões de trabalho em conjunto para que possamos depois ter mais ideias para Portimão e acho que com todos juntos poderemos então desenvolver muito melhor o nosso território e é isso que todos pretendemos. Obrigado, senhora Presidente. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, agradeceu a intervenção e informou que iriam entrar no período antes da Ordem do Dia, começando por colocar à votação a ata nº. 13/2023 referente à 5ª Sessão Ordinária de 2023, realizada em 13 de dezembro de 2023. -----

-----**A ata nº 13/2023 foi aprovada por unanimidade dos presentes dessa reunião.** -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que gostaria agora de, antes de entrarem no período de antes da Ordem do Dia relativamente às moções, de em nome de todos os grupos... eu vou agora, cumpre-me a difícil tarefa também hoje de apresentar o voto de pesar pelo falecimento do advogado José Rodrigues Rosado. Vou fazê-lo em nome de todos os grupos partidários e da senhora deputada Independente com quem tive o cuidado de falar previamente. -----

-----Em seguida, informou que iria abrir o debate para a discussão e votação das **Moções/Propostas de Recomendação** apresentadas pelas várias bancadas, declarando abertas as inscrições relativamente, às **Moções/Propostas de Recomendação**, apresentadas pelas várias bancadas, declarando abertas as inscrições relativamente, ao **Voto de Pesar – “Pelo advogado José Rodrigues Rosado” - (subscrito pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « Faleceu em Portimão no passado dia 26 de Junho, com 78 anos, o advogado, nascido em Portimão, em 1945, no dia 6 de Julho. --

-----Licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa. -----

----- Foi no início da sua vida profissional Professor do Ensino Secundário, em várias escolas do concelho e em concelhos limítrofes. Foi mais tarde Professor Universitário no Curso de Direito, no Instituto Manuel Teixeira Gomes, ISMAT, em Portimão. -----

----- Dedicou toda a sua vida à advocacia desde a data da sua inscrição em 1979, com espírito de independência, com a Cédula Profissional 122E. Era um advogado de barra respeitado entre os seus Pares, que gozava de grande prestígio entre os Magistrados Judiciais e Procuradores do Ministério Público. E era especialmente admirado pelos jovens advogados pela sua disponibilidade e boa disposição. -----

-----Deixou dois filhos Pedro Rosado e Alexandra Rosado, também eles Advogados, tendo constituído com os mesmos a Sociedade de Advogados Rosado. -----

---Foi sempre um homem que se opôs ao regime do Estado Novo, com um espírito rebelde. Ficaram celebres



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



as suas aulas, antes do 25 de Abril, nas quais mandava rasgar capítulos inteiros dos livros que referiam matérias do regime do Estado Novo, com as quais não concordava, perante o espanto dos alunos. -----
Era um homem conhecido pela elegância no trato e pela sua boa disposição. Recusou ostentar qualquer poder económico, preferindo uma vida discreta, em família e com os amigos. -----

Foi autarca, eleito pelo Partido Socialista, no mandato de 1980-1982, na Assembleia Municipal de Portimão, onde pontuavam outros distintos Advogados, Francisco Florêncio, Manuel Campos Lima, Carlos Gracias, Luís Catarino, exercendo a presidência, outro distinto causídico Emídio Serrano. -----

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Portimão, delibera: -----

- Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento do advogado portimonense, *José Rodrigues Rosado, e;* ---
- Prestar as mais sentidas condolências à família, na pessoa da sua esposa, D. Verónica Bastos, guardando um minuto de silêncio em sua memória. -----

Mais delibera: -----

Remeter o presente voto de pesar à Família, ao Conselho Regional de Faro da Ordem dos Advogados.» -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que pedia agora, e ela já articulou e não vão propor à votação porque estão todos já, todos concordaram e, portanto, o voto de pesar está aprovado por unanimidade, vão agora fazer um minuto de silêncio em sua memória. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação o **Voto de Pesar – “Pelo advogado José Rodrigues Rosado” - (subscrito pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA NDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **moção – A Saúde Materno Infantil do Barlavento Algarvio - (subscrita pela bancada da CDU**, cujo teor se transcreve na íntegra: «A Saúde Materno Infantil do Barlavento Algarvio nunca esteve tão ameaçada.-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Mais uma vez, novamente pela mão do governo da AD (PPD/PSD, CDS/PP) está em curso com contrastes bastante preocupantes, o desmantelamento e fecho dos serviços de Pediatria, internamento e urgência, assim como dos serviços de Obstetrícia e Bloco de Partos, do Hospital de Portimão. -----

Desde o dia 18 de junho, o Hospital de Portimão encontra-se sem médicos pediatras e sem data conhecida para que estejam novamente ao serviço estes profissionais. Encontra-se assim, neste momento, a Urgência Pediátrica, o internamento de Pediatria, o Bloco de Partos e o serviço de Obstetrícia sem qualquer apoio de um médico pediatra, situação esta já vivida por diversas vezes, neste hospital. Os serviços não se encontram "encerrados", mas ao estarem em falta os profissionais necessários, não são garantidos os cuidados básicos, essenciais e emergentes. Temos assistido, nestes últimos dias à transferência "apressada" de grávidas, bebés e crianças, para o Hospital de Faro, sem conhecimento prévio dos profissionais de saúde e dos próprios utentes, da implementação desta medida. -----

Esta decisão política põe em causa direitos essenciais no âmbito da assistência Materno-Infantil Hospitalar no Barlavento Algarvio. -----

Relembramos que a cidade de Faro e Portimão distam 70Km uma da outra e Aljezur fica a 110km de Faro. - Alertamos para o facto que nos aproximamos do período de Verão, que como sabemos vê aumentar a população, pelo que estas medidas irão sobrecarregar o, já de si sobrecarregado, Hospital de Faro, provocando longos tempos de espera. Obrigarão, igualmente, a deslocações com meios próprios ou a utilização de transporte por ambulância, serviço igualmente carente; veja-se a limitação das corporações de bombeiros, com macas retidas, muitas vezes, em serviços de urgência, ou a limitação de meios de socorro urgentes e não urgentes, dada a inoperacionalidade de muitos meios por falta de profissionais. Exemplo concreto e grave é a inoperacionalidade do Transporte Inter-hospitalar Pediátrico (TIP) do INEM, sediado em Faro, por constrangimentos em completar escalas, por falta de profissionais. -----

Os pais, as crianças do Barlavento algarvio e quem nos visita, necessitam de ter a segurança de que, em qualquer eventualidade, as portas da urgência pediátrica, ginecologia e obstetrícia não se encontram encerradas - nem a saúde nem a vida das mulheres e das crianças pode ser posta em causa. -----

A opção, mais uma vez, do atual governo e dos anteriores é a de encerrar rotativamente e em determinados períodos diversos serviços de urgência, ao invés de adotar medidas para contratar e fixar profissionais no SNS, nomeadamente valorizar carreiras, salários e garantir condições de trabalho. -----

O encerramento destes serviços visa de facto mais uma restrição da resposta pública, abrindo ainda mais caminho aos lucrativos interesses privados nesta área e nesta região. A possível integração e transferência destas equipas de médicos e enfermeiros para o Hospital de Faro irá traduzir-se em mais desmotivação e no abandono do SNS por mais um conjunto significativo de profissionais desta área. -----

Assim quem ganha é a Saúde Privada, para onde afluirão médicos de saída do SNS, e com eles os pacientes que encontram uma resposta cada vez menor do Sistema Público. Ganha quem dirige a Unidade Local de Saúde, pois numa área crítica e mediática como é a da Saúde Materno-Infantil, apenas terá de assegurar escalas em um, e não em dois Hospitais, no Verão complicado que se avizinha e períodos subsequentes. ---



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Quem perde é toda a população, particularmente a mais desfavorecida financeiramente, que não tem acesso fácil à Saúde Privada, perdem também os turistas que procuram o Algarve sem imaginar que não existem recursos de saúde suficientes na região para os atender em caso de necessidade. -----

Portugal tendo significativos avanços civilizacionais a seguir ao 25 de Abril de 1974, designadamente com a criação e desenvolvimento do Serviço Nacional de Saúde, está entre os melhores do mundo nos cuidados de saúde materno infantil, à frente dos Estados Unidos da América, Reino Unido ou da França, que estão a ser postos em causa com a política seguida pelo atual governo de degradação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e da colocação de enormes obstáculos ao seu acesso por parte da população. -----

Por tudo isto, a eleita da CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, propõe que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida em 28 de junho de 2024 delibere:-----

1. Reclamar do Governo que a Urgência Pediátrica, o internamento de Pediatria, o Bloco de Partos e o serviço de Obstetrícia do Hospital de Portimão continue de "portas abertas", em pleno funcionamento 24 horas, mantendo uma prestação de serviços de qualidade e indispensáveis na assistência materno-infantil de toda a população.-----

2.Reclamar do Governo o respeito de todos os direitos dos trabalhadores do Hospital de Portimão e do aproveitamento integral da sua dedicação e conhecimentos técnico-profissionais.-----

3.Apelar à participação da população para a luta e em defesa dos trabalhadores, dos utentes e do Hospital de Portimão, que já foi referenciado como Hospital Amigo dos Bebés.-----

4.Dar conhecimento desta deliberação, ao Presidente da República, ao Governo, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, aos órgãos de comunicação social e publicar na página eletrónica da Assembleia Municipal de Portimão.» -----

----- Ficou com o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que, esta moção fala por si. Não acredito que ninguém nesta sala não se encontre preocupado com o que é que está a acontecer com os serviços de Pediatria, internamento e urgência, serviços de Obstetrícia e Bloco de Partos do Hospital de Portimão. Não querendo alongar e na medida em que no texto desta moção explanamos a nossa preocupação da possibilidade da extinção do departamento de Pediatria de Portimão, passando a funcionar um único departamento regional em Faro, afetando desta forma todos os serviços de Pediatria com a urgência, o internamento e a maternidade no Hospital de Portimão do encerramento definitivo destes serviços. -----

----- «Os pais, as crianças do Barlavento algarvio e quem nos visita, necessitam de ter a segurança de que, em qualquer eventualidade, as portas da urgência pediátrica, o internamento de Pediatria, o Bloco de Partos e o serviço de obstetrícia não se encontram encerrados - nem a saúde, nem a vida das mulheres e das crianças» possa ser colocada «em causa.»-----

----- Propõe assim a CDU que se delibere, «Reclamar ao governo que a Urgência Pediátrica, o internamento de Pediatria, o Bloco de Partos e o serviço de Obstetrícia de Portimão continue de "portas abertas", em funcionamento 24 horas, mantendo uma prestação de serviços de qualidade e indispensáveis na assistência



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



materno-infantil de toda a população. Reclamar do governo o respeito de todos os direitos dos trabalhadores do Hospital de Portimão e do aproveitamento integral da sua dedicação e conhecimentos técnico-profissionais. Apelar à participação da população para a luta e em defesa dos trabalhadores, dos utentes e do Hospital de Portimão, que já foi referenciado como Hospital Amigo dos Bebés». Comunicar esta deliberação ao «Presidente da República», ao governo, aos grupos parlamentares da Assembleia da República, «aos órgãos de comunicação social e publicar na página eletrónica da Assembleia Municipal de Portimão». Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que esta moção que a CDU traz aqui, enfim, trata de um assunto que é bastante importante, mas enferma aqui de alguma confusão. Eu não percebi se a CDU andou distraída quatro anos, ou se eventualmente acha que até ao passado mês de abril estava tudo bem, quando o atual governo tomou posse e agora é que os problemas começaram com a urgência pediátrica, porque diz-se aqui que «o governo da AD que está em curso» com uma marcha de dismantelar serviços e o fecho dos serviços de Pediatria, que nos últimos tempos é que tem acontecido este fecho, quando isto manifestamente não é verdade. Isto começou há três anos pelo menos, há três anos pelo menos e, portanto, eu gostava que a CDU reponderasse alterar aqui os termos da moção, porque a parte expositiva parece-nos que é positiva e eventualmente estaremos todos de acordo com ela. -----

----- Se aqui os pressupostos da moção forem alterados, acompanharemos a moção. Senão, pois, enfim, não podemos fazê-lo. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que acha piada o Partido Comunista, que acha que é o Partido Comunista que se chama, e ele vai como já é um velho nestas questões, começou pelo Partido Comunista e depois mudou para o PEV, ou para o não sei quantos. Bom, mas não interessa, isso é uma questão à parte. Começa na sua moção a dizer que «mais uma vez, novamente pelo governo da AD, o Hospital de Portimão e a maternidade estão fechadas». Ó senhora deputada, a senhora provavelmente esteve na Rússia, há oito anos que a senhora esteve na Rússia com certeza, portanto não estava em Portugal nem em Portimão tão pouco, porque se estivesse cá, a senhora com certeza que tinha feito no governo anterior estas questões e não o fez e, portanto, perante esta situação, eu devo-lhe dizer que não poderei votar esta favoravelmente, apesar de concordar com muitas coisas e a senhora sabe que eu tive responsabilidade no hospital, e fui uma das pessoas que assisti a um cordão através do hospital pelo fecho da maternidade num dia, e a senhora deputada vem dizer que a responsabilidade é do governo da AD que está lá há um mês e pouco. -----

----- Senhora deputada, tenha em consideração, lembre-se das questões, lembre-se do passado e não olhe para o presente e nem tenha ódio, porque os senhores têm um ódio às pessoas chamadas de direita, é isso



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que a senhora tem e eu já lhe disse várias vezes devia de ir para o país que a senhora defende, ó para os países que a senhora defende, provavelmente viveria muito melhor e, portanto, não posso... -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer ao senhor deputado Natalino que acha que a luta política não implica a utilização desses termos. Peço desculpa, tem que se moderar, desculpe lá, tem que se moderar. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, desculpe, eu tenho que dizer porque a senhora deputada está sempre a castigar este, aqueles que não têm culpa. Estamos a gerir um problema que foi criado pelo anterior governo, foi criado pelo anterior governo, porque a maternidade já fechava, porque o serviço em Portimão e o Hospital de Portimão já estava no estado lastimável que está e, portanto, a senhora só abre a boca aqui para dizer em relação a este governo. Tenha paciência! -----

Perante esta situação eu e o meu partido não podemos como é lógico, se a senhora não mudar, portanto estes termos que aqui estão a dizer que a culpa é do governo da AD, não podemos votar favoravelmente esta moção como desejaríamos. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que gostaria só de dar, pontuar uma situação. A senhora deputada Lurdes Melo tem as suas ideias, representa o seu partido, mas fá-lo sempre com elegância e com trato e, portanto, e penso que é do registo de todos. Todos temos o direito de defender as nossas ideias seja do que for, mas não podemos ser a dizer para ir para aí para a terra não sei de quem, isso é que não, ou falar palavras de ódio. Aqui estamos em discussão política pura e dura e não é preciso atingirmos a honra ou atingirmos as ideias das pessoas desta forma. Pronto, eu gostaria agora de dar a palavra ao senhor deputado do PAN César Valente, se faz favor.

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Valente**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que o grupo municipal do PAN poderia acompanhar esta moção e votá-la favoravelmente, não fosse alguma conotação partidária que os impede de o fazer. Pensamos que não é dever desta Assembleia instar o público a lutar de qualquer maneira e nesse sentido iremo-nos abster da votação. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que de facto, esta moção tem uma conotação partidária, e de algum modo ela não pode estar, não vai votar a favor, a não ser que o texto da moção se altere e que não só responsabilize a AD pelo estado da saúde e o estado do Hospital de Portimão, isso é o desmantelamento, e que coloque que «os responsáveis foram o PSD, o PS, o Bloco de Esquerda e a CDU». Portanto, isto não é de hoje, não é de ontem, portanto isto começou com a Troika. Portanto, se todos os partidos estiverem aqui referidos, os partidos que contribuíram para a destruição e os partidos que o principal, o PS que meteu uma providência cautelar dentro de uma gaveta e utilizou-a, só a providência utilizou os cidadãos e a saúde para efeitos eleitorais, eu aí sim, voto a favor. Assim como está, de modo algum posso votar, porque hipocrisia nunca esteve na minha vontade. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que o PS esteve a analisar esta matéria e obviamente tem como válida a questão da preservação da saúde, da saúde coletiva desta sub-região. Naturalmente para a podermos defender, teremos que ser cidadãos insubmissos, firmes com o poder central e obviamente somos todos convocados para a importância de lutar pelos nossos valores, pelos nossos ideais diante das adversidades que se nos deparam. E nesse aspeto, o PS acompanha as preocupações do PCP, acompanha as preocupações e já vamos refletir como com o modo como ele o faz. De facto, nós não podemos permanecer no queixume quanto ao decréscimo que é preocupante, o decréscimo na natalidade, se juntarmos à intranquilidade e à ansiedade das grávidas, este problema da negação da acessibilidade aos cuidados de saúde, e esta questão não é uma questão partidária. Esta questão respeita à política do nosso país, foi bonita a festa! Vinte anos do 25 de Abril e tal e coisa, mas os dados mais recentes dizem-nos que pouco mais de duzentos médicos estão inscritos no colégio de competência da ecografia obstétrica. -----

A dificuldade em aceder aos cuidados de saúde primários, é um problema para quase dois milhões de cidadãos sem médico de família atribuído, não é um problema de Portimão exclusivamente, mas torna-se mais crítico o caso das grávidas, sobretudo porque ele contém aspetos de acompanhamento, portanto exigências relativas à gestação e à realização de ecografias, etc. por aí fora. Este problema, nós sabemos-lo bem, tem contornos absolutamente perversos por força dos privados que se fecham a porta às convenções e do público sem capacidade de resposta, e é esta a situação de um público sem capacidade de resposta. Admitindo que a análise do PC possa ser um toque de campainhas, importa observar que o atual governo tomou posse há bem pouco tempo, para que nós possamos avaliar a sua política de saúde. Não podemos estar a fazer julgamentos ideopolíticos antes de consumada uma perspetiva que seja embrionária dessa política de saúde. O PS como partido responsável na esfera da informação, não pode deixar de a breve trecho solicitar explicações à atual administração de saúde, quanto ao que pensa fazer pela afirmação de uma política de solução dos problemas que mais afetam os portimonenses e os cidadãos de toda esta sub-região. -----

Um dado deverá o governo ter em conta no que respeita à região, é que os algarvios e os portimonenses em particular não podem ser tratados como párias ao nível da cidadania e neste particular domínio da saúde, e este problema que o PS teve franca dificuldade em resolver, até mesmo por ter deixado um ímpeto de reforma no seu início, exige que se aguarde, embora com pouca esperança a prometida superação através de uma política de saúde da AD. Nesta circunstância, o PS não pode acompanhar o PC em termos de metodologia de votação e irá obviamente abster-se. Muito obrigado, disse senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, só queria alertar para o facto de que para já aqui o senhor membro desta Assembleia Natalino tem andado distraído, porque apresentámos nesta sala por diversas vezes, fomos nós que apresentámos aqui diversas moções sobre o encerramento da Pediatria e de Obstetrícia, foram nossas moções. Quando nós dizemos que foi mais uma vez o PSD, é porque isso é verdade. Realmente o Partido Socialista esteve



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



no poder e não reverteu esta situação. É grave e nós alertamos para o facto do que é que pode estar a acontecer. Os serviços neste momento não estão encerrados como a moção diz, mas é bem provável que se extinga o serviço de Pediatria e de urgência e é para isso que nós queremos alertar e há gente aqui nesta Assembleia que até tem conhecimento direto do que está a acontecer. Por isso, quando vêm dizer que o Partido Comunista só ataca a AD e o PSD, é porque no nosso entender foram essas forças políticas que mais quiseram dar cabo do Serviço Nacional de Saúde. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **moção – A Saúde Materno Infantil do Barlavento Algarvio - (subscrita pela bancada da CDU**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	0	0	2	1	0	0	3
ABSTENÇÕES	15	0	3	0	0	0	1	0	19
VOTOS CONTRA	0	5	0	2	0	0	0	1	8

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A moção foi reprovada por maioria.** -----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Proposta de Recomendação – Para Implementação do Orçamento Participativo no Município de Portimão - (subscrita pela bancada do Bloco de Esquerda)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « O Orçamento Participativo (OP) é um mecanismo que permite aos cidadãos participar diretamente na decisão sobre a utilização de uma parte do orçamento municipal. Este processo visa promover a transparência, a participação cidadã e a responsabilidade social, garantindo que os recursos públicos sejam aplicados em projetos que atendam às necessidades e desejos da comunidade. -----

1. Planeamento e Organização: -----

Criação de uma Comissão de OP: Formar uma comissão composta por representantes da Câmara Municipal, membros da sociedade civil, associações locais e cidadãos voluntários. Esta comissão será responsável por coordenar todas as fases do OP.-----

Definição de Recursos: Estabelecer a percentagem do orçamento municipal a ser alocada para o OP, recomendando-se uma percentagem inicial entre 1% a 5% do orçamento anual, ajustável conforme a experiência e resultados do processo.-----

Calendário do OP: Desenvolver um cronograma claro para todas as fases do OP, desde a divulgação inicial até a implementação dos projetos aprovados.-----



2. Divulgação e Envolvimento da Comunidade: -----

Campanhas de Sensibilização: Realizar campanhas de sensibilização e informação utilizando diversos meios de comunicação (jornais locais, rádio, redes sociais, mails, etc.) para garantir que todos os munícipes sejam informados do processo e de como podem participar. -----

Sessões de Informação: Organizar sessões públicas em diferentes bairros e localidades para explicar o conceito de OP, as regras de participação, e responder a dúvidas da população. -----

3. Submissão de Propostas: -----

- Abertura para Propostas: Estabelecer um período durante o qual os munícipes (cidadãos) podem submeter propostas. Estas propostas podem ser submetidas online através de uma plataforma digital, ou em pontos físicos designados como juntas de freguesia, bibliotecas, e a Câmara Municipal. -----

Critérios de Elegibilidade: Definir critérios claros para as propostas, garantindo que sejam projetos de interesse público, realizáveis dentro do orçamento definido, e exequíveis dentro do período de um ano. ----

4. Avaliação das Propostas: -----

Análise Técnica: Realizar uma análise técnica das propostas submetidas para verificar a viabilidade financeira, técnica e legal. Esta análise deve ser conduzida pela comissão de OP em conjunto com técnicos municipais. -----

Transparência na Avaliação: Publicar os resultados da análise técnica e os critérios utilizados para a avaliação, garantindo total transparência no processo. -----

5. Votação Pública: -----

Período de Votação: Estabelecer um período de votação durante o qual os munícipes (cidadãos) podem votar nas propostas elegíveis. A votação pode ser realizada online e em urnas físicas distribuídas pela cidade.

Acesso Igualitário: Garantir que todos os cidadãos tenham acesso igualitário à votação, considerando a instalação de urnas em locais acessíveis e a disponibilização de suporte para votação online. -----

6. Implementação e Acompanhamento: -----

Anúncio dos Resultados: Divulgar publicamente as propostas vencedoras e o plano de implementação. --

Execução dos Projetos: A Câmara Municipal deve assegurar a execução dos projetos vencedores dentro dos prazos estabelecidos, com acompanhamento contínuo da comissão de OP e participação da comunidade. -----

Relatórios de Progresso: Publicar relatórios regulares sobre a execução dos projetos e a utilização dos recursos, mantendo a transparência e a comunicação constante com os munícipes. -----

7. Avaliação e Feedback: -----

Consultas Públicas: Realizar consultas públicas ao final de cada ciclo de OP para avaliar o processo, colher feedback dos munícipes (cidadãos) e identificar áreas de melhoria.-----

Ajustes Anuais: Ajustar o processo de OP anualmente com base nos resultados da avaliação e feedback recebido, garantindo a evolução contínua do processo e a maximização do impacto positivo na comunidade.-

Conclusão: -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



A implementação do Orçamento Participativo em Portimão é uma oportunidade de fortalecer a democracia local, promover a transparência e aumentar a satisfação dos munícipes com a gestão pública. Com um planeamento cuidadoso e uma execução transparente, o OP pode transformar a relação entre o executivo municipal e a comunidade, garantindo que as decisões sobre os recursos públicos reflitam verdadeiramente as prioridades e necessidades dos habitantes de Portimão. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Portimão, reunida em sessão ordinária em 28 de junho de 2024, delibera: -----

1. Implementar do Orçamento Participativo no Município de Portimão. -----
2. Fazer vigorar o mesmo a partir de 2025. -----

Esta recomendação depois de aprovada será submetida à Câmara Municipal de Portimão para análise, com o intuito de iniciar o processo de Orçamento Participativo. -----

A presente moção será encaminhada às autoridades municipais competentes para análise e deliberação.» --

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o Bloco de Esquerda faz esta recomendação do orçamento participativo, que «é um mecanismo que permite aos cidadãos participar diretamente na decisão sobre a utilização de uma parte do orçamento municipal. Este processo visa promover a transparência, a participação cidadã e a responsabilidade social, garantindo que os recursos públicos sejam aplicados em projetos que atendam às necessidades e desejos da comunidade». -----

Em suma, «a implementação do Orçamento Participativo em Portimão é uma oportunidade de fortalecer a democracia local, promover a transparência e aumentar a satisfação dos munícipes com a gestão pública. Com um planeamento cuidadoso e uma execução transparente, o OP pode transformar a relação entre o executivo municipal e a comunidade, garantindo que as decisões sobre os recursos públicos reflitam verdadeiramente as prioridades e necessidades dos habitantes de Portimão». -----

Sendo assim, o Bloco de Esquerda recomenda implantar o orçamento participativo no município de Portimão e fazer em vigor o mesmo em 2025. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, vai de longe vem de longe a liberdade imaginada por idealistas e por sonhadores, mas nós perseguimos de facto em conferir uma enorme importância ao envolvimento democrático, ao envolvimento ativo dos cidadãos da vida política e social e, portanto, defendemos com alguma coragem e determinação este envolvimento e consequentemente, portanto esta proposta do Bloco de Esquerda. É importante realmente trabalhar no envolvimento dos cidadãos, dos técnicos e das demais equipas internas ao município, portanto neste processo. -----

Há desvantagens neste processo? Há. É um processo complexo, moroso, que pode até suscitar alguns sentimentos de exclusão por parte de determinadas franjas sociais da população. Não temos dúvidas acerca disso, daí que a bancada do PS aconselhe vivamente que o partido possa, no seio do seu executivo, avançar para uma experiência que embora, enfim, mais tímida, possa sugerir uma entrada mais segura neste



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



arranque. Portanto, não deixando de acompanhar pela positiva esta proposta, dir-se-ia que esta proposta coincide justamente no tempo, com uma proposta idêntica de criação de orçamento participativo jovem de Portimão. Portanto, o documento acabou-se de me ser entregue, não houve digamos troca de impressões a este respeito, portanto houve uma coincidência natural e o facto da Câmara, portanto este novo elenque, digamos assim recauchutado, não é, ter obviamente empreendido já este propósito, o que é de todo em todo digno de relevo e que o PS obviamente muito apraz constatar que este executivo está disponível para ombrear, enfim, democraticamente com um orçamento para que a população possa não funcionar tanto quanto uma roda, uma engrenagem, não é, mas sim como indivíduos que ativamente e de forma democrática se dispõem a dar a sua colaboração ao seu município. Muito obrigado, senhor Presidente pela informação e ficar a perceber, fico muito orgulhoso por isso e suponho que a bancada do Partido Socialista também partilha desse orgulho face a esta convicção de que um orçamento participativo tem imensas vantagens, muito mais as vantagens que os inconvenientes. Muito obrigado, senhora Presidente, disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, é só para dar mais um alerta. É que o orçamento participativo acho que já existiu em Portimão noutros mandatos e sei de uma história que um dia há pouco tempo numa notícia que saiu no Facebook que já tinha sido atribuído, foi, acho que foi em Alvor, o orçamento participativo em Alvor, não sei se foi através da freguesia, se foi do município, conseguiu fazer uma ponte para fazer uma passagem para chegar a um certo sítio ali na zona da Donanha. Por isso, é um orçamento participativo que a Câmara podia voltar com ele, e como já foi dito aqui pelo membro da Junta de Freguesia de Alvor, que já surtiu efeitos e positivos na parte da população. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que é conhecida a posição da CDU relativamente a esta questão. Defendemos o modelo de orçamentos participados que é um bocadinho diferente desta recomendação que está aqui a ser apresentada pelo Bloco, nos orçamentos participados são os eleitos que são os eleitos que vão a sufrágio que de quatro em quatro anos apresentam o seu programa e são escolhidos e, portanto, no nosso entender são eles que devem promover reuniões com as populações e auscultar e registar as necessidades das mesmas. Para nós são os eleitos que têm soberania. Assim não defendemos este modelo, mas sim orçamentos participados. Por tal razão, não iremos acompanhar esta moção. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta de Recomendação - Para Implementação do Orçamento Participativo no Município de Portimão - (subscrita pela bancada do Bloco de Esquerda)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA NDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	0	1	1	29
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	1	0	0	1
-----------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A Proposta de Recomendação foi aprovada por maioria.** -----

----- Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Proposta de Recomendação – Pela Revogação do Plano de Urbanização da UOPG3, no Concelho de Portimão - (subscrita pela bancada da Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos))**, cujo teor se transcreve na íntegra: « **Considerando que:**-----

a) O Plano de Urbanização de Unidade Operativa de Planeamento e Gestão 3, do concelho de Portimão, foi aprovado através da UOPG3 (PU) pela Assembleia Municipal de Portimão no dia 14 de Janeiro de 2008 e publicado em Diário da República, na 2ª serie, pelo Aviso n.º 4234/2008, de 19 de Fevereiro de 2008;-----

b) Apesar de transcorridos mais de dezasseis anos sobre a data da sua entrada em vigor, o referido instrumento de gestão territorial não foi objecto de qualquer execução até aos dias de hoje, não tendo, entretanto, existido qualquer procedimento administrativo de alteração ou revisão do mesmo plano, mantendo-se o seu conteúdo completamente inalterado;-----

c) As soluções urbanísticas e de ordenamento do território previstas no mesmo plano de urbanização revelam-se, à luz dos valores, preocupações ambientais e da evolução das perspetivas de desenvolvimento económico e social do concelho entretanto ocorridas, dificilmente compagináveis com a sua manutenção, *tout court*; -----

d) A "carga urbanística" permitida pelo mesmo, consubstanciada na viabilização de diversas edificações, destinadas à instalação de unidades hoteleiras, mostra-se excessiva e desajustada dos valores ambientais em presença na zona e da evolução da oferta hoteleira entretanto ocorrida no concelho de Portimão (e, de um modo particular, na área em questão), devendo a sua manutenção ser objecto de reponderação, de acordo com a evolução das circunstâncias ambientais que estiveram subjacentes à aprovação do mesmo plano, em 2008;---

e) Mais recentemente, no âmbito da avaliação de impacte ambiental do projecto da "Operação de loteamento da UP3 de Hotelaria Tradicional de Portimão" (Proc. n.º 21.01.00005.2018), no concelho de Portimão, a CCDR Algarve emitiu uma declaração de impacte ambiental desfavorável, em que, além de outros argumentos, foram expressamente referidos os impactos do projecto "quanto à intrusão visual e diminuição do valor paisagístico na área de incidência", aduzindo-se que "dado o enquadramento natural em presença e a singularidade e fragilidade da frente costeira em que o empreendimento se insere, a gestão da paisagem neste sector do território litoral implica a necessidade de protecção da sua matriz estruturante e identitária", apoiando-se "a proposta urbanística (...) em soluções de ocupação do solo (...) que se revelam desfasadas das actuais orientações estratégicas para a gestão da Paisagem";-----

f) O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio, na sua versão actualmente em vigor, prevê, entre vários outros mecanismos de dinâmica dos planos, a figura da revogação dos planos, aprovada por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Câmara Municipal, sempre que a avaliação da evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais assim o determine (artigo 127.º, n.º 1);-----

g) No actual momento, só a opção pela revogação do plano permitirá reavaliar e reponderar, de uma forma integrada, global, articulada e holística, as soluções de ordenamento do território, de ocupação e aproveitamento urbanístico da área abrangida, no sentido de estudar e perceber se o regime urbanístico previsto no mesmo deve ou não ser mantido, de modo a salvaguardar os valores e interesses em presença, - Os eleitos da **Coligação PORTIMÃO MAIS FELIZ** na Assembleia Municipal de Portimão propõem que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na sua 3ª Sessão Ordinária de 2024, realizada em 28 de Junho de 2024, delibere recomendar ao Executivo da Câmara Municipal de Portimão a aprovação, com base nos fundamentos e na norma legal *supra* referidos, de uma proposta de revogação do Plano de Urbanização da UOPG 3, do concelho de Portimão e que a mesma, depois de aprovada, seja remetida à mesma Assembleia Municipal para deliberação final, no âmbito das suas atribuições legais.»-----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que não é uma moção, é uma recomendação e não foi, por acaso até nem foi concertada com as intervenções que houve aqui no público, mas, enfim, mostra que há aqui algum alinhamento pelo menos de algumas bancadas com preocupações que são dos cidadãos também. -----

Nós com esta proposta pretendemos que a Assembleia recomende ao executivo que promova a revogação do PU da UP3, mais conhecido por João D'arens, porque entendemos que o PU está completamente desatualizado, além das duas dias negativas que teve, tendo em conta os valores ambientais que estão ali em presença, está completamente desfasado da realidade do concelho hoje, não faz qualquer sentido manter aquele plano, não tem viabilidade do ponto de vista urbanístico para ser executado e sobretudo porque há valores ambientais ali em presença que merecem ser salvaguardados e protegidos e parece-nos a nós que só será possível fazer isso com a revogação do plano. Uma vez que, portanto nos termos do RJGIT a competência para revogar o plano é da Assembleia, mas tem que haver uma proposta prévia do executivo, nós aqui com esta proposta tentamos que a Assembleia recomende ao executivo que faça essa aprovação da proposta prévia, para que depois esta Assembleia possa então tomar a deliberação de revogar o plano. ----

Constatei nas respostas que houve do executivo à intervenção do público, constatei que o senhor Presidente em exercício disse que, creio que anotei bem, que o plano seria para cair. Eu já ouvi essa opção várias vezes aqui, quer em Assembleia Municipal, quer em reuniões, mas lembro que aqui na última reunião que tivemos da Comissão de Políticas de Território sobre a revisão do PDM, até acho que foi na altura, ainda com o senhor vereador João Gambôa, ainda vereador nessa altura João Gambôa, eu questionei exatamente esta questão e houve ali uma resposta muito, muito dúbia e titubeante e eu até questionei na altura se era porque eventualmente o promotor que estaria ali a tentar fazer novamente ali um projeto, teria sido nisto do ambiente aqui há uns anos, e o senhor vereador acabou por nem me responder e, portanto, era importante



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que o executivo aqui dissesse de uma forma clara e de uma vez por todas, o que é que pretende fazer naquela zona e o que é que pretende que aconteça com este plano. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, o Partido Socialista, não, o Partido Socialista não é indiferente a matéria que respeita à problemática atual dos excessos na ocupação dos solos e particularmente deste espaço que, aliás já tem um histórico de pareceres desfavoráveis no que respeita justamente a pedidos de operação de loteamento, ou seja, a Câmara já indeferiu o pedido de operação de loteamento e arquivou o respetivo processo e diga-se que esta deliberação foi aprovada por unanimidade. -----

Neste histórico de pareceres desfavoráveis, o Partido Socialista tem-se implicado em dar respostas associadas a um elevado nível de consciência ambiental. Esta consciência ambiental é cada vez mais instigada até pelos impactos visíveis das catástrofes. -----

O mundo mudou na forma como se alterou e a nossa visão das possibilidades e limites dos ecossistemas. Portanto, não haja dúvida a este respeito, porque nós estamos bem cónscios dessas possibilidades e desses limites e as afirmações anteriores feitas pelo Presidente de Câmara, dão bem nota de que há uma disponibilidade efetiva de se trabalhar em comum em prol de uma ideia de sustentabilidade que efetivamente se impõe pensar no domínio do concelho. Todavia, o nosso partido entende que há aqui algum alarme social que não é boa política. -----

Este intento revogatório, com a intencionalidade avaliativa de uma matéria de conteúdo patrimonial, iria suscitar mais problemas que soluções, e dizemos isto porquê? Porque é importante perceber que a revisão do PDM não poderá deixar de observar, entre outros aspetos naturalmente, quer a promoção de um planeamento sustentável, quer a reabilitação e a regeneração urbanas, pelo que o PS irá estar atento ao rigor do documento nesta matéria. Aliás, já se percebeu inclusivamente a postura crítica que nós adotámos em relação à primeira e última exposição ainda muito embrionária que se fez aqui do PDM. -----

Um outro aspeto e por fim não é menos importante, é o que nos deve remeter para o domínio de prováveis efeitos legais de uma revogação, nomeadamente os processos indemnizatórios que estão associados. Portanto, é necessário equacionar, ter em equação estes aspetos todos, mas sobretudo aquilo que é necessário ter em consideração, é o elevado nível de confiança que se deve depositar ou que os cidadãos mais cónscios do imperativo de sustentabilidade concelhia, eles deverão, sim, estar absolutamente tranquilos quanto à boa-fé deste executivo relativamente à ponderação das vias necessárias para que essa sustentabilidade seja tida na devida conta. É isto, é esta a mensagem que vos deixamos, é esta a mensagem que se impõe, porque por vezes há fabricantes de guarda-chuvas que estão sempre desejando que venha uma intempérie e o problema é se eles também vão na enxurrada. Portanto, a ideia aqui é esta, é a da tranquilização dos cidadãos que têm esta conscientização ambiental de que nós também a temos e tudo faremos no sentido realmente de trabalhar com vista a produzir um futuro sustentável para o nosso município. Disse, senhora Presidente, muito obrigado e é esta, peço desculpa, é esta a condição que sugere o nosso voto contra esta recomendação, suponho que é recomendação. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, permita-me uma pequena precisão formal e que já foi há pouco também pelo senhor deputado João Caetano. A senhora Presidente será Presidente até à meia-noite de domingo, porque só tem eficácia à renúncia em segunda-feira e, portanto, e como ela não está de férias ou pelo menos não suspendeu as funções e não está de férias e não está doente e não ausente, ela continua a Presidente e o que temos presente e com grande dignidade, é o senhor Vice-Presidente. Obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, senhora Presidente, dá-me licença? Permita-me, porque no seio da intervenção pode surgir algum lapso *lingue* da minha parte, e direi que sim, peço desculpa por isso, mas não há intencionalidade absolutamente nenhuma até pela circunstância de que o Vice-Presidente presente e em funções de presidência, este tipo de lapso *lingue* pode ocorrer. Peço desculpa por isso. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não é por isso, é porque fica em ata e já foi referido por duas vezes, o senhor deputado Figueiredo Santos não é jurista, o senhor deputado João Caetano é e por isso mesmo eu tive o cuidado agora de fazer essa precisão porque a César o que é de César. -----

----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que reiteram aqui a posição do senhor deputado do "Portimão Mais Feliz", mas noutra forma ela gostava de saber qual era a posição do senhor ainda Vice-Presidente, quanto à revogação do plano de urbanização da UPG3. E mais, gostava que o senhor deputado, Dr. Figueiredo me explicasse, eu não percebi bem, invocou um direito de indemnização, o município tinha que pagar o direito de indemnização, mas o direito de indemnização como se o plano está caducado? Talvez quem revogue ou que altere um plano que está caducado pelos motivos, se calhar não é direito de indemnização, chamamos a outra coisa que não vale a pena eu estar aqui a apelidar de uma forma direta. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhora Presidente, eu queria aqui dizer o seguinte. Vamos lá ver uma coisa, eu estou ainda pasmo com esta intervenção do senhor Dr. deputado Figueiredo Santos, porque quer dizer, diz-se uma coisa e o seu contrário na mesma intervenção. Há uma grande preocupação e até há um alinhamento de preocupações com os cidadãos que intervieram aqui no período do público e é em relação à proteção do ambiente. Mas depois, segundos a seguir diz-se assim, bom, mas cuidado não podemos aqui ir para o alarme social, não sei qual é o alarme social, não vejo aqui alarme nenhum e não podemos pôr em causa direitos de terceiros, mas que direitos senhor deputado? Não há títulos urbanísticos nenhuns aprovados por esta autarquia que confirmam direitos a terceiros nem expectativas jurídicas sequer que mereçam proteção. Zero, zero. Aliás, o senhor teve duas dias negativas, foram taxativas e que são bem elucidativas, o senhor se calhar não leu, eu dei-me ao trabalho de ler, são elucidativas dos valores que estão ali em presença. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



O plano tem dezasseis anos de aprovado, tinha um horizonte de execução de dez, não foi executado em nada, zero, está completamente desfasado da realidade urbanística, os senhores vêm-nos dizer, bom, temos que trabalhar em conjunto, mas trabalhar para quê? Uma de duas, ou os senhores estão preocupados com o ambiente e querem salvaguardar o que está ali em termos ambientais e ecológicos, e então votam favoravelmente uma proposta destas, ou então o Partido Socialista está refém de alguns interesses privados e não querendo dizer que não vai proteger o ambiente por caminho vai dar aqui proteção e guarida a esses interesses e, portanto, sejam claros de uma vez por todas, sejam claros. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, ó senhor deputado, eu realmente não sei como dizer relativamente às observações que faz às minhas. É que eu de facto, quando o senhor fala, é como se tivesse desvendado o quarto segredo de Fátima. Eu fico realmente enternecido, cada vez que o senhor fala fico enternecido com isso. Pronto, mas eu estou no uso da fala, se democraticamente me permitir que continue e com a anuência da senhora Presidente da Assembleia, eu farei isso. -----

Começando a argumentação pelo início, que é de dizer que é insustentável, para não usar outro tipo de predicados, ou de, bem, é insustentável que o senhor procure lançar aqui suspeição sobre o posicionamento do Partido Socialista, desculpe, foi o que o senhor fez, lançou a suspeição quanto à possibilidade de o Partido Socialista estar associado a interesses particulares, a interesses privados. -----

Esta matéria já foi colocada aquando do João D'arens e nós tivemos razão nesta matéria. -----

O que está aqui efetivamente aqui em causa, é pensar que há expetativas, é pensar que o dever de estado de concretização do princípio da confiança dos titulares de faculdade urbanística, e o que se diz ao momento é que se está a levantar um problema absolutamente desnecessário e até contraproducente, uma vez que o PDM está aí, está em marcha. Com certeza que na última sessão em que aqui estivemos a apreciar o PDM, os senhores não estiveram numa sessão espírita, estiveram a debater os problemas que afetam de facto a ocupação do solo, entre outros aspetos. Portanto, é neste sentido e apenas no sentido que eu digo que não faz rigorosamente sentido nenhum, primeiro, a suspeição, segundo pensar que o Partido Socialista não irá pôr cobro a situações de desmando na ocupação dos solos justamente por ter em curso a revisão do PDM. Perante esta dúvida metafísica, eu já nem sei se nós não estivemos aqui de facto a apreciar um arranque ainda que embrionário de uma perspetiva de trabalho sedimentada pelos técnicos a propósito do PDM. Será que eu estou a ficar senil? Será que já não bombeio bem o sangue à cabeça? Tenham paciência! Não desdigam aquilo que é factual, senão, enfim, é negar a própria mãe, não é? Senhora Presidente, muito obrigada pela paciência, obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que acha que fugiram um pouco à questão e vai tentar ser telegráfico em três pontos. Primeiro ponto, o PSD tem uma visão, apresentou-a quando trouxe eleições sobre a área envolvida nesta PU da UP3, em que naturalmente não é favorável àquilo que está



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



proposto e à data teoricamente pensado para aquela zona, portanto este é um primeiro ponto. Continuamos sem perceber bem o posicionamento de todos os partidos sobre esta matéria. -----

A segunda nota é consultarmos a documentação, efetivamente aqui queria perguntar se existe a intenção da Câmara de fazer uma proposta de revogação apresentando os critérios jurídicos, ambientais para trazer à Assembleia para a também aprovar? É uma questão, sabendo que, e reitero e também está na lei e não é preciso irmos ao RJGIT e ao RGEU, mas está na lei que naturalmente tem que haver uma negociação sim com promotores, e há assim o direito indemnizatório, isto é muito natural saber que isso ainda existe. Isto é o que a lei diz, não é ser de direita e de esquerda, é o que a lei diz. Porém, queria salientar outra questão, que esta aqui é aquela que me parece mais aprazível. Estamos no processo de revisão do novo PDM, em trezentos e oito municípios só dezassete estão atrasados, Portimão é um deles, parabéns pelo prémio que não é nenhum, mas dizer o seguinte. Se no novo PDM houver uma alteração da diretriz urbanística que vise entender que aquele que é a PU da UP3 não está condizente com as ambições ambientais, da imputabilidade local, é proposto naturalmente no novo PDM a revogação e cai e, portanto, dar a nota que se formos só ver o que a lei diz, se todos, é o que me parece, mas volto a perguntar ao Partido Socialista que é executivo, se é mesmo isso que quer e se tem essa, como, por exemplo, o PSD assume claramente, assume a bancada municipal, assumem os vereadores, foi no programa político do então candidato Rui André, defendemos isto na rua, nós queremos que não seja como está e, portanto, aquilo é primeiro perguntar, duas linhas, se a Câmara tem a intenção da revogação ou não, que ideia tem, mas a segunda é pedir celeridade naturalmente, porque ainda ontem saía no público, há só dezassete em trezentos e oito municípios que estão muito atrasados com isto, quem for ler saberá que isto impacta também financeiramente candidatura a fundos e tudo e não é bonito ver Portimão naquela lista de dezassete municípios, mas que se houver é possível fazer sim, portanto esta revogação de outra forma, que é avançando para a frente com uma política do território, com um novo PDM, com uma visão, com uma estratégia e era isto, queria deixar esta questão, sabendo que é ver é o caminho fácil, e o caminho fácil é este. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, senhor deputado Figueiredo, eu tenho sempre muito respeito pelo senhor deputado, mas eu estou um bocado confusa com a sua intervenção. O senhor deputado fala-me em expetativas, expetativas dos promotores. Eu não percebo, mas expetativas dos promotores em relação a um plano caducado? Portanto, direitos e indemnizações, é que se o plano está caducado, está caducado há quinze anos. O promotor que apresentou o projeto e que viu o seu projeto caducado, se caducou, quer dizer isto não tem qualquer fundamento, mas expetativas e direitos de indemnização do quê? Mesmo quaisquer direitos que pudessem agora exercer já caducaram, já prescreveram todos, eu não percebo essa insistência das expetativas, do direito de indemnização. Nós tivemos o Presidente da Câmara de Lagoa em relação às Alagoas Brancas a reiterar essa oração, e essa oração acabou porque caiu-lhe por terra, e os senhores daqui de Portimão deviam seguir o exemplo que seguiu Lagoa. Portanto, esta oração foi anos e anos caducada, expetativas não podemos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



e afinal até conseguiram e puderam. Agora, eu não percebo, não percebo estas expetativas. Isto, eu acho que com estas intervenções não é o quarto segredo de Fátima, é o quinto, sexto, sétimo e oitavo. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, não sei se o executivo quer pronunciar-se sobre esta moção. Não quer. -----

O senhor Vice-Presidente já respondeu, fez a sua intervenção no início. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, era só para desfazer aqui, enfim, se calhar um mal-entendido.

Ó senhor deputado, eu não lancei a suspeição nenhuma, eu fiz uma pergunta, ou uma coisa, ou outra. O senhor não me respondeu e depois falou-se aqui muito do PDM, o PDM não tem nada que ver com isto, porque não está escrito em lado nenhum, nem existe essa solução se calhar em lado nenhum que nós tenhamos que esperar por uma revisão do PDM para revogar um plano, ou eventualmente alterar um plano que está completamente desatualizado da realidade urbanística do concelho e do ordenamento do território. Portanto, é isso que está aqui em causa, o plano está em vigor, não foi executado, há muitos anos, enfim, que está completamente desatualizado e desfasado, ainda para mais com duas dias negativas que mataram completamente aquele plano, completamente, com as preocupações ambientais que há para aquela zona e os valores ambientais que ali existem e, portanto, quer dizer, estamos à espera da revisão do PDM porquê? É como se tivéssemos um morto à nossa frente e estivéssemos já à espera de um acontecimento qualquer futuro para enterrar um morto, o morto tem que ser enterrado, é só isto e é isto que se propõe aqui, é enterrar de vez o morto. Disse. O morto é o plano de urbanização. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, sim, obviamente, obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, já agora, já que já falou no quarto segredo de Fátima, eu parece-me que esta situação parece-me a terra prometida. Se é a terra prometida gostaria de saber o porquê, porque não se faz essa revogação, já que estamos a falar da bíblia, por isso esta terra prometida devia de ser prometida era aos portimonenses e não a mais um hotel que já está desfasado do tempo e contra o ambiente. Tenho dito. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta de Recomendação – Pela Revogação do Plano de Urbanização da UOPG3, no Concelho de Portimão - (subscrita pela bancada da Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	2	2	1	1	1	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	0		0	0	0	0



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



VOTOS	14	0	0	0	0	0	0	0	14
CONTRA									

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A Proposta de Recomendação foi aprovada por maioria.** -----

-----**(Na altura da votação não estava presente na sala o Deputado Municipal António Alves Alferes Pereira da bancada do Partido Socialista.)** -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, sempre foi e é nas bancadas e nomeadamente no parlamento independentemente, é o sentido de voto dos deputados que estão presentes, mas temos que ver se alguém se ausentou por alguma questão de força maior e justificar isso. Ó senhor deputado João Caetano, deixe-me conduzir os trabalhos, deixe-me conduzir os trabalhos, deixe-me conduzir os trabalhos. Senhor deputado António Alves Pereira, quer participar na votação? Não, não, desculpem lá... -----

----- Interveio a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer à senhora Presidente que a votação já foi efetuada. Isto não é como... ó senhora Presidente, a senhora Presidente tem que ser imparcial nas suas decisões, a senhora Presidente tem que ser imparcial nas suas decisões, já procedemos à votação. Ó senhora Presidente, desculpe eu estou a falar! Quando a senhora Presidente apercebeu-se que o seu voto foi impugnado, voltou atrás, isto não é assim, senhora Presidente, isto é uma casa de direito e uma casa da democracia. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Primeiro Secretário da Assembleia Municipal **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, senhores deputados, por iniciativa da mesa, faremos uma suspensão por dez minutos. Até já. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez** Guerreiro, para dizer que a mesa tem uma posição claríssima sobre isso, sobre a matéria, portanto aproveitaram os dez minutos para, mas pensa que deve dar como era a sua intenção, dar a palavra ao senhor deputado que não estava presente António Pereira, se quer apresentar alguma justificação da sua não presença. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PS **António Alferes Alves Pereira**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que efetivamente não vai entrar em pormenores porque é que ele saiu, ele foi à casa-de-banho e não vai dizer mais nada. Pelo facto eu peço desculpa a toda a Assembleia, pelo transtorno que causei e pelos problemas que causei aqui em toda a Assembleia, mas as coisas são como são e, portanto, é a única coisa que eu tenho a dizer, é pedir desculpa a vossas excelências por este contratempo que me é involuntário, tenho sim senhor, mas que é involuntário evidentemente. ----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, muito bem, portanto a explicação está dada e obviamente compreendida por todos subliminarmente, a prática digamos assim é essa, todos nós temos esse tipo de necessidades e, portanto, agimos em conformidade. Em função disso, eu coloquei a questão de eventualmente ser aceite a sua votação se assim entendessem, a Câmara entendeu que não, maioritariamente percebeu-se isso e, portanto, está votado, aprovada por maioria



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



e com declaração de voto da Presidente relativamente a essa matéria, porque já era minha intenção apresentar declaração de voto.-----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Proposta de Recomendação – Pela Classificação da Ria de Alvor como Reserva Natural - (subscrita pela bancada da CDU)**, cujo teor se transcreve na íntegra: «Comemorou-se mais uma vez no passado dia 2 fevereiro, o Dia Mundial das Zonas Húmidas. Este dia tem como objetivo sensibilizar para a proteção das zonas húmidas e sublinhar a importância que estas têm para a existência de vida no nosso planeta. Este ano o tema foi ‘ ‘ Zonas Húmidas e Bem-estar Humano ‘ ‘ e destaca como as zonas húmidas e a vida humana estão interligadas- com as pessoas a obter sustento, inspiração e resiliência destes ecossistemas produtivos. É importante sublinhar a forma como todos os aspetos do bem-estar humano estão ligados à saúde das zonas húmidas do mundo e a importância de cada um(a) de nós a valorizar e tomar conta das nossas zonas húmidas. Cada zona húmida é importante. Dependemos desses ecossistemas que sustentam a vida. Mas eles devem ser saudáveis se quisermos que continuem a fornecer-nos água e alimentos, a suportar a biodiversidade, proporcionar meios de subsistência, a nos proteger contra fenómenos meteorológicos extremos e a mitigar as alterações climáticas. Assim uma forma de defender e proteger as zonas húmidas nomeadamente a Ria de Alvor é proceder à sua Classificação. -----

----- Por várias vezes a Classificação da Ria de Alvor foi objeto de deliberações da Assembleia Municipal de Portimão e de Lagos e mais recentemente a CDU – Coligação Democrática Unitária apresentou uma recomendação que foi aprovada por maioria, apenas com a abstenção do CHEGA, da qual se transcreve:-----

“Desde a década de 70 que a Ria de Alvor tem sido objecto de vários estudos e debates quanto à melhor forma de conciliar os interesses das populações locais e a salvaguarda do seu património natural e cultural.-----

Em 1980 o Instituto Nacional da Investigação e Pescas, propôs a criação de uma Reserva Natural na Ria de Alvor, que mereceu a concordância do Secretário de Estado do Ambiente de então. -----

Em 1988 o Serviço Nacional de Parques apresentou um projecto para a criação da Área Protegida da Ria de Alvor. -----

Em 1991 foi aprovado o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve, no qual se definem as zonas húmidas da Ria de Alvor como áreas de protecção da natureza. -----

Em 1992 foi criado, para funcionar junto do Ministério do Ambiente, um grupo interministerial com o objetivo de serem criadas regras de ordenamento e gestão da Ria de Alvor. -----

Em 1995 foi aprovado o Plano Regional de Turismo do Algarve, onde se define que a Ria de Alvor deve ser assumida como «Zona Tampão», reconhecida pelo seu valor natural de zona húmida.-----

Em 1996 o Instituto de Conservação da natureza (ICN) apresentou a 1ª fase da lista nacional de sítios a integrar a Rede Natura 2000, sendo que a Ria de Alvor foi excluída, mesmo possuindo cerca de 1 700 hectares onde estão identificados habitats e espécies referenciados pela União Europeia.-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Em 2000 o ICN voltou a propor a integração de 833 hectares (de um total de 1 454 hectares) da Ria de Alvor na 2ª fase da Rede Natura, deixando de fora terrenos, onde estão classificados habitats e aves incluídos nas listas das directivas comunitárias, que pertencem a empresários com actividade na área do imobiliário. -----

Em 2000 a Ria de Alvor é integrada na rede Natura e é assinado um protocolo entre a Câmara Municipal de Portimão e o ICN para elaboração de um Plano de Pormenor para a Ria de Alvor, que nunca foi executado. ---

Em 2004 foi criada uma Associação de Municípios Ria de Alvor entre as Câmaras Municipais de Portimão e de Lagos com vista à criação da área de paisagem protegida intermunicipal da Ria de Alvor a integrar a Rede Nacional das Áreas Protegidas. -----

Em fevereiro de 2005 foram aprovados pela Assembleia Municipal de Lagos os Estatutos da Associação de Municípios da Ria de Alvor (Lagos/ Portimão). -----

A Associação tinha como principal objectivo a criação de uma Área Protegida, a defesa, valorização e ordenamento da Ria de Alvor. -----

Esta associação elaborou alguns estudos e solicitou pareceres sobre a Ria de Alvor, no sentido da sua classificação enquanto área protegida. -----

Em novembro de 2011 a associação foi suspensa, sem qualquer justificação, para além da questão financeira. -

Sendo internacionalmente reconhecida a importância da Ria de Alvor, que determinou a sua classificação como Sítio Ramsar, ao abrigo da Convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional e a sua inclusão na Rede Natura 2000. -----

Encontrando-se a nível nacional, incluída na Rede Biótopos Corine, os seus solos classificados nas reservas Ecológica e Agrícola Nacionais e como Espaço de Fomento Agro-Florestal, integrando ainda a Lista Nacional de Sítios. -----

Considerando que todos os instrumentos de ordenamento e desenvolvimento da Região do Algarve reconhecem a importância da área que abrange a Ria de Alvor como património a preservar. -----

Considerando que a nível geológico, a Ria de Alvor é o melhor exemplar de uma baía – barreira em toda a Europa e o melhor conservado a nível da zona mediterrânica. -----

Considerando serem estimados em 85 % os sapais salgados existentes no Barlavento Algarvio que desapareceram nos últimos 100 anos. -----

Considerando que a importância da Ria de Alvor ultrapassa largamente o interesse regional, sendo a área a proteger e os valores que comporta de interesse nacional, não se entende como nem porquê ainda não foi criada a Reserva Natural da Ria de Alvor, mais agora, após a classificação da zona húmida mais importante do Barlavento Algarvio, a Lagoa dos Salgados. Restando a Ria de Alvor (segunda zona húmida mais importante do Barlavento Algarvio) sem um estatuto claro de proteção. -----

A classificação da Ria de Alvor como Reserva Natural tem por base o atrás descrito e o que enuncia o decreto – lei, que estabelece o regime jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, onde se define as áreas protegidas: "Devem ser classificadas como áreas protegidas as áreas terrestres e aquáticas interiores e as áreas marinhas em que a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentem, pela sua raridade,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



valor científico, ecológico, social ou cénico, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, regulamentando as intervenções artificiais suscetíveis de as degradar.”-----

“Entende-se por reserva natural uma área que contenha características ecológicas, geológicas e fisiográficas, ou outro tipo de atributos com valor científico, ecológico ou educativo, e que não se encontre habitada de forma permanente ou significativa.”-----

“A classificação de uma reserva natural visa a proteção dos valores naturais existentes, assegurando que as gerações futuras terão oportunidade de desfrutar e compreender o valor das zonas que permaneceram pouco alteradas pela atividade humana durante um prolongado período de tempo, e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação, designadamente: a) A execução das ações necessárias para a manutenção e recuperação das espécies, dos habitats e dos geosítios em estado de conservação favorável; b) O condicionamento da visita a um regime que garanta níveis mínimos de perturbação do ambiente natural; c) A limitação da utilização dos recursos, assegurando a manutenção dos atributos e das qualidades naturais essenciais da área objeto de classificação.”-----

Se associarmos a tudo isto o que poderá significar em termos socioeconómicos esta classificação, com a valorização do turismo de natureza nomeadamente a observação de aves, a mais valia para a prometida Ecovia que atravessará este território, o ganho de notoriedade dos produtos extraídos da Ria nomeadamente bivalves e mariscos, com o valor acrescentado de terem origem numa reserva natural.-----

Salientamos que em 18 de maio de 2022, foi aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal de Lagos uma proposta de igual teor.-----

Assim a eleita da CDU- Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, propõe que Assembleia Municipal de Portimão, reunida em 28 de junho de 2024 delibere: -----

- 1.Recomendar à Câmara Municipal de Portimão que encete conversações no sentido de reativar a Associação de Municípios Ria de Alvor recuperando todo o trabalho desenvolvido de caracterização e mapeamento. -----
2. Dar início aos estudos necessários conducentes à possibilidade de criação da Área Protegida da Ria de Alvor e que a mesma seja classificada como Reserva Natural da Ria de Alvor.-----
- 3.Iniciar conversações com a Câmara Municipal de Lagos para conjuntamente chegar à sua concretização. --
4. Dar conhecimento desta recomendação, aos órgãos de comunicação social e publicar na página eletrónica da Assembleia Municipal de Portimão.» -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, muito laconicamente, o PS ao entender que uma condição superior de proteção só irá valorizar aquele espaço, acompanha as pretensões do PC nesta matéria. Muito obrigado, senhora Presidente. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta de Recomendação – Pela Classificação da Ria de Alvor como Reserva Natural - (subscrita pela bancada da CDU)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/	CHEGA	PORTIMÃO	BE	CDU	PAN	DEPUTADA	TOTAL
----------	----	------	-------	----------	----	-----	-----	----------	-------



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



		PSD		+ FELIZ (*)		(PCP/PEV)		NDEPENDENTE	
VOTOS A FAVOR	15	5	0	2	2	1	1	1	27
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	0	0	0	0	3
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A proposta de Recomendação foi aprovada por maioria.**-----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Saudação – Do Dia Internacional do Brincar - (subscrita pela bancada da CDU)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « Por resolução de 25 de março de 2024, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou o dia 11 de junho como dia internacional anual para a sensibilização do 'Brincar', potenciando a conectividade entre todos, a alegria e o prazer de viver e identificar a razão da nossa essência como seres sensíveis, pensantes e transformadores da realidade. Foi também importante a participação das próprias crianças e jovens, através de inquéritos e workshops, no apelo aos estados-membros da ONU para apoiarem esta resolução. Até 2023 o Dia Internacional do Brincar ou Dia Mundial do Brincar tem vindo a ser assinalado no dia 28 de Maio, criado em 1999 pela International Toy Library (ITLA), na 8ª Conferência Internacional de Ludotecas em Tóquio, sendo festejado pela primeira vez em 2000 e reconhecido no calendário da UNICEF, tendo sido escolhido apenas por ser o dia de aniversário da ITLA. Considerando que a convivência é uma das manifestações mais comuns da infância, ela é muitas vezes negligenciada, com os pais a não terem tempo para os filhos, com a crescente urbanização e perda de locais de brincadeiras, assim como com a comercialização do brincar e o crescimento dos videojogos. Em certos países, o brincar é até um ato interdito, sendo mesmo preterido pelo trabalho infantil e pelo recrutamento de crianças para a guerra. A UNICEF estima que 160 milhões de crianças em todo o mundo estão a trabalhar em vez de brincar ou aprender. No entanto, mesmo nos momentos mais difíceis, as crianças podem, por meio da brincadeira, reencontrar o caminho da felicidade e da saúde, física e mental. Em média, três em cada cinco crianças (59%) gostariam de brincar mais do que fazem agora, ao passo que quatro em cada cinco (79%) gostariam de brincar mais com os pais ou cuidadores. Entre outras atividades propõem-se jogos tradicionais ao ar livre, em parques infantis, em partilhas familiares, em piqueniques, a par do incentivo de brincadeiras nas escolas. Até ao momento, ainda não foi escolhido o tema para a celebração em 2024. -----

Brincar é um direito internacionalmente consagrado na Declaração Universal dos Direitos da Criança desde 1959 e na Adoção pela Assembleia Geral das Nações Unidas da Convenção dos Direitos das Crianças em 1989, conforme prevê o seu artigo 31.º - "Os Estados Partes reconhecem à criança o direito ao repouso e aos tempos livres, o direito de participar em jogos e atividades recreativas próprias da sua idade e de participar livremente na vida cultural e artística." Assim como "(...) respeitam e promovem o direito da criança de participar



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



plenamente na vida cultural e artística e encorajam a organização, em seu benefício, de formas adequadas de tempos livres e de atividades recreativas, artísticas e culturais, em condições de igualdade.”-----

Também a Constituição da República Portuguesa prevê um conjunto de direitos, liberdades e garantias, nomeadamente à família e às crianças.-----

Segundo o Prof. Carlos Neto, O brincar é um acontecimento de grande importância política, social e cultural para todas as crianças do mundo inteiro, independentemente da sua localização geográfica, situação cultural e condição de desenvolvimento, que todos os Estados membros ficarão vinculados a difundirem e defenderem as iniciativas consideradas adequadas na promoção dos direitos da criança a terem espaço e tempo para brincar em todos os contextos de vida, considerando ser este um comportamento fundamental e insubstituível no desenvolvimento humano. -----

A adoção do Dia Internacional do Brincar, além da importância que tem para a promoção de medidas e políticas conducente à concretização de aspetos fundamentais ao crescimento salutar de todas as crianças em condições de plena igualdade, deve também alertar para a necessidade urgente da alteração de horários desregulados, da imposição de ritmos de trabalho intensos, da precariedade, dos baixos salários, entre outros fatores que dificultam a articulação da vida profissional, pessoal e familiar por parte dos pais que obriga as crianças a passar longas horas nas creches e escolas.-----

A adoção deste dia deve igualmente alertar para a necessidade de criar condições para que as crianças brinquem livremente nos recreios e espaços exteriores das creches e escolas, bem como para a necessidade de garantir às crianças o direito ao acesso ao espaço público e à natureza com autonomia e segurança.-----

Propõe assim a eleita da CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida em 28 de junho de 2024 delibere:-----

1 - Saudar a decisão da ONU de designar o dia 11 de junho como nova data de celebração do Dia Internacional do Brincar. -----

2 - Incentivar a criação de campanhas de promoção dos Jogos Tradicionais por todas as idades, no Concelho de Portimão. -----

3 - Incentivar as escolas do Concelho para realizar e divulgar atividades lúdico-formativas junto do “público” infantojuvenil.-----

Deliberar ainda:-----

Enviar a presente a saudação à ONU Portugal aos Órgãos dos Agrupamentos Escolares do Concelho de Portimão, aos órgãos de Comunicação Social e publicar na página eletrónica da Assembleia Municipal de Portimão.»-----

-----Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Saudação – Do Dia Internacional do Brincar - (subscrita pela bancada da CDU)**, tendo sido obtido o seguinte resultado:

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA NDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS	15	5	3	2	2	1	1	1	30



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



A FAVOR									
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A Saudação foi aprovada por unanimidade.** -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para apreciação o **ponto 3- APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO** nos termos do artigo 25º nº. 2, alínea c) da Lei 75/13 de 12 de Setembro. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que queria só, dada a informação que não contempla aí ainda o contrato que houve com o IRU, passar a palavra à sua colega vereadora para dar nota, porque acha que é um assunto que lhes deve agradar a todos, que foi a assinatura com o IRU e, portanto, passava a palavra à sua colega Teresa Mendes. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que relativamente à estratégia local de habitação, dizer que já foi assinado de forma digital não presencial a alteração à estratégia local de habitação que tinha vindo a esta Assembleia na semana passada e no dia 11 de novembro foi assinado o contrato de investimento num edifício do Pontal na ordem, no valor de três milhões quinhentos e cinquenta e oito seiscientos e sessenta e quatro ponto sessenta e dois, ou seja, a totalidade do investimento que foi financiado, uma parte pelo IRU, uma percentagem pelo IRU e a outra percentagem através do PRR. No que diz respeito ao contrato de financiamento da habitação ser construída na Coca Maravilhas, também já está aprovada em conselho diretivo, ainda não assinada, porque falta apenas um registo dali de um lote que ainda não está concluído para termos a assinatura formal e o financiamento será na ordem dos vinte e oito milhões trezentos e trinta e quatro setecentos e oitenta ponto setenta e dois para esse edifício e no caso deste, haverá um investimento por parte do município na ordem dos dois milhões cento e vinte e nove que diz respeito a fiscalização, a segurança nova, a atos notariais, essencialmente a alguns atos que não foram financiados considerados em sede de PRR. -----

Ah! já agora peço desculpa, dizer só que na alteração da estratégia local, neste momento, o investimento é na ordem dos cento e dezanove milhões zero onze quatrocentos e cinco mil euros. Disse, senhora Presidente.

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que queria falar de uma situação que a entristece e que antes era uma situação conjuntural e que se tratou uma questão estrutural. Essa questão já foi aqui abordada, já foi abordada na AMAL e parece que não tem resolução à vista, já se



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



tornou um problema crónico, é uma questão que nos deve envergonhar e que precisa de uma resolução séria. Refiro-me ao tratamento do lixo e dos resíduos na cidade. -----

É assim, antes era uma questão que só se verificava no verão e em alturas com mais afluência de visitantes na cidade. Notava-se em alturas pontuais na Páscoa, no verão, no Natal, quando havia mais pessoas. Agora, nota-se o ano inteiro, e é pura e simplesmente triste. Vou-me abster de utilizar mais adjetivos, vou só dizer que é de facto triste e que me envergonha enquanto portimonense passar nas ilhas ecológicas que são lixeiras a céu-aberto e também me entristece o facto da questão já ter sido aqui abordada diversas vezes, já ter sido exposta nas redes sociais, a Câmara empurra para a Algar essa responsabilidade, sendo que as autarquias têm uma participação no capital social da Algar, a questão já foi falada na AMAL e eu sinceramente gostava de interpelar o executivo e gostava de saber de lá para cá, nomeadamente nos últimos seis, nove meses o que é que foi feito para resolver esta questão. É porque sinceramente é vergonhoso, deve envergonhar-nos a todos, é um péssimo cartão de visita, é uma questão de saúde pública, para além da má imagem que dá à cidade é uma questão também de saúde pública, porque a acumulação de resíduos e de dejetos atrai baratas, atrai ratos, portanto torna-se um problema de saúde pública e de facto o tempo passa e a questão perdura. Portanto, já não é uma coisa conjuntural e pontual que se via antes, é sim um problema estrutural. Disse. -

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Luís Filipe Custódio**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que pegando aqui um bocadinho nas palavras da colega Marta Caetano, ele está completamente de acordo com ela. De facto, nós queremos ser uma cidade turística e eu estive este ano sabático, por assim dizer, e reparei que de facto não é só no verão, mas sim durante todo o tempo que as ilhas ecológicas não há um cuidado na remoção do lixo. -----

Outra coisa que eu reparei depois aqui na vossa informação escrita, é que houve aqui um programa de recrutamento para cantoneiros de limpeza em fevereiro e outro em maio. Desculpem lá, mas eu não vejo limpeza nenhuma das nossas vias. De facto, eu se vier de Alvor para Portimão nunca vi tanta erva à beira da estrada como naquela estrada de Alvor para Portimão, e é uma estrada que é frequentada por inúmeros turistas e que de facto é um cartão de visita que fica muito mal para a cidade de Portimão. Contrata-se tanta gente pelos vistos e não sei onde é que essas pessoas estão porque não as vejo de facto à beira da estrada nem nos passeios a limpar as ervas. No entanto, se houver pessoas que não limpem se calhar os terrenos à volta da casa, vão ser multados. Portanto, isto eu acho que o Município de Portimão também tinha que ter em atenção todos estes aspetos. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do Bloco de Esquerda **Marilu Veiga Batista Correia Santana**, para dizer que vem falar da avenida Fernando Pessoa na Pedra Mourinha junto à escola Júdice Fialho. Por uma cidadã, um grupo de cidadãos já foram enviados e-mails para a Câmara, já foi enviado e-mail para o senhor Vice-Presidente sobre o estado das árvores que estão a entrar pelas varandas das pessoas e a causar toda a espécie de sujidade e o pior ainda, eu assisti, sou testemunha de duas quedas aparatosas de cidadãos causado pelos passeios e pelo crescimento das raízes que levantam todo o passeio. Tenho as fotos que o senhor Vice-Presidente também recebeu por e-mail, de cidadãos, entre elas a senhora



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



dona Sandra Cadima que foi testemunha como eu de uma queda de uma senhora e que ela é que me informou que tinha enviado informação para a Câmara acerca disso, aguardava a resposta da Câmara, também sabe que foi enviada a resposta que esse mesmo e-mail foi enviado para a EMARP e da EMARP eles receberam uma resposta em relação à limpeza da rua. -----

O problema que se põe não é, embora seja a limpeza também e o dano que causa nos carros e na pintura dos carros que ficam lá todos os dias, para além disso, o problema é o perigo que aquele passeio oferece todos os dias a avós que vão buscar netos e que nós testemunhamos as quedas inclusive dos miúdos que vêm todos os dias do grupo Raiz comer à escola Júdice Fialho. Eu várias vezes os acompanhei e tínhamos esse cuidado de avisar os miúdos para levantarem os pés porque o passeio está todo levantado. Portanto, o que pedimos é atenção para este caso, porque oferece perigo a muitos cidadãos. -----

Aqui também, por acaso eu ao ler isto vi que há uma informação à Presidente na página noventa e sete, um pedido de indemnização de cento e oito setecentos e quatro euros por uma cidadã que caiu entre a baixa de Alvor e o hotel Alvor. -----

O meu pedido de atenção é para não haver mais pedidos de indemnizações por falta de manutenção dos pisos que ofereçam perigo aos cidadãos. É tudo, obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Bruno Candeias**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que pegando nesta última intervenção, ele vai seguindo. No que toca à segurança, na escola Major David Neto, note-se todos os invernos há ali uma série de quedas, aquele pavimento à entrada não é antiderrapante, existem oliveiras lá perto que fazem com que o chão fique gorduroso, já alertei algumas pessoas da Câmara, já alertei funcionários da escola, mas noto que ano após ano não é encontrada uma solução ali para aquele espaço, não é feita a limpeza devida, não é sequer pensado em substituir aquela calçada por um piso pitonado, por exemplo, que seja antiderrapante. O meu pai já caiu lá, houve outras pessoas que eu já vi caírem lá e muitas outras certamente terão caído e eu acho que devia-se pensar ali por uma solução. Certamente que com duzentos ou trezentos euros consegue-se arranjar ali uma solução e evitar outras quedas. -----

Ainda falando sobre segurança e isto falando no espaço Raiz, é algo que eu, se eu vejo eu considero que vocês também consigam ver, aquilo é um espaço que não é próprio para crianças atualmente terem aulas, existe lá estacionado em permanência um atrelado, existem tábuas, materiais de construção, outros materiais que não são compatíveis com a utilização de crianças daquela idade. Portanto, eu pedia que vocês fizessem uma fiscalização àquele espaço e tentassem melhorar a segurança daquela área para crianças das idades do ensino primário. Ensino primário que hoje teve o último dia de aulas, isso para as crianças é um motivo de festejar, porque vêm as férias de verão, para os pais é motivo de alguma apreensão, algum stress, porque não têm solução para deixar as suas crianças para ocuparem os tempos livres. Antigamente a família era um apoio, os avós, os tios conseguiam dar esse apoio. Atualmente as famílias encontram no ATL ou também nas férias desportivas, são duas iniciativas de grande qualidade, reconhecida qualidade, mas face ao crescente número de crianças em Portimão não têm vagas para todos e então há muitas crianças que não



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



têm soluções para este verão e que precisam de alguma ocupação, alguma ocupação que os enriqueça e que possam ter um verão que seja produtivo. Portanto, eu proponho que numa próxima oportunidade, no próximo ano sejam criadas mais iniciativas deste género, como as Férias Desportivas, ou mais vagas para estas crianças. -----

Ainda sobre a educação, gostaria de saber se as obras que estão agora a acontecer na escola que nós chamamos na escola Cor-de-Rosa da Pedra Mourinha, se vão ter algum impacto no início das aulas do próximo ano letivo, são obras que são muito importantes, já vêm com algum atraso, havia zonas onde caía água, havia quadros que necessitavam de ser substituídos, WC que necessitavam de intervenção, são obras importantes, mas é necessário acautelar que o início do ano letivo não traga constrangimentos, ou se os trouxer tentar minimizá-los, e sobre esta questão da educação é o que eu tinha aqui a falar. -----

Apenas referir aqui um aspeto que se prende com o tratamento dos nossos espaços verdes. Devido às restrições de rega, a situação que atravessamos de seca, temos de restringir a rega dos espaços verdes, da relva, nós vemos várias rotundas e vários espaços que têm um aspeto abandonado. Nós há cerca de um ano e qualquer coisa apresentámos uma proposta para requalificação dos espaços relvados, por soluções baixas consumidoras de água como jardins mediterrânicos, na altura a proposta foi votada contra pelo PS e foi rejeitada, no entanto, eu acho que é a altura de nós repensarmos aqueles espaços, ou nós ficamos a ver e à espera que chova, ou então temos aqui uma boa oportunidade para pegar naqueles espaços e dar um aspeto mais digno, requalificando-os. Era isto, obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, estávamos a falar aqui de ambiente, uma coisa que me causou alguma estranheza foi junto à praça ali em frente à escola número um, ou a estrada de Alvor aqui na rua professor Egas Moniz, e depois também tem a Pinheiro de Azevedo, estão lá a fazer uma nova urbanização. Foi com a minha estranheza, cortaram aquelas árvores todas que estavam lá. Estavam lá árvores já com muitos anos de grande porte, sem qualquer problema e acho que esta urbanização ao vir para aqui devia de ter em conta as árvores que já estavam lá, e se a gente quer uma economia circular, falam tanto no ambiente, querem fazer tanto verde e depois aqui cortaram-me as árvores todas. Algumas tinham que ser mesmo cortadas para fazer o empreendimento, mas há outras que podiam ter ficado lá. Foi com muita estranheza, se vocês forem ao Google e ampliarem a fotografia no Google conseguem ver perfeitamente o terreno e que dava perfeitamente para aproveitar aqui muitas das árvores. Limparam aquele terreno, meteram lá um pavimento, vão fazer os prédios e agora meteram umas arvorezinhas muito pequeninas, porque é que não deixaram aí as outras que estavam lá e as outras se fossem bem calculado até podiam fazer o estacionamento à mesma e não destruindo as árvores. De um lado quer-se preservar o ambiente, mas depois quando fazem estes empreendimentos de construção não se tem em atenção ao existente que está lá. Por isso, não compreendo esta situação e abateram aqui mais de vinte árvores. Só para terem uma ideia, Portimão ficou com menos vinte árvores dentro da cidade e em frente a uma escola. É o que vão ensinar aos seus alunos... o que estão a ensinar aos nossos portimonenses, os jovens portimonenses, é isso cortar árvores para fazer prédios. Tenho dito. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que explana a atividade administrativa da Câmara elaborada de forma rigorosa por os técnicos que a compõem, que desde já saúdam. Agora, queria aqui levantar uma questão em relação à rota acessível. -----

Inaugurada em 2010, a rota acessível de Portimão foi pioneira a nível nacional e uma das primeiras da Europa para permitir que pessoas com mobilidade condicionada se deslocassem no centro da cidade, a fim de usufruírem de espaços de lazer, acederem a serviços públicos e desfrutassem de alguns equipamentos municipais. O protocolo de colaboração com a associação cultural POIS, para intervenção artística no âmbito da reabilitação dessa rota parte com o documento que explica de um conceito de Acupuntura urbana que se encontra perfeitamente explicado na informação que nos foi facultada. -----

Em virtude disso, gostaríamos assim de saber se a rota acessível de Portimão é para manter a função para que foi criada se a resposta afirmativa, o porquê da não execução de obras de conservação da mesma, reparando o pavimento, tapando os buracos, suprimindo irregularidades, com o objetivo de melhorar as suas condições de uso para o fim de que foi projetada? ou se será com esta intervenção que se pretende dar outro destino àquela rota deixando a mesma de exercer a função para que foi criada? Se a resposta for negativa, o porquê de não se ter realmente efetuado as referidas obras de reparação da mesma? E qual a razão da não existência de sinalética com a indicação adequada da função daquela rota em parte do seu percurso? - Estas perguntas surgem em virtude da própria informação que nos foi prestada no documento quando se aplica ao conceito de Acupuntura urbana. -----

Portanto, outra questão que aqui gostaríamos de perguntar, é que devido à informação prestada na página oitenta e dois, afinal qual é a situação do auditório municipal? e do balneário do bairro Pontal? e mais uma vez vimos perguntar se a Câmara tem algum levantamento e registo de placas de toponímia que se encontram deterioradas e apagadas? Por enquanto... -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que a senhora deputada Marta Caetano, quando fala nas redes sociais sobre a Algar ou sobre os resíduos que estão nas zonas envolventes, não leu também as notícias que a Câmara também fez circular da primeira reunião que teve logo com a Algar mesmo para preparar o verão e dar nota à Algar que a cidade da maneira que esteve o ano passado e continua a estar neste ano não podia continuar e, portanto, fizemos sair um comunicado porque a Algar o que se comprometeu é aumentar vinte e cinco por cento do serviço em relação àquilo que fez no ano passado e é isso que estamos à espera, nós sabemos que é difícil adquirirem os carros e as viaturas de uma hora para a outra, mas é isto que vão ter que fazer, porque nós não vamos poder ter a cidade da mesma maneira que temos tido até aqui. Foi isso que fizemos ver à administração da Algar, tem estado um pouco melhor, mas também tem estado um pouco melhor porque nas áreas envolventes tem sido a EMARP a andar, a apanhar à volta nas zonas envolventes e temos um procedimento feito neste momento para aumentarmos o número de ilhas ecológicas, neste caso para os



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



recicláveis, mas a Algar é responsável e vai ter que o fazer. É isso que vamos apostar, é isto que vou estar empenhado e é as reuniões que vou ter que ter. -----

Depois, o Luís Custódio, o senhor deputado Luís Custódio falou nos cantoneiros, é verdade. Os cantoneiros entraram dez cantoneiros e neste momento, hoje, por exemplo, estavam em sete zonas da cidade. Tiveram primeiro formação para poder andar com as roçadoras e neste momento, hoje estavam a limpar sete zonas da cidade. -----

Depois, eu sei que as árvores na avenida Fernando Pessoa, pois o seu colega ainda agora já disse porque é que tiraram as árvores numa urbanização nova que estão a fazer. Umas vezes temos árvores e outras vezes não queremos árvores. As árvores o que já fizemos foi podá-las, mas nessa zona das raízes foi podá-las não com um corte que nós gostávamos, porque, no entanto, temos ainda pessoas dos prédios a se queixarem.

Da pessoa que falou, era uma árvore que até está dentro do terreno da escola e que dava para o quintal dela, foi podada logo na semana a seguir. Agora, as pessoas muitas das vezes querem é que a gente abata as árvores e isso não o vamos fazer. Portanto, é bom que isto fique já aqui bem ciente, temos que tratar dos passeios, é verdade, mas não vamos abater árvores só porque cai folhagem para os quintais e é isso que estava a acontecer. Temos que podá-las, temos as empresas contratadas que têm que fazer esse trabalho também e, portanto, é isso que vamos continuar, falta-nos fiscalização. Temos andado à procura para que possamos ter fiscalização no terreno para que as empresas que têm este trabalho e que têm que desenvolver este trabalho têm que o cumprir, e é isto que vamos querer fazer. -----

Depois, o senhor deputado Bruno Candeias, é verdade na escola Major David Neto até já fizemos um programa com os miúdos também de apanharem as azeitonas e depois levamos para um lagar para fazermos azeite, mas não é suficiente, porque na realidade cada vez que as azeitonas caem ficam ali e aquele passeio fica em condições que não se consegue e é difícil de andar onde há terreno com as azeitonas ali todas espalhadas. -----

O espaço Raiz vamos ver mais uma vez, que já foi dito à associação que está lá também para desimpedir aquele quintal e, portanto, vamos analisar, ficamos com essa nota. -----

A escola Cor-de-Rosa, a obra desde que corra bem, por isso é que começou uma semana antes de acabar o ano letivo, os alunos foram transferidos para outro estabelecimento, que é para o que nos disseram foi que vão acabar a tempo e horas de começar o ano letivo sem constrangimentos. -----

Dos jardins mediterrânicos, isso estamos, os serviços estão a analisar, porque na realidade temos grandes espaços verdes e temos que acabar com grande parte deles, porque cada vez mais, não podemos contar só com a ajuda do São Pedro e é isto que vamos ter que o fazer também. Os espaços verdes de relva, de relvados. «Quero outros espaços verdes com relva, foi o que falou o senhor deputado». -----

Depois, da rota acessível vou passar para o meu colega Zé Cardoso, do auditório municipal entrou o projeto, vai entrar finalmente até dia 15 o projeto definitivo e, portanto, para depois lançarmos concursos daquela obra e o balneário do bairro Pontal, o que estamos a fazer é um projeto também para remodelar o balneário do bairro Pontal e até também para os queimadores e tudo mudarmos da caldeira que temos lá e passarmos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



a trabalhar com gás canalizado, porque não faz sentido termos os balneários naquele estado e é isso que vamos querer fazê-lo. Passava então para a rota acessível, para o senhor vereador José Cardoso. -----
----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que relativamente à rota acessível, a senhora deputada Lurdes Melo já lhe tinha colocado a mesma questão na Comissão de Território. A intervenção na rota acessível é uma intervenção do urbanismo tático, que tem como objetivo embelezar do ponto de vista artístico e urbanístico esta infraestrutura, que é uma infraestrutura para manter a sua função, é uma infraestrutura de mobilidade, de acessibilidade, é de facto pioneira, foi a primeira do país. Ao longo da cidade já temos uma rota acessível de segunda geração em todas as intervenções na via pública que são feitas, já não são, portanto a primeira geração é rota acessível de betão, a segunda já são as lajetas que vemos ao longo dos passeios em todas as intervenções que fazemos na via pública, mas neste circuito de primeira geração, além da intervenção urbanística que está a ser feita, intervenção que foi feita por protocolo com uma associação, que tem projetos artísticos que foram selecionados que vão ser apresentados no momento final, portanto não são pinturas ao acaso, são projetos artísticos que foram selecionados. Pontualmente foram feitas reparações a alguns dos troços onde havia mais anomalias neste trajeto e queria também lembrar que está em curso um procedimento para, não é uma intervenção artística, mas é uma intervenção de valorização do restante troço da rota acessível que não está incluído neste projeto. Portanto, todo o resto da rota acessível existente que não está incluído neste projeto e que vai até outras zonas da cidade também vai ser requalificada e pintada de uma cor que evidencie esta infraestrutura que em princípio será o azul, mas ela continua a ser uma rota para mobilidade reduzida. -----

Também dizer que há uma candidatura aprovada para prolongar a rota acessível desde o mercado municipal até à estação de comboios, e essa candidatura teve financiamento, foi aprovado e está em concurso. Portanto, relativamente à rota acessível eram estas as informações que queria deixar. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que tinha aqui algumas questões para colocar. O senhor Presidente em exercício ali nas respostas aos cidadãos falou aqui na questão da alteração à operação de loteamento do Vale da Rocha, mas eu fiquei na dúvida. Eu por acaso tive a oportunidade na terça-feira de mandar o requerimento para a Câmara também no âmbito daquele anúncio que saiu, que é uma coisa estranhíssima, aquele anúncio é uma coisa estranhíssima, não sei se virá nos manuais do mau urbanismo em Portugal, aquele anúncio que foi publicado no Diário da República, porque fazer-se um anúncio, às vezes publicar um anúncio em Diário da República sobre uma alteração, uma operação de loteamento que se diz (caducado), alvará caducado e notificar-se proprietários de lotes, quando aquilo, na verdade, era uma audiência pública para quem quisesse pronunciar, aquilo tem que entrar para os anais do que é que é o mau urbanismo e maus procedimentos do urbanismo em Portugal e, portanto, queria que o senhor Vice-Presidente aqui explicasse, ou Presidente em exercício, peço desculpa, explicasse porque é que se deram ao trabalho de publicar aquela coisa, aquilo é uma coisa, não é um anúncio, aquilo é



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



uma coisa, quando aquilo manifestamente não tinha viabilidade do ponto de vista jurídico e do ponto de vista procedimental. Disse aí que houve um pedido, mas se houve um pedido que manifestamente não tinha qualquer tipo de viabilidade, tinha que ser liminarmente arquivado. Houve dispêndio de recursos, nomeadamente económicos e de recursos humanos, para dar sequência ao procedimento e agora vai ter que ser dada resposta a quem fez requerimentos no âmbito da participação. -----

Depois, medidas de poupança de água no concelho. Já temos uma nova resolução, eu estive aqui a ver a informação, não sei se procurei bem, mas não vejo uma referência às medidas de poupança de água que estão em vigor e que foram agora reavaliadas com a nova resolução, creio que é a 80/2024 se não me engano. Portanto, perguntava-lhe o que é que está em execução relativamente a essa matéria no concelho de Portimão. -----

Depois, jardim Arquiteto Ribeiro Teles, chamo-lhe jardim porque aquilo não é um parque verde, é um jardim ali junto ao cemitério. A obra já devia ter terminado pelo menos há um mês quase e meio se não me falha a memória, eu no outro dia passei lá, vi uma espécie de obras em andamento que queria que dissesse à Assembleia o que é que se passa ali. -----

Depois, tivemos uma reunião da Comissão das Políticas de Território no outro dia, em que se falou nomeadamente sobre mobilidade com o vereador Cardoso, falou-se das obras, mas há aqui uma questão que eu acho que nem sequer foi abordada, mas que se calhar até faz sentido abordá-la aqui. Há intervenções na rede viária na cidade de Portimão que, parece-me a mim duram muito mais do que aquilo que é razoável, e vou dar um exemplo concreto. Ali junto ao estádio Dois Irmãos houve um corte de via durante semanas e alguns sinais ainda ficaram lá esquecidos e depois quando a via foi reaberta, os remates das tampas de esgoto demoraram mais duas semanas para ser feitos, ainda andavam para lá uns sinais também e eu não percebi porquê a demora na execução daquela intervenção. Não ponho em causa a razão de ser da intervenção, não é isso que está aqui a questão, é a demora e a forma pareceu-me descoordenada como a intervenção foi feita. -----

Depois, para terminar, fala-se aqui numa ação judicial sobre o parque canino, o celeberrimo parque canino no bairro Pontal, diz-se aqui que a Câmara contestou a ação, eu pergunto senhor Presidente em exercício qual é a decisão, enfim, não é novo executivo, é executivo recauchutado, não é, agora. -----

Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer ao senhor deputado executivo recauchutado, já terminou o seu tempo, se faz favor. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, se me deixar terminar, recauchutado porque, entretanto, houve saídas de pessoas e entrada de outras, é nesse sentido. Portanto, reconfigurado se quiser, reconfigurado, executivo reconfigurado, pronto. Qual é a decisão que vai ser tomada em relação àquele equipamento ali, é para ficar ou terá que ser o tribunal a mandar remover aquele equipamento ali. Disse. --

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não estão na indústria automóvel, estão na política e a política é algo que deve ser tratado com



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



respeito, é dos exercícios mais nobres que eles têm, estão ali em representação do povo e têm que ter essa elevação e essa educação. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Luís Filipe Custódio**, ora, eu gostaria de perguntar aqui em termos de, qual será a solução que a Câmara de Portimão pensa arranjar para, portanto o executivo pensa arranjar em termos de acessibilidades à praia da Rocha, da entrada de viaturas automóveis, principalmente quando se trata destes eventos que são criados na praia da Rocha. É que nós depois demoramos cerca de duas horas só para chegar a casa. Isto é uma situação que, aquela zona ali da casa inglesa entope o trânsito e depois não há outras soluções. Não sei que soluções é que estão a pensar arranjar. -----

Gostaria também de perguntar se não há interesse também em apadrinhar escritores que existem em Portimão, que houve um há relativamente pouco tempo que lançou um livro infantil, ele tem cerca de mais trinta livros para lançar e não tem qualquer apoio do município, portanto e sendo um município de Portimão e escritor, portanto não sei porque é que não se procura também dar apoio a este tipo de pessoas. Obrigado.

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Valente**, para dizer que vai tentar ser breve. Gostaria de colocar ao executivo presente algumas questões. As primeiras duas questões são relacionadas com o equipamento médico-veterinário que foi recentemente inaugurado, soube que algumas portas de alguns espaços de contenção de canídeos ficaram danificados, que estariam retiradas para se utilizar uma possível garantia, gostaria de saber se já voltaram a ser postas, se o espaço já está novamente totalmente funcional. Gostaria também de questionar se o pessoal afeto ao dito equipamento já foi aumentado, porque todos sabemos que o pessoal que lá trabalha é pouquíssimo para o trabalho que lá existe, tendo em conta que aumentámos o espaço, mantivemos o mesmo número de pessoas, gostaria de saber se já foi aumentado o número de pessoal. -----

Relativamente ao que já foi aqui falado várias vezes, a limpeza urbana, a limpeza urbana não pode ser só em Portimão o centro, tem que ser também nas freguesias da Mexilhoeira, na freguesia de Alvor e naquelas vias menos frequentadas. Há zonas em Portimão em que as ervas têm quase o meu tamanho e eu sou grande. -----

Relativamente também à limpeza, soube e soube por falar com alguém na EMARP que telefonei para lá a fazer a questão, recentemente as viaturas de recolha de verdes estiveram as três avariadas, impressionante, gostaria de saber se já estão as três funcionais, se já estão reparadas, o que é que aconteceu. -----

Já foi aqui também falado em relação às ilhas ecológicas, não sei se é possível, lanço o repto, um aumento de fiscalização junto das ilhas ecológicas, porque todos os dias e aqui não vou poder culpar nem a EMARP, nem o município, culpo os portimonenses, todos os dias se abandonam monstros junto das ilhas, quando existe um número de telefone a quem se pode telefonar para os recolher. Se calhar aumentando a fiscalização e explicando às pessoas que existe um número, este abandono poderá terminar. -----

Gostaria também de questionar o porquê da decisão de tantas obras ao mesmo tempo em artérias principais da cidade em conjunto com um festival que já de si entope a cidade. Portanto, temos um festival que entope



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



a cidade, temos obras que entopem artérias na cidade e um percurso que eu normalmente faria para casa em quinze, vinte minutos, levo uma hora, porque não tenho por onde passar. -----

Relativamente também ao festival, tenho ideia que já questionei o ano passado, não tive resposta, se existe algum estudo de impacto ambiental relativamente ao impacto do *Afro Nation* na zona onde ele é efetuado. Sei que existe uma grande preocupação de limpeza diária do espaço da EMARP e do próprio festival, sei disso tudo. Agora o que é que aquele festival prejudica o areal, o que é que aquele festival prejudica a linha de água e o que é que aquele festival prejudica quem mora ali à volta? Se existe algum estudo relativamente a isto. -----

Uma pergunta só, que é para terminar. Gostaria de saber o que é que o município tem a dizer acerca do aumento de criminalidade que temos verificado na nossa cidade. Todos os dias se vê pessoas a queixar que lhes roubam equipamento, nomeadamente aquelas bicicletas elétricas, aquelas motas elétricas, o que é que o município pensa fazer em relação a este problema? Disse. -----

----- Pede o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Jorge Melo**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que só tem uma questão para o executivo. Verifico que aqui está mencionado as obras do centro escolar do Alto Alfarrobal que eu assumo que seja a Escola de Hotelaria. A minha questão aqui vem, é se estas obras vão decorrer nestas férias escolares e se durante estas férias escolares vão finalmente ser executadas as obras para construção do jardim prometido na escola que está em vigor neste momento. Disse, obrigado. -----

----- Pede o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do Bloco de Esquerda **Marilu Veiga Batista Correia Santana**, senhor Vice-Presidente, não defendemos nunca o abate de árvores, muito pelo contrário. Apenas defendemos que sejam mantidas convenientemente a poda das mesmas e não só por baixo, de modo a não porem em risco nem em perigo os utentes, as viaturas que por lá estacionem e que não entrem nas varandas dos prédios das pessoas que lá habitam. Apenas isso. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que se calhar começava logo pelo fim, pelo deputado Jorge Melo, a obra já devia de estar executada e há muito tempo. Quem ganhou obra depois não a fez e, portanto, abrimos novo procedimento para ver se este verão a obra fica feita, estou a falar do jardim, não estou a falar da escola, só do jardim que isto fique bem esclarecido já. -----

Depois, quanto ao deputado César Valente, as medidas lá no veterinário. Tudo aquilo que estava danificado estava dentro da garantia e está a ser recuperado pelo empreiteiro porque tem que recuperar e as portas também existiram ali algumas anomalias que depois os serviços acharam que podiam ser melhoradas e é isso que tem estado a ser feito com alguma brevidade e a maior brevidade possível, porque o canil a lotação já está cheia e, portanto, temos que ter as condições todas para trabalhar. -----

Quanto ao aumento de pessoal, o que conseguimos foi lá pôr mais uma pessoa, mas esta pessoa já era voluntária no canil, tinha concorrido para a quinta pedagógica, conseguimos pô-la no canil, mas na realidade já era voluntária e deixou de ser voluntária e passou a ser funcionária. Temos que abrir, porque na realidade



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



precisamos de mais gente e até que temos uma pessoa que quer sair de lá também e, portanto, vamos ficar ainda com menos um. -----

Quanto ao número de viaturas lá com a EMARP, vou ver, porque neste momento não tenho esta informação, o aumento da fiscalização estamos de acordo, até tenho falado nisto várias vezes na reunião de Conselho de Administração da EMARP, porque vamos ter que pôr nalgumas ilhas quase um fiscal ao pé de cada ilha, porque as pessoas metem a qualquer hora, as pessoas não têm respeito nenhum, pode ser muito mais facilitado que até vamos buscar a casa e à porta, mas, no entanto, gostam de espalhar o lixo. Sinceramente eu acho que muitas das vezes não são os portimonenses. Os portimonenses estavam habituados, eu acho é que estes novos habitantes que temos, é que eu acho que todos os dias têm colchões para colocar, têm móveis para colocar, têm frigoríficos para colocar e é só isso que se vê à volta das nossas ilhas ecológicas.

----- Interveio o deputado municipal da bancada do PAN **César Valente**, para dizer que onde ele mora há uma ilha ecológica e às vezes é entupida por duas instituições da freguesia. A EMARP sabe, já lá foi e continua e são duas, uma instituição e um restaurante que diariamente entopem a ilha e toda a gente sabe disto e inclusive a EMARP já lá foi à instituição e elas continuam. Portanto, não sei se a fiscalização vai resolver enquanto não for alguém autuado. Não sei. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que está registado, mas ela tinha só uma nota. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, vamos ficar com a devida nota, o senhor Pedro Romão está aí, já me está a dizer que sim, vai ficar já registado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que está registado e ela tinha só uma nota. Quando os senhores deputados tiverem o conhecimento desse tipo de situações muito concretas, podem fazê-lo através do correio eletrónico para o executivo e o executivo sinaliza essas questões, independentemente de poder fazê-lo aqui. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, quanto ao aumento de criminalidade, na realidade dar aqui uma nota também que neste momento já temos mais vinte e quatro elementos no corpo de intervenção aqui em Portimão sediados, o que pensamos que vai dar alguma ajuda e alguma resposta, porque na realidade os meios são poucos, temos tido várias reuniões tanto com a PSP, como com a GNR, mas é mais na zona da PSP é que esses furtos acontecem e que achamos que, não é o ideal ainda, porque sabemos que no verão com muito mais gente na praia da Rocha, estes vinte e quatro elementos do corpo de intervenção vão reforçar muito a praia da Rocha, mas temos que também fazer face ao resto da cidade da maneira que tem crescido e o policiamento falta-nos, ainda no outro dia tive uma reunião com o senhor superintendente e que quase que me ia dar uma boa notícia, que era íamos ter mais cinquenta polícias, mas na realidade os cinquenta polícias que vêm, ou quase todos os que vêm vão ficar no aeroporto. Portanto, as cidades vamos continuar e vamos ter que continuar a pedir, porque na realidade necessitamos e muito do reforço policial e até da polícia de proximidade, porque



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



todos nós sabemos que existiu policiamento de proximidade, com o comércio local temos feito agora já algumas reuniões também. Quando há polícias no centro da cidade, na rua do comércio aquelas bicicletas elétricas circulam e tudo aquilo acaba. Portanto, tem que existir mesmo policiamento de proximidade. ----- Ora, do parque canino, do parque canino como sabe é da Junta de Freguesia, a Junta de Freguesia como disse pôs uma fechadura eletrónica para que fosse fechado até determinadas horas, e agora o que vai colocar é a videovigilância também. O processo está em tribunal, é verdade, vamos aguardar pelo desfecho do que é que o tribunal irá dizer. -----

Do jardim Gonçalo Ribeiro Teles, vai à próxima reunião de Câmara, para que na parte, a suspensão da obra agora, que é para a parte dos verdes só ser plantada em setembro outubro, daqui a setenta dias. Portanto, vai haver uma suspensão por sessenta dias para depois o jardim só numa época mais fria, quando não com tanto calor, que é porque, por causa até da rega para não estarmos a regar tanto. -----

A poupança da água, pois senhor deputado temos estado a cumprir com tudo aquilo que tem sido regulamentado, isso é que temos estado a fazer e, portanto, e os municípios contestaram algumas regras que foram postas, até pela AMAL foi contestado e agora estamos à espera da resposta da ERSAR, isso tem a ver com a fiscalização, senhor deputado. -----

Depois, do Vale Rocha acho que já foi tudo dito, senhor deputado. Nesta semana que tive mais em funções, já quase com a transferência de pastas, o que me foi dito, aquilo é um procedimento correto, foi-me dito pelos técnicos. Foi pedida uma alteração, tinha que ser feito o aviso, ainda bem que diz lá que está caducado e que depois vamos aguardar pelos próximos desenvolvimentos, mas tenho que fazer boa-fé nos técnicos que lá estão, nos técnicos que trabalham na autarquia e, portanto, é isso que vamos aguardar. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que agradece ao senhor vereador José Cardoso a explicação de que a rota se mantém com a mesma função. No entanto, não me respondeu e se calhar não circulamos na mesma cidade, o porquê de não ter sido feita uma manutenção à mesma, encontram-se buracos nessa mesma rota, existem irregularidades no pavimento que não foram tratados e para além disso existe sinalização inadequada. Se é uma rota acessível não é uma ciclovia e é só verificarem que em certas partes da rota acessível encontra-se sinalética para circulação de bicicletas, daí a pergunta, também sei muito bem qual é o projeto que nos é aqui apresentado, mas é essa a pergunta que eu queria fazer, se vão verificar. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, tenho aqui seis pontos, são questões, mas acho que não são muito demorosas e depois tinha duas notas. Uma primeira, e vou até tentar complementar a intervenção da colega Lurdes Melo, mas por um princípio em relação à rota acessível que também conheço bem, acho que conhecemos todos o projeto, felicitar, naturalmente é louvável, é uma iniciativa que até se deve replicar e de várias formas e variadas numa sociedade que evolui e que às vezes tarda em evoluir no acesso que dá a todos os seus cidadãos e a quem nos visita, naturalmente é importante conhecedor que é louvável, que como o senhor vereador José Cardoso



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



referiu e exemplificou algumas coisas, tem muitas coisas boas, gostávamos só para ficar cem por cento tranquilos com isto que é louvável, saber se efetivamente vai ter algumas pequenas correções, também identifiquei agora nos últimos dias algumas, mas seguramente que deve estar no processo, mas concluí o que a Lurdes estava a dizer que é essa a questão, é um dois em um, também a faço para, é para a Lurdes, mas sou eu que a faço. -----

Depois, tinha aqui algumas questões, uma primeira nem vou aflorar muito, já tivemos uma moção sobre isto, mas é, efetivamente gostaria neste ponto que a informação escrita e sobre algo mais, tem mais tempo até para falar sobre a revisão do PDM, era importante a nível político, a nível da cidade, não é para debater o ponto, é para saber o estado da arte em que neste momento está e o que é que o executivo pensa fazer, porque não basta dizer, claro que vamos rever, já oiço isto há alguns anos, sou autarca há cinco, acho que há cinco que os oiço. -----

Segunda nota, sobre mobilidade, acesso e tráfego rodoviário, não vou entrar aqui naquela ladainha dos eventos, cada um tem a sua opinião, são bons, trazem valor acrescido económico, naturalmente é sempre salutar e aqui digo Portimão conseguir atrair pessoas em vários eventos. Há uma questão e permitam-me, já todos nós estivemos noutras cidades que atraem muitos eventos, milhares de pessoas, Portimão não é exceção, mas tem o mérito de o atrair, mas há uma coisa que todos identificamos. É que há na zona de proximidade ao evento, acompanhamento, muito dele privado por promotores do evento, normal, mal seria ou ideologicamente não defendo isso, mas há uma questão que aqui coloco à consideração do executivo. Em todo o resto do município, qualquer uma das entradas da cidade, hoje fiz o périplo por todas elas, há zero acompanhamento a nível municipal de, alívio de tráfego, isto acontece em todas as cidades, Lisboa, Porto, Gaia, Cascais, Évora, tudo, coordenação municipal das forças de proteção para às vezes simplesmente em pequenas rotundas conseguir gerir melhor o tráfego em Portimão, nestes dias de quarta-feira, então hoje abandonaram por completo, não houve nada. Houve na praia da Rocha, na zona limítrofe, toda a razão até para conseguirem receber o Observador, já lá irei, muito bem, nas entradas de Portimão foi o abandono total. E tenho que enquanto portimonense e conscientemente de como politicamente isto se faz noutros sítios, criticar, porque não é assim que se faz. Apenas melhorariam quem chega e os portimonenses que não tinham que estar uma hora para entrar, se calhar até estavam quarenta minutos ou trinta, mas sentíamos alguma coordenação com as forças de proteção que acontece noutras cidades. -----

Depois, e aproveito no Observador para lançar uma questão, esta aqui não foi bem questão, foi um reparo mesmo, do PDM era questão. O senhor Vice-Presidente e digo isto, Vice-Presidente hoje, segunda-feira Presidente para não haver dúvidas, agora aqui Presidente em exercício, disse à rádio Observador uma coisa que eu concordo bastante. Disse várias, aconselho a ouvirem, e a da senhora Presidente cessante também. Quem gosta de política deve ouvir e fazer uma análise crítica, é que aquilo fica gravado, mas a questão é, melhorar as infraestruturas porque Portimão veio de endividamento excessivo, e entendemos que melhorar, mas eu nestes anos aquilo que tenho ouvido muitas vezes é que estamos a ter efetivamente mérito da equipa do Dr. Pedro Pereira e da equipa financeira a trabalhar. Como é que passado dez anos ainda ouvimos a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



mesma conversa de que temos que melhorar as infraestruturas quando Portimão até é uma cidade que a nível de infraestruturas tem tudo à exceção da pista de atletismo, mas não quero entrar por aí. Portimão tem tudo há dez anos que oigo, e agora vamos voltar à questão, temos que as melhorar. Tanto tempo que tiveram e têm, mas gostava que respondesse sobre isso, concordo, não vou entrar na questão da habitação que a senhora Presidente não está aqui não seria elegante, mas gostava de perceber o que é que é o melhorar as infraestruturas e para ver se não é o mesmo discurso de 2022, 21, 20, véspera de eleições, pós-eleições, é que quer dizer. -----

Depois, vi e registo com algum agrado a vontade, as quintas-feiras das dezoito às vinte e duas para jantarmos à pressa e conseguirmos ter tempo, porque o horário antigamente não era bem este. Perguntava qual é a estratégia subjacente, portanto aqui é uma questão da Junta de Freguesia de Portimão, eu sei disso, mas o município e atenção e friso, estas questões que procurem atrair mais comerciantes, mais pessoas, neste caso são louváveis. Pergunto é se podíamos tocar neste ponto, saber qual é a estratégia subjacente, portanto a esta iniciativa louvável da Junta em parceria com o município e o que é que foi articulado com comerciantes, o que é que está aqui previsto nestes meses que vão ter esta iniciativa, para percebermos melhor enquanto autarcas aquilo que foi apresentado. -----

Fiquei com uma dúvida, no mesmo seguimento do que é público, quando se falou no evento da noite, que já houve noutros tempos, quando o senhor Vice-Presidente diz, «porque aqui as contas são transparentes e cremos, não percebi, gostava de entender qual é a relação a nível de custo e benefício com o município neste evento, porque ninguém lhe tinha perguntado até, mas li e nós devemos estar atentos e fiscalizar o que o executivo diz e faz, mas a primeira afirmação do executivo é porque aqui as contas, não percebi sinceramente esta afirmação, mas ficarei atento e a seguir tenho muitas opiniões sobre isto. -----

Uma outra nota. Falamos muito de saúde, com a delegação de competências há algumas coisas que devemos de fazer, eu perguntava o estado da arte do Conselho Local de Saúde em Portimão que é fundamental para ouvirmos profissionais de saúde, pessoas ligadas ao setor social, ao setor privado, ao setor público aqui e perguntava se Portimão está a trabalhar nisto como outros municípios, porque só falamos às vezes de questões, hoje veio cá uma moção, e às vezes pequenas coisas que podemos todos contribuir e por fim uma nota que esta até é mais pessoal, não foi discutida politicamente, mas nós sabemos que no final deste ano assinalamos cem anos de elevação a cidade, estive muito atento ao programa, tenho que ser justo para uma cidade que já foi e devemos reconhecer isso, um chamariz e um exemplo de atividade de iniciativa de rua, de eventos, já foi e digo, mérito do Partido Socialista, era quem estava no poder, deixa muito a desejar. Digo isto frontalmente ao executivo, parece que é para cumprir calendário. Uma elevação, centenária, para mim é a melhor cidade do Algarve e para todos, mas a segunda maior cidade com a história riquíssima destes cem anos, a parte conserveira da sardinha, do turismo, temos um autódromo, temos um aeródromo, somos uma cidade efetivamente incrível e eu olho para o programa e até para a forma como apresentaram paupérrima e gostava que trouxessem mais algumas novidades, sabendo que depois temos o ano do centenário ainda, é como dos clubes de futebol assinalam antes e depois estão vinte e quatro meses a falar



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



dos cem anos, mas muito sinceramente, de uma cidade como Portimão com os pergaminhos que tem, tiveram muito tempo para saber que íamos fazer cem anos de elevação a cidade, e acho que é mais do mesmo, isto podia ser um programa para o ano 2025 normal, mas também gostava de dizer sobre isto que há os cem anos e aqui talvez de mérito da oposição e aqui assumo a minha quota-parte de responsabilidade, podia ter sido muito mais participado, podíamos ter discutido, podíamos ter visto com propostas dos outros lados, são os cem anos de todos, não é de nenhum partido e é de outras pessoas que nem pertencem à política, mas, portanto dar esta nota. Portanto, são seis questões, duas críticas diretas e uma sugestão. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que também aqui umas breves questões. Era já que falámos na escola hoteleira que agora vai ser convertida em escola primária ou está a ser, pergunto também se já arranjam o estacionamento e os acessos, a tal estrada que podiam fazer ali um acesso, portanto à Pedra Mourinha como ao outro lado do Vale de Lagar, porque aquilo é um sentido único, torna-se complicado para as pessoas que moram ali e agora vão levar ali com uma escola. Eram para levar um jardim, quando compraram as suas casas era para terem um jardim e agora têm lá uma escola hoteleira e agora têm uma escola primária e ficam com poucos acessos e estacionamento nas suas próprias casas. Gostaria também de saber aqui sobre as casas dos custos controlados, como a Câmara vai ficar com vinte e sete apartamentos, já me vieram dizer que possivelmente iam alojar as pessoas que vivem no Vale da Arrancada e naquelas casas, principalmente essas casas iam para essas coisas. É o boato que anda aí e eu pergunto e sinceramente, se essas casas se realmente é para realojar essas pessoas, não tenho nada contra e também gostaria de saber se a senhora Presidente pudesse dizer o valor delas atualmente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Valente**, para dizer que vai ser muito breve a sua intervenção. O senhor Vice-Presidente provavelmente por lapso não me respondeu a duas questões que já o ano passado não obtive resposta. Uma é acerca do estudo de impacto ambiental do *Afro Nation*, a outra é em relação às obras que já foram faladas também aqui, ao mesmo tempo do festival e toda a gente sabe o que está a prejudicar. Aproveito para fazer uma terceira que é, se o festival é para continuar. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que a sua questão é em relação à fortaleza de Santa Catarina. Qual é o objetivo para a fortaleza de Santa Catarina? Neste momento, tenho conhecimento que a fortaleza está aberta, está a acolher os novos habitantes que estão a dormir dentro da fortaleza naquela zona que era o antigo restaurante, está tudo aberto, vidros todos partidos e estão agora também a fazer, penso que estão a reabilitar uma casa-de-banho. Portanto, a minha questão é qual é o objetivo em relação a essa parte da fortaleza de Santa Catarina, se é para continuar isto no verão e termos um bom cartão para os turistas, portanto se as pessoas estão lá a dormir, têm colchões está tudo espalhado, têm as janelas abertas, portas abertas e ao lado estão a restaurar uma casa-de-banho. A minha questão é se também a casa-de-banho que estão a restaurar vai servir para dar serviço e para ser utilizada pelos novos habitantes que estavam neste AIOL. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Outra situação, nós temos os jardins desta cidade e parte desta cidade completamente às escuras, temos uma grande, estamos a assistir a uma grande falta, há falta de segurança, os jardins estão a ser mal frequentados até às três, quatro da manhã, gritaria, música, pancadaria e a minha questão é se a Câmara tem intenção de pelo menos substituir ou colocar mais candeeiros com mais iluminação nessas partes que estão mais escuras da cidade e oferecem perigo para os habitantes. -----

Outra questão é em relação ao jardim Gonçalo Ribeiro Teles, portanto acabaram de informar que a empresa da empreitada deixou, portanto, houve incumprimento e a minha questão é se e quais os meios, se acionaram ou quais os meios acionados para este executivo contra o incumprimento desta empreitada, se é mais uma que abandona e não é responsável para com o município, ou se realmente hoje há meios acionados contra o incumprimento desta empresa. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Luís Filipe Custódio**, para dizer que é só para dar aqui um pequeno reparo, que mais uma vez ele questionou, ficou sem resposta, portanto que é algo que começa-se a habituar, cada vez que questiona o executivo, fica sempre sem resposta, mas desta vez achou por bem interpelar essa questão. Portanto, se vai começar assim a sua presidência, acho que começa muito mal. Obrigado, boa noite. -----

A questão em falta foi, questionei o que é que o município pretendia fazer das acessibilidades a Portimão para nestes dias de evento o que é que o município pretendia fazer, quais seriam as atitudes que iriam tomar principalmente ali na zona da casa inglesa que é o acesso à praia da Rocha e que leva a que toda a gente fique encalacrada dentro da cidade de Portimão. Não tive qualquer resposta, portanto mais uma vez. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que ficou registada agora a pergunta e depois oportunamente o senhor Vice-Presidente dará. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Bruno Candeias**, para dizer que na última intervenção faltou referir um outro aspeto relacionado com a educação. Neste último ano tivemos inúmeras greves do pessoal auxiliar, as pessoas não estão contentes, sentem-se desapogadas, sentem que o serviço que estão a realizar é muito para o número de efetivos que estão ao serviço e todo o trabalho que o executivo tem feito no sentido de melhorar esta situação tem sido insuficiente. Nota-se que o problema não foi resolvido e prevê-se que no próximo ano este problema se mantenha. O que eu questiono é o que é que está a ser feito, ou o que é que poderemos esperar do novo ano letivo quanto a este aspeto. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, quanto ao senhor deputado, sobre a mobilidade, e estava a falar sobre o festival, é que o festival já acabou, acaba hoje e, portanto, mas o meu colega José Cardoso depois já vai falar do que é que temos feito em relação... termina hoje já, olhe, deve estar a terminar quase, portanto. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Depois, o senhor deputado Pedro Mota falou da escola do Alto Alfarrobal, é o que vamos pretender fazer, é aumentar o estacionamento e também criar uma via direta. Não, está a ser feito com o projeto, não vai ser ainda a escola, ainda não pode entrar em obras. -----

Casas a custos controlados. O valor neste momento aqui não tenho, mas ó senhor deputado já foi dito várias vezes que irá vir o regulamento, que as casas que o município vai ficar são para forças de segurança, pessoal de saúde e educação. Portanto, já foi dito aqui nesta Câmara várias vezes, quem lhe disse, quer dizer, as outras pessoas que dizem você acredita, nós que dizemos aqui o que é que vai ser, mas pronto se disseram, eu agora já lhe estou a dizer outra coisa. -----

Depois, quanto à fortaleza de Santa Catarina, a recuperação, o que recuperámos agora foi as casas-de-banho, está a ser feito o levantamento de toda a obra e o que é que temos que fazer naquele local, mas na realidade o que vamos fazer também, é melhorar agora já para este verão e, portanto, o melhorar para este verão é a pintura, é o arranjo, ou emparedar algumas janelas que é para não entrar lá, aquilo não vai ser uma, não pode ficar abandonado como tem estado até aqui e é isso que vamos fazer. -----

Do jardim Gonçalo Ribeiro Teles, o que eu lhe disse foi que foi coordenada a suspensão da obra, e a suspensão da obra virá à próxima reunião de Câmara por uma questão elementar, que é para as plantas não serem colocadas no momento em que está tanto calor e, portanto, por isso a suspensão por sessenta dias para depois ser colocado com o tempo mais fresco. -----

Acho que só me falta agora responder ao senhor deputado Carlos Martins. Do PDM e da mobilidade, vou deixar para o meu colega, infraestruturas o que falta fazer, pois o senhor deputado sabe muito bem que se calhar basta olhar ainda para o programa do PS, tem bem presente, ainda não fizemos e é isso que está a dizer e, portanto, é isso que vamos querer continuar. É aquilo que prometemos executar e, portanto, é isso que vamos fazer. -----

Quanto ao que eu falei, o que eu falei na noitada, o que vamos querer fazer e que estamos a trabalhar já com a Universidade do Algarve, é fazer a avaliação económica de cada um dos eventos que vamos fazer em Portimão e, portanto, vamos começar pela noitada, vai ser o primeiro evento que vai ter a avaliação económica e que já foi trabalhado com a Universidade do Algarve. -----

Quanto à saúde, temos estado a trabalhar com a unidade local de saúde, senhor deputado ia-lhe dar esta nota também, para que todos os portimonenses fiquem com médico de família e, portanto, é isso que vamos tentar, temos que arranjar um local para que sejam retirados alguns serviços do centro de saúde, para que no centro de saúde possa ser criada mais uma unidade para que todos, todos os portimonenses tenham médico de família. Neste momento, segundo o que me dizem, da parte de quem sabe é que tem médicos para vir para Portimão e tem médicos para médicos de família e, portanto, é isso que vamos continuar a fazer. Passaria então agora para o meu colega José Cardoso. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, bom, relativamente à questão colocada pelo deputado Carlos Martins relativamente ao PDM. Eu concordo, o executivo também neste momento não está satisfeito com o ponto de situação atual da execução e da



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



maturidade do PDM, eu, aliás tomei conta deste pelouro apenas há alguns dias, mas já tive uma reunião na CCDR com os responsáveis do urbanismo, onde demonstrei essa preocupação e onde assumimos o compromisso de fazer a primeira reunião da Comissão de Acompanhamento do PDM durante o segundo semestre deste ano, e de facto de criar aqui uma dinâmica de acelerar a conclusão deste instrumento de gestão territorial que é fundamental para o desenvolvimento do município, e é esse o nosso compromisso porque a mim também me desagrada ver as notícias em que municípios como Portimão podem estar na perspetiva de ficar sem financiamento comunitário por atrasos no PDM. Não é isso que nós queremos, portanto, estamos a trabalhar para acelerar e concluir esse instrumento com a maior brevidade possível e foi essa a orientação que foi dada aos serviços nesse sentido. -----

Sobre mobilidade, eu percebi que a questão era apenas relativamente ao festival, ainda que tenhamos tido uma reunião da Comissão de Território onde discutimos o tema da mobilidade esta segunda-feira que durou cerca de três horas e um quarto e onde fizemos um ponto de situação muito alargado do estado de execução do plano de mobilidade urbana sustentável, que desde logo é um ponto de situação também muito profícuo relativamente à temática da otimização do sistema viário e das intervenções e dos projetos e obras relacionadas com infraestruturas rodoviárias, mas sem querer voltar a esse tema e fazer aqui essa exposição que seria demasiado grande e tivemos essa reunião que foi profícua, sobre o festival em concreto, eu queria só dizer que para o festival, há um plano de trânsito que é articulado diretamente com os nossos serviços e com a PSP. Portanto, todas as medidas que são articuladas são tomadas em decisão de uma equipa que integra um plano de trânsito que é remetido pelos nossos serviços, serviços de trânsito e onde a PSP também toma um conjunto de decisões, nomeadamente de fecho de artérias, de encaminhamento das pessoas para zonas da logística e estacionamento, de encaminhamento dos veículos para certas artérias da cidade, portanto todo esse acompanhamento é feito com as forças de segurança e as forças de segurança acompanham na totalidade esta operação. Portanto, eu tomo como bom essa nota, mas parece-me que esse acompanhamento é feito e é articulado. Acho que é manifestamente impossível num festival onde entram mais de quarenta mil pessoas numa cidade com sessenta mil habitantes e que manifestamente muitos tomam como opção vir de carro, haver uma harmonia rodoviária na cidade durante estes dias, e já agora gostava de dizer só a título significativo e também ainda sobre este tema que é um tema que tem estado na ordem do dia, que saiu recentemente uma notícia que diz que as cidades portuguesas tiveram um aumento significativo de engarrafamento em 2023 e que esta tendência se notou e se agravou significativamente a seguir à pandemia em todas as cidades europeias. Portanto, neste momento nós estamos confrontados com desafios que nos vão obrigar a ser mais profícuos na concretização dos objetivos do plano de mobilidade, porque de facto esta realidade é uma realidade atual, há mais carros, há mais trânsito nas cidades e nós vamos ter que lidar com isto. -----

Já agora só para terminar sobre a questão das obras e também joga com esta questão do verão, do festival e da época alta. Há exceção de duas obras que foram obras de reparação, de intervenções rodoviárias por efeitos de garantia bancária das empresas que as executaram, uma que demorou dois dias e outras que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



demoraram um dia cada uma, uma delas foi francamente penalizadora porque se desenrolou na rua Serpa Pinto e teve semaforização, portanto confluía com a entrada e saída de Portimão pela ponte velha e também confluía com um problema numa conduta no concelho de Lagoa que também teve semaforização ao mesmo tempo, e criou ali um problema um bocadinho, onde houve aqui dois dias em que houve ali muito trânsito. À Exceção destas obras de garantia, estas aqui, uma que existiu na caldeira do moinho e outra que existiu na rotunda do hospital, ambas duraram apenas um dia. Todas as obras que são feitas, seja de infraestruturas pela EMARP, seja obras de infraestruturas por via como é aquela que está a decorrer agora na rua da escola Major David Neto, por via das infraestruturas de saneamento do loteamento que está a ser construído, ou por via de infraestruturas públicas, ou por intervenção da Câmara, essas obras são devidamente articuladas com os serviços, há um plano de sinalização e de trânsito adequado à manutenção da boa circulação rodoviária, há muitas obras que são programadas para prazos intercalares entre elas para que não haja encerramento de artérias estruturantes da cidade simultaneamente, isso tem sido feito quase semanalmente, essa programação existe e é feita e há uma comunicação ao público que é feita antecipadamente. Portanto, obviamente que há alturas do ano em que nós evitamos fazer obras de maior peso, mas haverá sempre obras e haverá sempre constrangimentos decorrentes das obras. Agora, o planeamento existe, a sinalização existe, a informação ao público existe e as alternativas têm sido sempre disponibilizadas. Portanto, só deixar nota que os serviços articulam, o município e a EMARP mesmo nas obras conjuntas fazem esta articulação, constrangimentos haverá sempre, mas dar nota de que obviamente nesta fase do ano não iremos suspender todas as obras, porque temos também consciência que há obras que é preferível fazer em período não escolar do que em período escolar, mas estamos preocupados na menorização dos problemas de constrangimento de criar problemas de circulação rodoviária na cidade numa época que é fundamental para a economia, isso é inequívoco, e para já era isso, senhor Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que gostaria de perguntar se estaria prevista alguma intervenção para a Alameda, porque se deparam com degraus partidos, mosaicos e muros. -----

Em relação à informação da contratação de médicos de família, gostaria de saber se eram especialistas, se têm essa informação, se iam contratar médicos de especialidade de Medicina Geral e Familiar, ou médicos generalistas? -----

Depois, aqui em questão, aquela casa ali na rua Teófilo Braga que foi adquirida pelo município já há alguns anos, eu gostaria de saber o porquê de se encontrar desocupada? o porquê de não ser usada? -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, é só para responder à questão que o PAN perguntou se vai haver o *Afro Nation* para o próximo ano ou não, e não foi respondido. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, para dizer que é só uma pergunta. Em relação ao Provedor do Animal, que acho que já foi aprovado no executivo, eu pergunto quando é que isso vem à Assembleia, porque tem que vir à Assembleia, não é?



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Portanto, uma coisa anunciada que até vinha com um erro, porque já trazia o nome da pessoa, não sei quê, portanto essa situação. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, um ano não passou, senhor deputado, e o assunto esteve em discussão pública, já está na Assembleia. -----

----- Interveio o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, para dizer que já há muitos anos que vem aqui à Assembleia com o nome da pessoa. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que foi retirado. Não, vinha duas coisas. Vinha o regulamento e vinha logo a proposta da pessoa que o executivo tinha proposto. Foi retirado, o regulamento foi para discussão pública, já está na Assembleia e quando a senhora Presidente quiser e depois a seguir então vamos indicar o nome e virá à Assembleia novamente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que virá na próxima Assembleia Ordinária ou se houver uma Extraordinária. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, quanto aos médicos de família não sei quais são as especialidades. Rua Teófilo Braga, foi adquirida aquela casa e temos mais algumas casas ali também e o objetivo é depois requalificar o largo todo aqui na envolvente da Câmara Municipal. Portanto, foi para isto que as casas foram adquiridas.

Quanto à Alameda, também está a ser feito o levantamento para serem recuperados, já foram recuperados a calçada à volta da Alameda e agora é para serem recuperados os degraus e outras instalações também que estão lá que têm que ser recuperadas. -----

Ah! O *Afro Nation* tem mais um ano para ficar em Portimão, mais um ano já tem e depois virá à reunião de Câmara, ou se eles vão propor ou não. Então, vou passar à minha colega, senhora Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, relativamente aqui ao pessoal não docente, dizer que em reunião que tivemos com os diretores e onde esta questão também foi levantada, temos sempre o problema dos rácios. Apesar de já estarmos abaixo do endividamento ainda não podemos contratar acima dos rácios, no entanto, foram estudadas e estão a ser implementadas algumas soluções. Portanto, fizemos um concurso com horas de limpeza para pormos, além dos rácios horas de limpezas nas escolas ao final do dia para disponibilizar as pessoas para outras funções, que já está em vigor, já está pronto e que neste momento já existe um agrupamento escolar que já para o mês de julho pediu horas de limpeza, os outros agrupamentos escolares não quiseram, portanto o agrupamento que pediu foi a Nuno Mergulhão, os outros agrupamentos escolares nenhum quis horas de limpeza agora para o verão, vai só depois em setembro. Fizemos com que o rácio, apesar de não podermos contratar acima do rácio, uma vez que temos um protocolo com a Educar a Sorrir, para a contratação de ter a feira, vamos contratar os porteiros, em vez de serem funcionários ficam porteiros que serão também pessoas acima do rácio, portanto vamos disponibilizar, as pessoas que estão neste momento no portão irão



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



para auxiliares de ação educativa e os porteiros serão contratados à parte. Para além disso, vão ser colocados trinta e dois funcionários no âmbito do concurso, portanto vão agora os primeiros e depois vamos à bolsa de recrutamento para completarmos os rácios, porque eram CEI que estavam a ocupar estes lugares, passam a ser funcionários dos quadros. Como temos trinta e dois contratados, temos a possibilidade de em setembro propor uma bolsa de cinco funcionários, que foi acordado com os agrupamentos isso, cada agrupamento vai ter cinco funcionários extra o seu rácio, no sentido para as faltas que não podem ser, uma pessoa que falta naquele dia e não podemos contratar ninguém imediatamente, têm aquelas cinco pessoas para gerir no agrupamento. Portanto, estas foram as estratégias estudadas com os diretores para o próximo ano escolar, no sentido de minorar as dificuldades que todos sentem com a falta dos funcionários. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Valente**, para dizer que relativamente à questão do regulamento do Provedor Animal já tinha sido remetido para a Assembleia. A senhora Presidente respondeu que viria na próxima Assembleia Ordinária. Pergunto eu, isto tendo vindo, sido remetido para a Assembleia, por que motivo não veio a esta reunião e porquê? Seleccionam-se os assuntos que vêm ou não vêm? Vieram todos os outros que tiveram em deliberação de Câmara e este foi excluído. Há algum motivo pelo qual isso foi excluído? -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não, não foi excluído, não foi excluído, não, não foi excluído, houve uma falta de comunicação entre o executivo sobre a forma como tinha vindo inicialmente e depois foi dito que era aquela versão e que os documentos estavam corretos, mas já depois da convocatória do dia 19 e, portanto, por isso está para a próxima convocatória. Não há exclusão, não há poder de exclusão, há poder de convocatória, mais nada. --

----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que em relação aos concursos das conceções de exploração das unidades balneares e os apoios recreativos, qual é a previsão da sua abertura? Porque nós estamos com um problema, como os senhores sabem, a legislação de água foi revogada o ano passado, portanto em outubro e têm um ano para abrir, têm um ano para abrir o concurso e nesse ano o direito de preferência é reconhecido. A partir de outubro deste ano, 24, se abrirem o concurso, todos os concessionários, todas as pessoas que estão na praia perdem o direito de preferência e informo que Portimão é a única Câmara que ainda não abriu o concurso. Abriram todos os outros concelhos, aliás, até já vão no segundo e no terceiro e a Câmara está atrasada há três anos. Não sei se está à espera que a legislação entre mesmo em vigor em relação a um direito de preferência para prejudicar os concessionários e os empresários aqui de Portimão. Não percebo este atraso de há três anos, eu gostava que o senhor Vice-Presidente me explicasse o que é que pensa sobre esse assunto. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, nós tínhamos as peças todas feitas para o concurso. Como a senhora deputada sabe, com a associação e alguns empresários, acharam que não deviam, ou que não queriam que fosse feito o concurso, retirámos essa proposta, levámos para análise e é isso que os serviços têm estado a fazer. A associação



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



continua por fazer uma proposta como não é necessário o concurso, há câmaras que ainda não fizeram o concurso, aliás, há câmaras que até estão à espera que nós o façamos para depois fazerem igual, os serviços têm estado. -----

----- Interveio a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, desculpe, todas as câmaras já fizeram os concursos, aqui perto já fizeram os concursos, a única Câmara que não abriu concurso foi a Câmara de Portimão e mais, o senhor está a falar de uma associação. O que é que a associação, que associação é essa? -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, senhora Presidente, da nossa parte o que tinha a dizer está dito. -----

----- Não havendo mais intervenções e esgotado o tempo regimental previsto para esta sessão, quando eram zero horas e trinta e cinco minutos, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 1ª reunião desta 3ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e quatro, realizada no dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e quatro, e desde logo ficou agendada a continuação dos trabalhos para o dia dois de julho, no mesmo horário e local. -----

-----2ª Reunião da 3ª Sessão Ordinária de 2024 – 1º Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 02 de julho de 2024 -----

----- Aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a Presidência da sua Presidente, Excelentíssima Senhora **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **José Júlio de Jesus Ferreira**, p'lo primeiro secretário e **Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves**, p'la segunda secretária, respetivamente secretários da Mesa. -----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Cristiano Malha Gregório	Partido Socialista
José Luís Mateus Barbudo	Partido Socialista



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Alzira Maria Maças Calha	Partido Socialista
Paulo Jorge Domingos dos Santos Riscado	Partido Socialista
António Alves Alferes Pereira	Partido Socialista
Maria da Luz Cabeça Garrancho Santana Nunes Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Filipe de Jesus Baptista Vogal do Executivo da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista
Carlos Eduardo Gouveia Martins	Partido Social Democrata
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
Américo da Conceição Leonor Mateus	Partido Social Democrata
Raquel Gonçalves Bernardino	Partido Social Democrata
Bruno Miguel Lourenço Candeias	Partido Social Democrata
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente
Luis Filipe Lourenço Alves Custódio	CHEGA
Jorge Daniel Alves Carneiro de Melo	CHEGA
Rui Alberto Pires	CHEGA
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco de Esquerda
João Luis Moreira Bárbara	Bloco de Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
César Rodrigo Simões Valente	PAN

----- Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOMES DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Andreia Filipa Muchacho de Sousa	1 dia	02/07/2024	José Luis Mateus Barbudo



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



CHEGA	Paulo Jorge Nascimento Canha	1 dia	02/07/2024	Patricia Alexandra Gonçalves Ferro
CHEGA	Patricia Alexandra Gonçalves Ferro	1 dia	02/07/2024	Jorge Daniel Alves de Melo
CHEGA	Mário Nelson de Barradas Espinha	1 dia	02/07/2024	Rodrigo Jorge Tomé Jeremias
CHEGA	Rodrigo Jorge Tomé Jeremias	1 dia	02/07/2024	Anabela Henriques Nunes Chaves
CHEGA	Anabela Henriques Nunes Chaves	1 dia	02/07/2024	Rui Alberto Pires
BE	Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira	1 dia	02/07/2024	Marilu Veiga Correia Batista Santana
BE	Marilu Veiga Correia Batista Santana	1 dia	02/07/2024	João Luís Moreira Bárbara
PAN	Daniela Marlene da Conceição Duarte	1 dia	02/07/2024	Ricardo Nuno do Nascimento Vieira da Conceição Cândido
PAN	Ricardo Nuno do Nascimento Vieira da Conceição Cândido	1 dia	02/07/2024	César Rodrigo Simões Valente
PS	Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	1 dia	02/07/2024	Alzira Maria Maças Calha
PS	Sheila Gassin Tomé	1 dia	02/07/2024	João Pedro Marreiros Rosa
PS	João Pedro Marreiros Rosa	1 dia	02/07/2024	Paulo Jorge Domingos dos Santos Riscado
PS	Pedro Jorge Marques Moreira	1 dia	02/07/2024	Maria de Lurdes Montêz Serralheiro Reis
PS	Maria de Lurdes Montêz Serralheiro Reis	1 dia	02/07/2024	António Alves Alferes Pereira
PSD	Vítor Manuel Campos Couto	1 dia	02/07/2024	Ricardo Jorge da Silva Viana
PSD	Ricardo Jorge da Silva Viana	1 dia	02/07/2024	Bruno Miguel Lourenço Cande

-----Apresentaram pedido de representação, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do artigo 18º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, o seguinte membro:-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Força política	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Ivo Miguel Inácio Carvalho	1 dia	02/07/2024	Filipe de Jesus Baptista

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora – Partido Socialista
José Pedro Henrique Cardoso	Vereador – Partido Socialista
Sandra Pereira	Vereadora – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleira Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA
Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador – Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----Quando eram vinte e uma horas e oito minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **2ª reunião da 3ª Sessão Ordinária de 2024**, cumprimentando todos os presentes e referindo que tem um pedido da senhora deputada Lurdes Melo e põe à consideração dos senhores deputados. -----

Faleceu hoje um homem de Abril, Franco Charais, eu soube agora neste momento há cinco minutos atrás e a senhora deputada Lurdes Melo gostaria de apresentar um voto de pesar, se não houver qualquer oposição, uma vez que temos hoje esta reunião e depois só teremos provavelmente não sei quando é que teremos a próxima, se haverá continuidade desta ou não, e então ponho à vossa consideração se alguém se opõe a que este voto de pesar seja apresentado pela senhora deputada da CDU Lurdes Melo. Não havendo oposições, eu dava-lhe a palavra, faça favor. -----

----- Em seguida, informou que iria abrir o debate para a discussão e votação do **Voto de Pesar**, declarando abertas as inscrições relativamente, ao **Voto de Pesar – “Tenente – General Franco Charais” - (subscrito pela bancada da CDU)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « Faleceu no dia de hoje, aos 93 anos, Manuel Franco Charais militar de Abril, colaborou na redação do programa do Movimento das Forças Armadas e entre



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



1974 e 1982, integrou a comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas, Conselho de Estado, Conselho de Revolução e comandou a Região Militar do Centro.-----

A CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV apela a todos os democratas e patriotas reunidos nesta Assembleia virem:-----

Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Manuel Franco Charais, militar de Abril que optou por residir em Portimão, onde se dedicou por inteiro às artes plásticas, conjuntamente com a sua mulher Stela Barreto, expressando à sua mulher e família, as mais sinceras condolências, guardando um minuto de silêncio à sua memória.-----

Remeter o presente voto, à sua mulher.» -----

----- Ficou com o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer à senhora Presidente que já tinha auscultado todos os partidos e que todos tinham concordado em fazerem este voto de pesar. Na sequência da recente notícia de hoje, soubemos que faleceu com noventa e três anos neste dia, «Manuel Franco Charais militar de Abril, colaborou na redação do programa do Movimento das Forças Armadas e entre 1974 e 1982, integrou a Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas, Conselho de Estado, Conselho de Revolução e comandou a Região Militar do Centro». -

----- Faleceu um militar de Abril. Por isso propomos e penso que com o apoio de todos os democratas e patriotas, «Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Manuel Franco Charais, militar de Abril que optou por residir em Portimão», expressando também «à sua mulher e família, as mais sinceras condolências, e guardando um minuto de silêncio à sua memória». -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, eu propunha só que se acrescentasse a esse voto de pesar, que era também um artista, um pintor de reconhecidos méritos e, portanto, para além de militar e têm toda essa, e é do conhecimento da cidade e do município as obras que ele pintou e, portanto, é conhecido. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que só queria umas breves palavras. Queria dizer que a bancada associa-se completamente ao voto de pesar que foi aqui proposto pela CDU, portanto subscrevemos na íntegra aquilo que foi aqui dito e manifestamos o nosso pesar à família e aos amigos mais próximos, assinalando que além do currículo que foi relevantíssimo quer na preparação do 25 de Abril, quer depois no período subsequente até à extinção do Conselho da Revolução, foi uma pessoa que teve dos papéis mais relevantes e ativos em todo o processo que culminou na revisão constitucional de 1982, com a extinção então do Conselho da Revolução. Foi uma figura do ponto de vista cívico e cultural relevantíssima também, nomeadamente na nossa cidade, no nosso concelho, porque fixou-se aqui, enfim, não era portimonense de nascimento, mas diríamos que era um portimonense de adoção, viveu aqui largos anos, desenvolveu aqui uma relevantíssima também atividade da raiz da plástica, pintor e é uma perda enorme como foi aqui dito, para quem se revê nos valores de Abril como é o nosso caso, para quem reconhece que aquelas pessoas, aqueles capitães, na altura capitães que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



arriscaram muito para fazer a revolução sem saber o que é que aquilo ia dar e ponto em causa as suas vidas, as suas carreiras de militares, as suas famílias, o seu bom nome, são pessoas que até ao último dia da sua vida merecem a nossa admiração, o nosso agradecimento e o nosso inequívoco reconhecimento pelo papel que tiveram e Franco Charais é um desses casos. Infelizmente hoje faleceu outro Capitão de Abril também que não tinha a ligação que Franco Charais tinha com Portimão, enfim, é uma estranha coincidência, mas são as coisas da vida. Portanto, para dizer que manifestamos de forma inequívoca o nosso pesar e associamo-nos também aqui ao voto de pesar que foi proposto. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não vai Pôr à votação, porque intui que será por unanimidade, portanto vai pedir um minuto de silêncio. Senhora deputada, peço que depois nos faça chegar que é para depois transmitirmos à família. Obrigada. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação o **Voto de Pesar – “Tenente – General Franco Charais” - (subscrito pela bancada da CDU)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA NDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que cabe-lhe hoje iniciar nestas funções como Presidente, depois de terem andado aqui em substituição e não em substituição, hoje, pensa que a partir de agora já não se podem enganar, já é Presidente e como tal, segundo a lei das autarquias locais, depois da saída da senhora Presidente para o parlamento europeu, resta-lhe a ele agora continuar com o mandato que foi iniciado pela senhora Presidente Isilda Gomes e com a mesma dedicação e o mesmo empenho, quer terminar este mandato como sempre fez até aqui. Dedicando tudo à minha cidade, servindo a minha cidade, agradecendo à Sandra, e acho que também devo dar esta satisfação a toda a Assembleia e dado que também estão aqui os meus colegas vereadores, que iria dizer amanhã, o senhor vereador Eduardo Catarino também vai tomar posse, vai ficar a meio tempo e a senhora vereadora Sandra a partir do dia 7 de agosto ficará também a tempo inteiro com pelouros, e depois então a partir do dia 7 terei o executivo todo



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



completo, para que possamos levar a cabo tudo aquilo que queremos e tudo aquilo que queremos cumprir e que foi o que metemos no programa do PS no dia das eleições em 2024. -----

Quero, no entanto, dizer que são estilos diferentes, a senhora Presidente era a senhora Presidente, o meu estilo é diferente, cada um que vem para cá tem que se habituar a estas novas funções, no entanto, quero-lhes dizer que conto com todos. E quando digo conto com todos, a minha porta estará sempre aberta, o meu telemóvel estará sempre, que acho que o que conta aqui é Portimão e é isto que quero que todos possamos contribuir para uma cidade melhor, sabemos que temos muito ainda que fazer, muito para melhorar a nossa terra, mas é isto que quero. É dedicar tudo por tudo para que possa levar a cabo aquilo que a nossa cidade merece e tudo aquilo que precisa, mas com o contributo também de todos, porque acho que uma oposição forte também faz um executivo mais forte e, portanto, senhora Presidente, no início eram estas as minhas palavras e agora querendo passar já ao ponto da ordem de trabalhos, não sei se quer já ou se... não, é que como o tempo ainda não está a contar, não quero que depois fiquem a dizer que eu levei tempo a mais. Eu depois não quero que ninguém vá reclamar pelo tempo. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não, ninguém reclama, hoje é um dia especial e, portanto, por isso é que está a fazer... Então, vamos fazer o seguinte. Eu tinha, por acaso tinha perguntado ao senhor Presidente antes do início se queria fazer essa intervenção, porque pensei logo que queria fazer a intervenção, e por isso é que eu acho que depois da intervenção do senhor Presidente e desejando-lhe, aliás, já tive oportunidade de o fazer na última vez, mas repito da mesma forma, contará com toda a solidariedade, com toda a colaboração desta Assembleia Municipal e em particular da mesa que está hoje recomposta, mas esteja como estiver, contará sempre para que tudo aquilo que forem os objetivos do executivo municipal a atingir, esta Assembleia participará e colaborará em tudo o que for necessário, e por isso mesmo eu acho que podíamos dar cerca de dois, três minutos a cada partido se quisessem fazer alguma intervenção, relativamente hoje a título excecional, até porque é uma questão excecional, daríamos dois a três minutos a cada partido para que se pronunciassem, uma vez que temos aqui, aliás, como aconteceu na última, que todos os que quiseram participar, participaram e fizeram a sua intervenção quando foi da despedida da senhora Presidente, agora já ex Presidente Isilda Gomes e, portanto, hoje também se justifica com o início de funções formais do atual Presidente da Câmara Municipal Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que pediu a palavra para fazer esta intervenção, dirigindo-se concretamente ao senhor Presidente de Câmara e dirige-se nesta qualidade, agora sim senhor Presidente de Câmara, vai tratá-lo assim a partir de hoje desta forma, porque hoje sim pode tratá-lo desta forma, dizendo o seguinte. Antes de mais, dando-lhe os parabéns e desejando-lhe felicidades sinceras e honestas no exercício destas novas funções a partir do dia de hoje, neste caso a partir do dia de ontem mais precisamente, começaram ontem. E depois queria dizer-lhe o seguinte, queria dizer-lhe que como sempre da parte da nossa bancada, estaremos como



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



sempre estivemos disponíveis para neste órgão e nos outros também, trabalharmos em prol do desenvolvimento do concelho, muitas vezes com diferenças de opinião e de visões em relação ao executivo, mas isso é normal, faz parte da democracia, mas fazendo aqui um voto que eu espero que se mantenha até final deste mandato, enfim, já está relativamente próximo e que é importante se calhar neste dia frisar bem. E, aliás, eu ainda há um bocadinho falava aqui com um elemento da bancada do PS *off the record* e não vou revelar a conversa, mas era um bocadinho neste sentido, e disse também na sexta-feira passada. Disse à pessoa que deixou funções, portanto não estou aqui a falar pelas costas de ninguém. Espero que a partir de ontem, sob a liderança do senhor Presidente Álvaro Bila, a atitude do executivo nesta Assembleia relativamente à Assembleia e nomeadamente em relação à oposição da Assembleia nesta Assembleia, seja completamente diferente, ou seja, seja mais humilde, seja mais recetivo à crítica e à crítica que muitas vezes é feita de forma construtiva, mas é entendida de uma forma diferente de quem a recebe, e que não caíamos como às vezes infelizmente aconteceu durante estes muitos anos que terminaram no dia 30, em discussões que resvalam para discussões pessoais, quando, no fundo estamos a discutir o futuro da cidade, do concelho e opções políticas e, portanto, não temos, penso eu não temos aqui diferenças nem desavenças pessoais, temos aqui diferenças políticas que são mais ou menos marcadas e devem sê-lo porque é a democracia a funcionar e é assim que deve ser e é de salutar que assim seja, mas depois às vezes caíamos, e digo isto com muita, muita pena e disse isto na sexta-feira, caíamos aqui às vezes em discussões puramente pessoais e que muitas vezes vinham desse lado, muitas vezes digo, enfim, não do atual Presidente, mas enfim, como alguém diria vocês sabem de quem é que eu estou a falar, não é, e que depois incitavam aqui muitas vezes a que houvesse respostas também um bocadinho às vezes extremadas deste lado. Isto às vezes o exagero alimenta o exagero e cai-se às vezes aqui num excesso que é lamentável e que eu acho que empobrece a todos, empobrece o órgão e empobrece o exercício do mandato de todos e, portanto, termino dizendo que espero que a partir de ontem realmente consigamos ter aqui debates mais elevados com as nossas diferenças, mas respeitando também quem está deste lado que tem visões diferentes e tem necessariamente também uma postura que muitas vezes não é coincidente com o executivo, mas que está aqui seguramente e eu arrisco a dizer que estamos todos deste lado com o mesmo intuito de quem está desse lado e, portanto, fazendo votos para que isso seja pedra de toque a partir de ontem. Desejo as maiores felicidades para o novo executivo, para os novos vereadores que também assumem pelouros e funções, desejando como é evidente que daqui a um ano e pouco, que enfim que os portimonenses optem por uma mudança de fonte na vida do concelho e que deem um voto não ao Partido Socialista, mas a outras forças políticas. Disse. ---
----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que deixa justamente o executivo para o fim com um propósito. Estes momentos são por vezes dados a discursos de circunstância, enfim, discursos que por vezes têm mais forma que conteúdo efetivamente. Não era aí que eu queria chegar, ou seja, ao discurso de circunstância. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Para falar de Álvaro Bila, falando do seu executivo, eu deixaria apreensão, obviamente isto é um dado factual que a política vibra entre dois eixos essenciais, o da cidade de Santo Agostinho, não é, cidade de deus e de Maquiavel. Espero senhor Presidente, que sempre consiga optar por Santo Agostinho em vez de Maquiavel, e digo isto no quadro da sensibilidade social que sei preside, portanto, à conceção do seu pensamento. Mais do que isso, o senhor não vai ser a terra prometida porque um ano é muito pouco em termos de tempo político, é muito pouco para mostrarmos afeição personalista de um exercício político, mas da experiência que tenho do trabalho consigo de pequenos nada, percebi que sabe estar, sabe ouvir e sabe sentir. Hoje não estou a cometer nenhum lapso *lingue*, sei que para si a Assembleia não é um órgão sacrificial e sei mais do que isso. Sei também que há muita gente na esfera da política que tem os seus egos muito inflamados, o que não é o seu caso, que está dotado de uma humildade especial por conta dos aspetos que eu já referi e, portanto, nós estamos convictos que o senhor saberá o que fazer no tempo que tem para agir e sobretudo saberá dar a Portimão o que quer que seja da sua prática política com muito afeto, com muita dedicação, com muito esforço da sua vida pessoal, com muito sacrifício naturalmente. Portanto, o PS não está nem esteve para lisonjas pessoais, o PS está aqui efetivamente para fazer justiça ao executivo e dizer-lhe que terá sempre nesta bancada um amparo desde que efetivamente a sua atuação política ou o eixo da sua política conferir, enfim, com os aspetos sociais fundamentais de uma política que se basei essencialmente na solidariedade, que se basei na igualdade, que se basei na fraternidade. Disse, muito obrigado, senhora Presidente, peço desculpa pelo incómodo do tempo que tomei. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o Partido Social Democrata não queria de forma nenhuma deixar de dar uma palavra, portanto bem-vinda digamos ao Presidente agora em exercício, no sentido de que apesar das nossas divergências no desenvolvimento, portanto da cidade, ao longo dos tempos isto é reconhecido. Queríamos deixar uma palavra de apreço por aquilo que o senhor já fez, por aquilo que nós temos conhecimento, por aquilo, pela forma penso eu diferente da anterior Presidente de Câmara e que aceite esta Assembleia como órgão representativo dos portimonenses onde aqui é discutido as situações que pela fiscalização que a Assembleia deve ter nas suas funções, os deputados municipais aqui que representam, portanto esta população e que conte com o Partido Social Democrata, no sentido sempre, no sentido de melhorar, digamos assim, portanto o pensamento e as questões que dizem respeito à nossa população. É sempre nesse sentido, não por questões pessoais como é lógico, mas como de questões olhando para os portimonenses e é sempre nesse sentido que o Partido Social Democrata irá fazer e, portanto, nesse sentido repito, o Partido Social Democrata estará com a Câmara sempre nesses momentos desde que o desenvolvimento da cidade seja efetivo, portanto neste perto de um ano, penso eu, ano, ano e pouco que irá ter as suas funções como Presidente da Câmara, e por isso desejar-lhe felicidades, portanto nessa nova função e que tudo corra bem, porque se correr bem pelo senhor Presidente e para nós, correrá com certeza bem para os portimonenses. Obrigado, tenho dito. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, em nome do Bloco de Esquerda, desejo votos de um excelente mandato como Presidente de Câmara a si e aos seus novos vereadores,. O Bloco de Esquerda como sempre está sempre ao lado dos portimonenses por isso também estará ao lado dos pontos que venham aqui que faça desta cidade crescer de maneira construtiva, por isso nós estamos sempre, como sabe estamos sempre ao lado do bem, por isso continuaremos o resto do mandato com esse propósito. Muitas felicidades para o resto do mandato que lhe falta. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Valente**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o grupo municipal do PAN pretende apenas parabenizar e desejar as maiores felicidades, esperamos poder continuar a trabalhar como temos trabalhado até agora e melhorar a relação como mencionou. Também estamos disponíveis para criar melhores condições aos portimonenses, no que pudermos ajudar estamos cá. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a CDU quer desejar as maiores felicidades ao senhor Presidente para o exercício das suas novas funções e, portanto, esperemos que todo o seu executivo o faça em prol da cidade de Portimão. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Jorge Melo**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que vem desta forma então dar os parabéns ao senhor Presidente, que o seu curto mandato seja de muita força em prol dos portimonenses e dentro do que lhe for possível, se daqui em diante continuar a ser a pessoa que é pessoalmente, que ele tem uma grande estima de saber ouvir e assim continuar a saber ouvir, é um grande passo dado, obrigado por isso e que se mantenha neste sentido de cumprimento de mandato. Tenho dito. -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que seguia para apreciação o ponto 4) da ordem de trabalhos, o ponto **4-a)** Discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Municipal, relativos ao exercício económico de 2023, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 467/24**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, quanto às nossas contas consolidadas, a apresentação do relatório de gestão consolidada constituiu mais do que um imperativo legal, um exercício de transparência e rigor relativamente à transparência do executivo e do município de Portimão. É neste contexto que hoje me dirijo a esta Assembleia Municipal na qualidade de Presidente, para submeter à apreciação e a deliberação de vossas excelências, o relatório referente ao exercício de 2023. -----

----- Como é do vosso conhecimento, em 2023, a economia portuguesa registou um crescimento anual de dois ponto três por cento, assente sobretudo no aumento do consumo privado e no aumento do investimento e no aumento da indústria turística. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



O turismo, principal motor da economia regional, consolidou a sua recuperação e o crescimento, atingindo no total de cinco ponto treze milhões de hóspedes e pela primeira vez um total de vinte ponto quatro milhões de dormidas, com reflexos claros ao nível do aumento da atividade económica e na redução da taxa de desemprego na região. Mas em 2023, significou igualmente um aumento muito significativo dos preços, com a inflação a atingir oito ponto nove por cento e consequentemente o aumento das taxas de juro, o que se traduziu na degradação do poder de compra e no agravamento da situação socioeconómica dos portimonenses, sobretudo a nível da habitação. -----

Relativamente à situação económico-financeira de Portimão e das suas participadas, o exercício de 2023 permite afirmar definitivamente as boas contas desta gestão municipal, sendo de realçar: -----

O saldo de execução orçamental na ordem dos cinquenta e três ponto oito milhões de euros; -----

O exercício da taxa de execução da receita em cento e dezanove por cento; -----

A taxa de execução do orçamento da despesa em sessenta e sete ponto sessenta e oito por cento; -----

O prazo médio de pagamentos somente de seis dias; -----

O resultado líquido do exercício positivo no montante de três ponto um milhões de euros; -----

A redução do endividamento consolidado do município é nove ponto seis milhões de euros numa variação negativa de dez por cento; -----

Um excedente orçamental de perto de cinco milhões de euros e ainda a eliminação do excesso da dívida no total, face ao endividamento excessivo para 2023 pelo oitavo ano consecutivo. -----

Oito longos anos durante os quais tivemos de enfrentar efeitos de uma grave crise económico-financeira, uma pandemia à escala mundial, que exigiam uma enorme de reforço de meios e de recursos e de apoio à população, às empresas locais e sempre sobre restrições financeiras impostas pelo plano de ajustamento financeiro, mas não se pense que a atividade deste executivo se esgotou na dívida e nas medidas de contenção das mesmas. Longe disso, uma gestão rigorosa tem permitido ao município ter disponibilidade financeira para oferecer respostas completas, garantindo um nível de proteção social, económica que em anteriores circunstâncias não seria possível. Reflexo disso, permitam-me realçar que só em 2023, o município conseguiu adotar medidas fiscais de apoio às famílias e à economia local, nomeadamente no montante de redução do IMI que se cifrou para zero trinta e nove por cento, permitindo uma poupança global, desde o início que tinha. Com o mandato da senhora Presidente tinha começado em três ponto dois milhões de euros. Uma redução da taxa de IMI de imóvel destinado à habitação própria permanente e na função de dependentes, representando uma nova poupança estimada em oitocentos mil euros. -----

A aplicação da possibilidade de aumentar o período de isenção temporária no pagamento de IMI de três para cinco anos dos prédios para habitação própria permanente. -----

A prorrogação para mais dois anos de isenção de IMI nos prédios destinados à habitação própria permanente, com o valor patrimonial até cento e vinte e cinco mil euros. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Participação variável no IRS dos sujeitos passivos com o domínio fiscal do concelho de Portimão à taxa máxima de cinco por cento e a taxa da derrama que ainda se situa num ponto cinco por cento sobre o lucro tributável sujeito a isento de impostos sobre o rendimento de pessoas coletivas. -----

Concretizar importantes investimentos no concelho entre os quais passo a destacar: -----

Início das obras da requalificação do parque da juventude; -----

Abertura do skate parque de Portimão; -----

A abertura da nova ligação rodoviária entre o largo Primeiro de Dezembro e o largo do Dique; -----

Alargamento da rua das Sesmarias; -----

Requalificação da praça Tengarrinha na urbanização da Raminha; -----

Recuperação museológica da traineira Portugal I; -----

Aquisição do edifício para a criação do futuro núcleo museológico da casa Manuel Teixeira Gomes; -----

A recuperação e a musealização do salva-vidas de Alvor e da antiga lota; -----

O início da empreitada do jardim Gonçalo Ribeiro Teles; -----

A conclusão da abertura do novo Centro de Recolha Animal em Portimão; -----

A parceria com a EMARP adotar medidas de combate às alterações climáticas mediante instalação de sistemas inteligentes de rega, rega inteligente; -----

Reforçar o apoio às instituições sociais do concelho na ordem dos dois ponto cinco milhões de euros, isto é que se traduz num aumento de trinta e nove por cento em relação a 2022; -----

Dar uma resposta do número de crianças e jovens na rede escolar atualmente com quinze mil alunos, mediante a reconversão das instalações da antiga Escola de Hotelaria e a criação de novas salas em estabelecimentos escolares; -----

Garantir o fornecimento grátis aos alunos da rede pública do ensino até ao nono ano de escolaridade; -----

Projetar importantes investimentos na melhoria de acessibilidades, nomeadamente a ligação à estrada nacional 125 ao Vale da Arrancada, o prolongamento da via V2 lançado o concurso da obra para 2024, a repavimentação de vários nas três freguesias do município que se traduz no valor de um milhão de euros, a requalificação dos arruamentos da urbanização da Quinta do Pinheiro, obra orçada em um milhão de euros, a requalificação das ruas Bento Jesus Caraça e Heróis da Restauração e ainda do largo António Pedro na Mexilhoeira Grande no investimento global de cerca de oitocentos mil euros, a conclusão do projeto para a reconstrução de uma nova via de ligação ao hospital à estrada nacional 125. -----

Por isso, podemos assim concluir que o exercício de 2023 muito em linha com os que precederam, foi pautado pela manutenção do equilíbrio e a consolidação das contas municipais, com a sustentabilidade estrutural no equilíbrio da recuperação e da autonomia financeira do aumento do investimento, sem no entanto descurar as funções sociais tão importantes para os nossos concidadãos num contexto económico-social particularmente exigente. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Portimão conseguiu num espaço de tempo de Portimão e os portimonenses, reduzir a dívida em cerca de cinquenta milhões de euros, iniciar os procedimentos da rescisão do Contrato-Programa de Ajustamento Municipal e iniciar o processo de redução dos impostos municipais. -----

Em cumprimento das duas medidas de reequilíbrio financeiro, apoiar os cidadãos e as empresas em momentos especiais de dificuldade, como foi no caso da pandemia, manter o reforço às instituições sociais, iniciar importantes investimentos na requalificação do espaço público. -----

Permitam-me pois um pequeno aparte para realçar publicamente o trabalho desenvolvido pela minha camarada Isilda e eis Presidente de Câmara e principal responsável por esta assinalável recuperação da mais profunda crise institucional financeira que este município já conheceu. -----

Conforme referi anteriormente, estes resultados assumem uma especial importância quando constituem a base para um novo paradigma da gestão do município que agora se pretendem implementar, com a ambição renovada, com novos horizontes, sem descurar o princípio de um bom governo, isto é, manter as contas em ordem, honrar os compromissos assumidos, reduzir o endividamento, indo ao encontro daquilo que são as verdadeiras aspirações dos portimonenses. -----

Uma cidade mais inclusiva, amiga do ambiente, segura e com melhores acessibilidades, mobilidade eficiente, mais habitação, mais saúde e melhor educação para os espaços de lazer pensados também para o convívio social, mas sobretudo melhores serviços públicos, limpeza urbana e a manutenção dos espaços verdes e dos equipamentos públicos. -----

Para concluir, impõe-se um agradecimento público a todos os trabalhadores do município pelo elevado nível de profissionalismo, espírito de missão e de entrega em que todos têm feito, porque devia de, e gosto muito de realçar, porque desde que o município entrou em endividamento excessivo com as mesmas competências, temos menos cem colaboradores neste município com muito mais competências hoje. Portanto, agradecer o trabalho de todos e é neste sentido que vamos continuar a trabalhar, senhora Presidente. Muito obrigado. --

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que agradece a exposição que o senhor Presidente fez. Eu no comentário inicial começaria por dizer o seguinte. O senhor Presidente leu aí um documento em grande parte também nos foi aqui distribuído e que consta aqui da documentação que nos foi entregue, e depois lançou aí uma série de propósitos e de desígnios que, no fundo, são a repetição de intervenções que já ouvimos aqui várias vezes, falou nomeadamente aí em medidas de apoio fiscal, enfim, depois também teve o cuidado também de frisar que ainda se mantém a derrama, ainda se mantém a participação variável do IRS no montante máximo, fica-lhe bem essa, enfim, dizer uma coisa e depois dizer a outra e tenho que reconhecer isso, enfim, normalmente aquilo que se dizia era a parte pequenina mais positiva e depois esquecia-se a parte mais negativa e, portanto, tenho que louvar aí teve o bom senso de referir as duas, e depois falou em investimentos, em acessibilidades e disse a palavra certa projetar. Nós estamos aqui a falar das contas de 2023, já estamos a meio de 2024 e ainda estamos em fase de projeto. E elencou uma série de investimentos que eu, enfim, concretizados no ano transato que eu diria que para o exercício que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



estamos aqui, exercício económico que estamos aqui a discutir com os resultados que estamos aqui a debater e que são aqui apresentados, nomeadamente o resultado líquido de trinta milhões de euros, um bocadinho acima de trinta milhões de euros, são manifestamente insuficientes essas obras, são manifestamente insuficientes, nomeadamente face às necessidades que há do concelho, porque, enfim, eu penso que todos aqui sem exceção aplaudimos as medidas de carácter social e de apoio às famílias mais carenciadas, subsídio ao arrendamento, aquisição de medicamentos, por aí fora. Acho que ninguém põe isso aqui em causa, nomeadamente com o aumento da inflação que houve e os reflexos que esse aumento da inflação têm na vida de muitas famílias e de muitos cidadãos que até aqui há uns anos felizmente não tinham necessidade de recorrer a apoios públicos e hoje infelizmente têm, mas isso por si só sendo importantíssimo na ação do executivo, não é suficiente. Portimão está com a dimensão que tem, com o relevo que tem no espaço regional e sub-regional e com a falta de investimento que tivemos nestes anos, está em 2024 numa situação em vários domínios da governação municipal, uma situação que eu diria que é quase crítica e vou dar dois ou três exemplos. A nível de investimentos de acessibilidades é um caso paradigmático, a nível de investimentos, por exemplo, na área cultural foi aqui referido na sexta-feira e bem, estamos a comemorar os cem anos da criação da cidade de Portimão e as comemorações do ponto de vista cultural são insuficientes, são claramente insuficientes e a nível de espaços verdes também e de espaço público. Ó senhor Presidente, eu perguntaria, sabendo a resposta antecipadamente, quem é que teve estes pelouros nos últimos três anos, a manutenção do espaço público e espaços verdes em Portimão. Creio que não foi a anterior Presidente, isto temos o espaço público degradadíssimo em Portimão ainda hoje infelizmente, às vezes com intervenções que não são feitas pelo custo que têm e pelo esforço financeiro que representam. Eu diria que não são feitas por manifesta má organização do executivo. -----

Bom, dito isto, continuam e agora citando aqui o relatório do ROC, continuam a vir aqui referências que vêm de há vários anos a esta parte e que continuam a vir, a questão da valorização dos ativos não tangíveis ou do histórico tangível, património tangível, continuam a não estar devidamente atualizados, a questão dos passivos contingentes, que mais uma vez parece-nos insuficiente para aquilo que eventualmente num cenário mais negativo poderá ser aquilo que o município possa ser condenado e depois aqui a questão também dos edifícios e do património imobiliário que foi transferido para o município na área de educação. Isto são tudo questões que continuam aqui por consolidar nas contas e que ano após ano o ROC sente necessidade de fazer aqui reservas no seu relatório e eu perguntaria mais uma vez porque é que estas questões não estão ultrapassadas em 2024. -----

Depois, dizer-lhe o seguinte, queria dizer-lhe o seguinte. Falou aí na questão da rescisão do PAM e da saída do endividamento excessivo, enfim, já sabíamos não foi propriamente uma novidade que nos trouxe aqui hoje que para 2025 haverá inevitavelmente um alívio fiscal sobre as famílias e esperemos que sobre as empresas também do concelho, e queria que informasse à Assembleia de uma forma mais objetiva e mais concreta em que fase é que está esse procedimento junto da Comissão Executiva do FAM e se poderemos desde já sem esperar pela apresentação do orçamento para 2025, no fundo,, dar como adquirido que realmente vai haver



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



a saída do procedimento desse executivo e a rescisão do PAM, com no fundo a recuperação da liberdade do ponto de vista fiscal do município em estabelecer da forma como mais lhe prover, nomeadamente por parte do executivo permanente, as taxas e o montante dos impostos municipais de uma forma mais leve para as famílias e para as empresas. Para já, disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que este relatório de contas é mais do mesmo, continua mais ou menos em relação ao ano anterior, mas falando aqui e como disse o senhor Presidente, realmente em despesas pagas, setenta milhões, baixou zero vírgula oito por cento em relação ao ano anterior, o que é de louvar. -----

O município ainda tem um passivo, também temos que dizer que o município ainda tem um passivo de cento e vinte e oito milhões, não podemos esquecer, abateram dez milhões à dívida, podiam ser mais corajosos, podiam fazer com que já no próximo orçamento como já foi dito aqui, pudessem rever as taxas máximas da derrama e da participação dos cinco por cento do IRS. -----

Ainda temos aqui a situação dos onze milhões nos diversos processos judiciais instaurados ao município, ainda estão aqui enalhados, temos também como já disse o deputado anterior os ênfases que fez o ROC em relação àquelas reservas e no caso da EMARP temos aqui dois milhões e oitocentos mil a mais que foi o resultado líquido da EMARP, dois milhões e oitocentos. Gostaria de saber para onde é que vai esse dinheiro, o que é que vai ser feito com este dinheiro, gostaria que esse dinheiro mais os trinta milhões que o senhor Presidente disse fossem alocados às obras que a nossa cidade precisa, como já foi dito aqui não vou-me repetir novamente, há várias obras que a cidade precisa e que estas obras deviam ser concluídas o mais rapidamente possível, não só no ano de eleições. -----

Ter em conta também, como já o senhor Presidente sabe, que mesmo no ponto anterior na informação da senhora Presidente, o IMT já baixou em relação ao ano passado cinco milhões. Também terem atenção às contas, que menos cinco milhões em relação ao ano passado já é dinheiro que começa a desaparecer dos cofres da Câmara a menos e também com o rigor do FAM e do PAM, gostaria que esse rigor se mantivesse mesmo que não tivesse esse escrutínio. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo da Conceição Leonor Mateus**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e felicitar o senhor Presidente, desejar um excelente final de mandato, mas a intervenção vem um bocadinho na sequência do que o senhor Presidente apresentou, porque como sempre vou dizer tudo construtivamente, penso que já perceberam que eu funciono assim, mas a verdade é que este é o terceiro ano que estamos aqui sentados e todos os anos oiço a mesma, todos os anos ouvi sempre a mesma coisa nesta apresentação de resultados. Sintetizo em duas ou três coisas, pobres e investimentos mínimos para o que a cidade precisa, o não cumprimento, ou seja, o excedente orçamental por sessenta por cento à volta, sendo que sessenta por cento do orçamento não foi executado e obras a começar sempre na boa altura do verão que é o que nós temos agora aí é o fecha rua, abre rua. Portanto, o que me apraz dizer sobre isto é que está claro passado três anos de, pelo menos da minha presença



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



aqui que existe uma fórmula de gestão do território que é sempre a mesma, gerida por um tempo eleitoral, existe uma fórmula de colocar uma verba sempre acima daquilo que vai ser executado para aparecer bons números e aquilo que se trata das intervenções de fundo que a cidade precisa e não vou repetir a palavra estratégia que já sei que isso é uma piada interna na Câmara Municipal, mas são apenas cuidados paliativos e de fundo estrategicamente nada, e onde é que eu baseio isto? Baseio isto que já ouvi falar em grandes planos de mobilidade, o PDM, somos das cidades que não fez nada até agora. Agora, acho que abriu aí uma nova, um projeto, um novo gabinete de experts, são sempre os mesmos em todas as cidades para a cultura, o resultado daqui a um ano e meio é zero, é como os outros todos, peço desculpa. Intervenções estratégicas onde é que elas estão? Onde é que está aqui uma recharacterização do que a cidade de Portimão precisa. Já ouvi nesta Assembleia que as questões da sustentabilidade iam mudar os leds das lâmpadas e os sistemas de rega. E o resto? Uma Câmara com este excedente financeiro, com este dinheiro como é que não está em projetos europeus como já aqui falámos várias vezes a dar a volta ao que a cidade precisa? -----

Em termos sociais, aquilo que se vê e penso que toda a gente vê com muita pena e, portanto, isto aqui não é uma questão política, mas basta passear pelo centro da cidade e passear por várias zonas e percebermos que socialmente não podemos dizer que estamos bem. Eu percebo e nós sabemos que a Câmara tem uma preocupação e tem estado a fazer um trabalho. É curto, senhor Presidente, isto está uma vergonha, está uma absoluta vergonha o que se passa nas ruas de Portimão. Peço desculpa, mas isto é um sentimento que eu tenho expressado, não é bonito andarmos nas ruas de Portimão, no centro de Portimão a partir das oito da noite, não é bonito, isto não se trata de culturalidade, não se trata de nada. Trata-se de que a degradação que a cidade está. -----

O conjunto de pessoas com problemas de adição de drogas e de álcool aumentou e, portanto, o que eu quero intervir aqui neste ponto apenas e só é, tenho alguma dificuldade todos os anos que aqui estou a ouvir sobre estas questões um panorama que parece de alguma forma pintado de rosa e como se vê não apresenta mudanças que vão ser, que possam ser sentidas pelos portimonenses. Portanto, já aqui disse uma vez e já aqui foi repetido por vários membros dessa Assembleia, que o senhor Presidente agora Álvaro Bila e os membros da sua equipa, têm uma credibilidade de transparência e uma credibilidade de boas intenções de ação, mas chegou ao momento em que isso não chega. É porque agora é preciso realmente uma visão estratégica para a cidade, é preciso dar a volta a isto, isto agora está fácil porque há projetos, não há PDM pode-se construir o que se quer, não é, ouvimos um antigo vereador dizer aqui que ainda bem que Portimão não tinha PDM que assim pode fazer as obras que se quer para haver derrame. Pois esse modelo acabou e o que é que nós temos em substituição? Não vejo o que é que temos em substituição, falámos aqui de habitação, não vejo nada a acontecer, portanto, não queria neste ponto alargar-me mais, só dar este sentimento que gostaria muito que em termos de três anos depois conseguisse ouvir aqui coisas, dizerem assim, «sim senhora, percebe-se que há aqui uma visão e vai haver um investimento estratégico para a cidade e que as coisas vão melhorar onde elas precisam de melhorar, porque de resto tem sido só remendos, e de remendos a gente



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



sabe que remendo a remendo o barco fura. Portanto, deixar este apontamento e com certeza que os meus colegas de bancada irão complementar as nossas intervenções. Disse, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que o PS analisou este documento e obviamente que em função dessa análise, permite-se observar que as demonstrações, enfim, elas encerram o cumprimento de objetivos que, enfim, os quais são possíveis analisar e em matéria de controle da informação da política municipal, mas gostávamos de evidenciar nomeadamente o respetivo desempenho face a objetivos de política orçamental. O PS dá como aceite uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações do desempenho financeiro da autarquia. Faz o entendimento de que a referida massa documental proporciona a informação expressiva para a determinação dos gastos dos serviços públicos e bem assim também das respetivas receitas. -----

Ocorre observar que a autarquia permanece uma autarquia endividada, por mais que agora alguma oposição se esforce por dizer, «estes indivíduos estão cheios de dinheiro e não fazem nada em prol da população portimonense», o que, enfim, não deixa de ser uma demagogia de sentido inverso àquele que nós ouvíamos em tempos mais recuados de que a dívida era um monstro impossível ou de controle impossível. ----- É evidente que estes resultados a nosso ver apontam para uma gestão rigorosa da coisa pública, pecando, todavia pelo défice de investimentos a que a cidade aspira. É um facto que há um défice de investimento que já foi aqui a florado por esta bancada, até por outros elementos da mesma. Todavia, importa contextualizar esse défice. -----

O senhor Presidente acabou há bem pouco de enumerar uma série de constrangimentos que obviamente não podem deixar de ser tidos em conta, mas não só esses constrangimentos tiveram lugar, como também é um facto que nós tivemos conhecimento, fomos tendo conhecimento a par e passo de que os concursos iam ficando sistematicamente vazios, desertos. Portanto, neste contexto nós PS achamos que o executivo deve fazer um esforço adicional com vista a melhorar da forma mais significativa a performance da cidade. Não agitamos críticas, o que é, empiricamente está à vista, mas não se assaca responsabilidades que são exteriores a este executivo. -----

Eu ouvi falar com muito agrado o nosso deputado Américo Mateus, enumerando, enfim, uma série de adversidades citadinas, nomeadamente droga ou álcool, etc. como se efetivamente digamos não existissem organismos públicos do estado especificamente responsáveis por estes campos. É óbvio que a autarquia pode ter e não negamos isso, uma atuação supletiva, mas não cumpre à autarquia a luta contra a droga. Portanto, é bom que efetivamente tenhamos em conta estes aspetos que de todo em todo deverão merecer também a nossa contemporização. -----

É óbvio que o PS aspira e seguramente o executivo também, a um rompimento, enfim, com uma certa letargia desenvolvimentista da cidade e deseja que a cidade volte a alcandorar-se entre os municípios de maior projeção a nível regional, e estamos convictos que a política, uma política no fundo de contenção tem sido seguida com este défice que acabámos de apontar, défice ao nível do investimento, portanto queremos ser rigorosos sem deixar de usar de nobreza, porque penso que a nobreza na política está aí, está neste rigor,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



está em não só ver o copo meio cheio e o outro copo meio vazio e, portanto, sermos capazes de assumir o desafio da insuficiência, o desafio das dificuldades, a par de que todos nós conhecemos, todos nós sabemos que os espaços municipais são espaços de um inquirimento burocrático tremendo. Qualquer ação requer não sei quantos cavalos vapor para se pôr em prática, e qualquer oposição que acaba por ser governo tem disso consciência. Portanto, nós ficaríamos por aqui, efetivamente por dar esta nota de satisfação pelo rigor, pela transparência, pela fidelidade das contas, e uma nota de insatisfação pelo facto de desejarmos que o investimento público tivesse a dimensão que até hoje ainda não teve, pelas circunstâncias que acabámos obviamente de enumerar e que o próprio Presidente o fez. Disse senhora Presidente, muito obrigado pela atenção. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Luís Filipe Custódio**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer ao senhor Presidente em exercício que da última vez ele falou de um portimonense que é um autor, escreveu um livro infantil com ajuda de alguns populares, sem qualquer tipo de ajuda, ele tem mais trinta livros para editar, não tem qualquer tipo de apoio da autarquia e pensa que falando também da comemoração dos cem anos da autarquia, seria de todo o interesse que a autarquia tivesse interesse num portimonense e que ele pudesse editar os seus livros. São livros infantis e que têm todo o interesse em termos de visualização. Não sei se há preocupação da autarquia nesse sentido se não, mas se houver eu posso depois entregar o contacto da pessoa se assim for.-----

Em relação à parte velha da cidade, de facto, é um lugar para os portimonenses não passearem, porque eu acho que quem é portimonense e que conhece bem a parte velha da cidade não vai passear para a parte velha da cidade. Conhecendo outras cidades como dou, por exemplo, o caso de Tavira, de Vila Real, que são cidades também à beira-rio e que evoluíram bastante e Portimão continua estagnado, portanto sem qualquer tipo de evolução nesse sentido. Gostaria de saber, portanto se pensam alterar alguma coisa também se não, era isso que eu gostaria de saber. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, ó senhor deputado, os senhores deputados são livres de fazer a intervenção e a apreciação dentro de cada ponto apelando ao bom senso e ao senso comum, mas agradecia que respeitassem o tema e, portanto, da ordem de trabalhos, neste caso são as contas consolidadas. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Luís Filipe Custódio**, ok, peço desculpa, mas como da última vez não respondeu à minha questão, peço desculpa. Está bem? Obrigada.

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que relativamente a este ponto, à prestação de contas consolidadas, isto é quase um replay, vendo ali na intervenção da bancada do PSD, eu penso que o executivo já deve estar cansado de dizer as mesmas coisas e a oposição também está cansada de repetir sempre as mesmas coisas, porque é assim aqui no relatório da BDO, vem o costume, vem aquilo que vem sempre. E eu gostaria de deixar o repto, é assim, possivelmente já não estarei aqui para ver a prestação de contas consolidadas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



referente ao ano de 2024, mas deixava o repto ao senhor Presidente de Câmara, para que faça um esforço no próximo documento de prestação de contas consolidadas, que não viessem os mesmos ênfases que costumam vir sempre por parte da BDO. Um dos ênfases claros que eu já disse aqui e quase que podia agarrar na gravação das anteriores sessões e pedir para reproduzir, porque é sempre a mesma coisa, é a extinção da empresa RIO ADENTRO S.A. É assim, decorreram dez anos, a empresa há dez anos que não tem atividade, não presta contas. Em dez anos acontece muita coisa e não se conseguiu pelos vistos dissolver e liquidar esta empresa, pese embora essa decisão tenha sido assumida na Assembleia Geral Extraordinária de 30 de novembro de 2020. Portanto, daí, desde a decisão em Assembleia Geral Extraordinária, já decorreram quatro anos e nós continuamos a receber este documento com o parecer da BDO sempre com esta menção, e de facto gostaria de apelar que houvesse um esforço, é assim, se vêm estas reservas da BDO, será porque elas têm que vir e são obrigatórias, estamos a falar de contabilidade auditada e de facto vem sempre a mesma reserva. Como é que o executivo não teve o cuidado e não diligenciou de resolver estas situações que vêm sempre aqui. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, bom, eu apenas queria comentar, portanto a intervenção do senhor Presidente da Câmara, em que ano após ano e há muitos anos que eu estou nesta Assembleia e isto aqui já foi referido por outras bancadas, de que estamos a discutir o saldo consolidado das contas de 2023, e o que o senhor Presidente aqui veio referir, é de que o desenvolvimento e a visão do município é sempre através de projetos que estão em execução, é projetos que vamos fazer. Não, o que nós estamos aqui a discutir são as contas de 2023, e as contas de 2023 devo-vos dizer de que eu sei que o Partido Socialista e a Câmara focou-se principalmente no problema financeiro que este executivo recebeu em tempos, porque não foram as oposições que fizeram essa desgraça, foi o Partido Socialista, primeiro ponto. -----

Segundo ponto, dizer de que a desculpa por não investir, foi a pandemia, mais uma vez a pandemia. A pandemia tem problemas de tudo, mas a mim realço dizer que nunca o município recebeu tanto dinheiro e faturou tanto dinheiro em tempo como no tempo da pandemia. Eu como deputado municipal e a minha bancada, viemos há vários anos e o problema das pessoas, porque as pessoas realmente têm dificuldades com a casa, com os impostos, o comércio realmente teve dificuldades durante essa fase. O que nós aqui sempre dissemos e viemos alertar o município para que o município com os excedentes que apresentou ao longo destes anos, que foram muitos e ainda bem que têm as contas, realmente a parte financeira está resolvida, mas não precisamos de ter excessos. Que nós, o que eu disse sempre, foi que as dificuldades das pessoas não são de agora. Elas continuam, mas as dificuldades dos munícipes já vêm do tempo da pandemia e dos anos que se seguiram, ou seja, as pessoas não tinham dinheiro para pagar as suas despesas e, portanto, o município tinha que ajudar. É evidente que sim, é evidente, é para isso que existem os municípios e que o município está. Agora, se a Câmara, e foi uma opção da Câmara, foi dita pelo senhor Presidente agora, na altura Vice-Presidente, de que tinha sido uma opção da Câmara em não liquidar o empréstimo, nem é liquidar, amortizar o empréstimo para que a Câmara tivesse autonomia desejada para baixar o tal IMI



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que baixou, mas quer dizer, apresenta aqui valores anuais. De tudo o que eu digo é que isso para as pessoas representa como eu disse nas outras assembleias, um café. A maior parte dos munícipes, aquilo que a Câmara baixou do IMI representa anualmente pagar um café e não é isso que se pretendia. Era que a Câmara tivesse autonomia mais firme para baixar as taxas, para ajudar os munícipes durante esse período pandémico e não só em 2025 como está previsto. Deveria ter feito antes, deveria ter feito esse abatimento, essa resolução de liquidação da dívida para valores em que a Câmara pudesse ser autónoma para decidir a nível de impostos e de taxas, o que não fez, e o senhor Presidente disse aqui nesta Assembleia de que foi uma opção da Câmara, uma opção que na minha perspetiva foi uma má decisão, porque com tanto excedente, com tanta liquidez, portanto deveria ter feito outro, deveria ter feito de outra forma e mais cedo, para que em 2023 que é as contas que estamos aqui a discutir, os munícipes já deveriam ter essa facilidade no seio do IRS e inclusive no IMI. Por outro lado, vir dizer que as obras que a Câmara fez, foi a tal obra emblemática de que no Largo do Dique a Câmara resolveu fazer uma rotunda com um prédio no meio, deve ser o único no país. Haver uma rotunda, normalmente têm árvores, têm os jardins, por muitos aí, naquele exemplo temos um prédio no meio da rotunda. Eu penso que não foi solução para aquela zona, veio dificultar imenso o trânsito de Portimão e, portanto, não é uma situação que beneficiou os munícipes, quem trabalha, quem se desloca e quem faz. Por outro lado, o senhor deputado José Figueiredo veio dizer que o problema disto foi que os concursos que a Câmara pôs ficaram todos desertos. Eu já disse aqui várias vezes porque é que os concursos ficam desertos, porque o valor que a Câmara põe nesses concursos não são plausíveis para que qualquer empreiteiro ou qualquer pessoa que queira fazer aquele empreendimento possa fazer com aquela verba e, portanto, eles ficam desertos, as pessoas desistem porque os valores que lá estão postos são baixos para a obra que se pretende fazer, ou seja, essa mesma obra é feita passado algum tempo, é principalmente perto das eleições com valores quase a duplicar e, portanto, o resultado dos concursos ficarem desertos, acho que a Câmara deve pensar nestas situações e deve regularizar essa situação. Portanto, é isto, quer dizer, eu acho que em 2023 deveríamos estar todos satisfeitos em discutir um orçamento financeiramente bom, credível da Câmara que nós concordamos como é lógico, mas que o resultado dos portimonenses fosse realmente de uma satisfação enorme pelo desenvolvimento da nossa cidade, porque os projetos que os senhores agora anunciam, são projetos, não são concretizações, não contam para as contas da Câmara, da Câmara ou do município neste caso consolidadas. Deveria de ser obra feita e que nós agora estávamos aqui a discutir, porque todos os anos nesta altura estamos sempre a discutir os projetos, e aqui as intenções que a Câmara quer fazer no futuro ano seguinte ou nos anos seguintes. É evidente que este ano está a pensar fazer em 2024, 2025 vai haver eleições e não as faz em 2024, já estamos em junho ou em julho, vai ser feito provavelmente em 2025 no ano de eleições. Portanto, isso não tem nada a ver com as contas que aqui estão que nós estamos a aprovar. Peço desculpa, mas não tem nada a ver com isso. Portanto, isto é um assunto que nós discutimos ano após ano e que como Presidente da Câmara agora, novo Presidente da Câmara, eu acho que deveria de reiterar e de retificar, portanto esta postura do executivo perante esta Assembleia e perante os munícipes e, portanto, os portimonenses mais no sentido de concretizar obra e não anunciar a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



obra que nunca é feita anos e anos a fio para fazer essas obras e esses projetos que aqui são anunciados. Por agora é tudo, tenho dito. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Valente**, para dizer que em relação a esta apresentação de contas, gostaria de tecer aqui alguns comentários rápidos. Como falei na última sessão, tive oportunidade de questionar o senhor Presidente e ele respondeu-me e bem, a cidade de Portimão está neste momento a ser assoada por uma crise de criminalidade que está a aumentar bastante e acho que seria um dos pontos de principal investimento neste momento, seria tentar dissuadir essa criminalidade. Posso sugerir três ou quatro exemplos que valem o que valem, penso que deveríamos apostar na melhoria da iluminação nas artérias mais pequenas, nas ruas mais pequenas da cidade onde sabemos que os assaltos poderão acontecer onde há pouca luz, não sei até que ponto seria possível investir a título de exemplo como em Lagos na Polícia Municipal, penso que será também um fator de dissuasão, investirmos em fiscalização, lembro-me que numa das apresentações de contas se falou na problemática do estacionamento errático na cidade, e eu questionei se em vez de pagarmos a uma empresa para ir à procura de quem não paga as multas, investirmos em bloqueadores para os carros, tive a oportunidade de ver que durante o ano passado acho que não bloqueámos carro nenhum. Se temos ou não os bloqueadores, volto a questionar, não sei. E investimento de melhoria em apoios sociais aos mais desfavorecidos, todos nós sabemos que o aumento de pessoas em crise social aumenta a criminalidade. -----

Continuando, relativamente a uma das causas que eu e o meu partido defendemos, que é a causa animal, achamos que em 2023 o investimento de apenas quarenta mil euros em apoio às associações do concelho de modo a ajudar na luta diária das mesmas, é irrisório, porque quem está dentro da causa, quem participa e quem anda na rua a tentar resolver o problema, como é o meu caso, todos nós sabemos que quinze mil euros que se dê a uma associação, serve para três colónias, Portimão tem dezenas. Portanto, quinze mil euros rapidamente desaparecem e as contas vão-se acumulando nos veterinários, vão ficando por pagar e não é o pouco dinheiro que a população poderá dar às associações que vai ajudar. Portanto, se calhar deveríamos rever isto, tendo em conta que não conseguimos ter uma política com um CRO capaz de responder, se nos apoiamos nas associações, então apoiamo-nos condignamente. Temos sim senhora um CRO novo, já parabeneizei o município por isso, mas penso que deveríamos investir ainda mais no mesmo, de forma a melhorar as suas condições e habilitar o mesmo de condições para auxiliar a população mais desfavorecida que também tem direito a ter animais de companhia, apesar de não ter provavelmente dinheiro para pagar estabilizações, para pagar o chipe, para pagar vacinas, se calhar o CRO seria uma boa oportunidade como acontece até em vários outros concelhos do país. -----

A título social, garantia de apoio às pessoas em situação de sem-abrigo com a criação de um espaço de permanência temporária disponível o ano inteiro com todas as valências necessárias, como assistência social, psicologia, apoio à procura ativa de emprego, garantir as devidas condições a quem vem morar para a cidade à procura de emprego e tem de morar nos diversos jardins que a cidade não tem, melhoria das condições de acesso à saúde que neste momento está ligado às máquinas, não temos uma saúde condigna para a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



população que cá mora, muito menos para quem veio para cá de fora e quer ter acesso a essa saúde, e por fim, falar da natureza. -----

Na última sessão falámos e tivemos oportunidade de ter aqui pessoas no público a falar no último verdadeiro pulmão da cidade. Continuo sem perceber o que é que vai acontecer ao João D'arens, mas gostaria de sugerir que a Câmara de Portimão tomasse uma atitude firme como tomou a Câmara de Lagoa, relativamente às alagoas brancas. Decidiram de uma vez por todas que as alagoas pertencem à cidade e que vão ser transformadas num espaço para a cidade. -----

Aumento também do investimento em verdadeiros espaços verdes. A cidade de Portimão, para quem não sabe eu não sou portimonense, eu vim para cá morar, gosto muito de cá estar e gosto de ver a cidade onde eu estou, bem. A cidade de Portimão não tem um espaço verde, como temos a título de exemplo o jardim da Alameda João de Deus em Faro, que foi recentemente qualificado. Nós não temos. Não temos um jardim onde eu possa ir passear, onde as famílias podem ir passear e acho que esse investimento deveria ser feito. Para já é só, disse, obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que voltava a realçar só como ponto. Não se esqueçam que estamos a discutir as contas consolidadas do município e do seu grupo do setor empresarial. Só quero dar essa nota. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, se efetivamente o PAN não se pronunciou sobre as contas, a verdade é que o Servir Portimão Fê-lo na pessoa da Dra. Marta Caetano e o senhor Natalino Alves. Ambos expressaram preocupações que nos parecem legítimas, mas que efetivamente são tudo-nada periféricas. Eu digo periféricas não no sentido de as desvalorizar, mas de facto porque elas não são centrais, ou seja, por exemplo, o caso dos ativos não tangíveis nós sabemos perfeitamente que, por exemplo, a valorização das obras do museu, a transformação de capitais simbólicos em capitais económicos não é fácil e temos visto, não é uma prioridade da autarquia. Talvez porque estas obras não estão sujeitas à mercantilização, mas isso obviamente não se possa deduzir daqui que há uma intenção de colocar estes assuntos na senda das calendas gregas, não é isso. É dizer que do nosso ponto de vista, estas matérias não são centrais para a aprovação ou reprovação deste registo documental que temos perante nós. -----

No que respeita a uma política orientada realmente para as poupanças, nós bem sabemos que a crítica da oposição de um modo geral sempre incide na amortização do crédito ao facto como uma boa solução política. No caso, seria interessante os senhores usarem um simulador para calcular quanto é que a autarquia pode poupar, tendo presente as revisões em alta das taxas de juro no mercado, por comparação com a estabilidade advinda desses juros pelo FAM. Nós não podemos ficar autistas relativamente às incertezas quanto ao mercado imobiliário e há pouco frisámos isso, quanto ao IMT e há pouco frisámos isso, quanto à questão geopolítica, quanto à necessidade de implicar parte dessa verba em investimento prioritário. Não parecerá essencial poupar agora se está a registar liquidez, para que no futuro nós estejamos preparados para enfrentar dificuldades? Mandará o princípio da prudência de uma gestão responsável abdicar das taxas de juro de assistência financeira



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que foram objeto de correção das taxas de juro de três por cento para um ponto setenta e cinco? Só uma gestão irresponsável é que não ousaria usar o princípio da prudência. Só por intencional ignorância, uma gestão autárquica trocaria taxas de juro de eventuais empréstimos futuros a conceder por intuições financeiras que hoje estão em cinco trinta e quatro para residentes ou para sociedades não financeiras a cinco ponto dez por taxas de juro de um ponto setenta e cinco. É que esta matéria tem de ser contemplada, tem que ser observada e nós temos que refletir sobre estes dados. Não são dados que nós possamos inventar, nem possamos manipulá-los politicamente. Então, só uma gestão responsável não ousaria de facto, volto a citar, «o princípio da prudência». Já houve imprudência em tempos idos por outros motivos e agora queremos fazer com que ela retorne por estas vias? Não nos parece saudável. -----

A propósito de 2025, será desejável aconselhar cautela e já o dissemos, aos vendedores do guarda-chuva que torcem pelas tempestades muito receio das eleições, porque todos eles podem ser levados pela enxurrada. Por tudo isto é necessário entender quais as capacidades e os limites dos instrumentos que nós temos para poder realizar a política autárquica, a política municipal, e é no respaldo desta reflexão que nós consideramos apropriada esta política, por acharmos que ela é uma política prudente. -----

Naturalmente que urge perguntar para quando senhor Presidente, a assinatura do contrato de cessação do Programa de Ajustamento Municipal de Portimão, em que o município deixe de ficar sujeito às medidas de equilíbrio orçamental, que visam a recuperação financeira do município. Para quando? Será de facto um dia memorável, um dia histórico para quem num longo período esteve perante um município endividado e, portanto, nós almejamos que esse dia seja já ontem, para que possamos aí aplaudir a política municipal que tem vindo a ser seguida até hoje. Eu diria uma política de prudência e acentuei, com um défice de investimento que é necessário de facto ter em conta face aos requisitos de cidadania. Portanto, é este o sentido pelo qual a bancada do PS irá votar favoravelmente as contas consolidadas. Disse, muito obrigado, senhora Presidente.

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e deixar uma primeira palavra, chegou atrasado por compromissos profissionais, ao senhor Presidente Álvaro Bila, mas também dar a nota que o que tinha para lhe dizer já lhe disse de viva voz na altura, considera que deve ser assim feito, foi assim que aprendeu a fazer política é com as pessoas e, portanto, já lhe disse, mas reiterar e que a sua vontade, o seu conhecimento de rua, a sua proximidade que todos conhecem consigam trazer melhorias, não fazendo comparativos com quem estava, não é isso aquilo que está aqui a fazer, isso não tem sentido nenhum, mas que consiga trazer outra aura e que consiga aquilo que pretende, a motivação que tem, a paixão que tem pela cidade que consiga implementá-la, que isso aí gostariam todos. -----

Sobre este ponto, e confesso permitam-me, eu não sou professor, quer dizer, mais ou menos, havia aqui algumas intervenções que eu consideraria fuga ao tema, mas vou tentar então restringir-me à questão que aqui nos traz. E é como já foi dito por várias bancadas, também a que faço parte, há aqui alguma repetição quer do executivo, quer da oposição sobre alguns temas, mas parece que temos de fazer e, portanto, fazendo-a, dizer que naturalmente reitero para também ficar em ata, que há aspetos positivos, claro e tenho que olhar



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



para os números, o resultado líquido positivo de trinta e três milhões de euros, o aumento das receitas correntes, sabemos a sua proveniência, o saldo de execução de mais de cinquenta milhões de euros, a redução do endividamento em nove ponto seis milhões de euros, o prazo médio de pagamentos a seis dias é positivo, reconhecemos, há aqui coisas e é aqui que eu queria tocar que já não são tão positivas e tentam passar nos pingos da chuva na intervenção do Partido Socialista e percebe-se, isto é política. Em primeiro lugar, os sessenta e sete por cento de execução de taxa, sessenta e sete por cento de taxa de execução e os dez milhões de excedente, que nós vendemos isto como uma coisa muito positiva, mas em bom rigor económico não é, e queria dizer o seguinte. Que a nível da subexecução da despesa ficou nos sessenta e sete por cento, isto indica claramente a falta de investimento que houve em infraestruturas essenciais no concelho e isto é normal identificar, e eu até enquanto esperava para dar alguns exemplos, fui aqui fazer um estudo que é muito fácil, é mais fácil encontrar noutras câmaras do que Portimão, dar esta nota que é importante, mas eu vi Lisboa, Porto, Cascais, Faro e Loulé que têm orçamentos todas elas muito maiores e com assembleias que já fizeram, todas recentes, a taxa de execução orçamental de Lisboa aprovada foi oitenta e cinco por cento, Porto oitenta e dois, Cascais setenta e oito, Faro oitenta e Loulé setenta e cinco. Não vou fazer a diferença que existe de orçamentos e o que o nosso percentual significa em grande diferença de milhões que aqui não foi feito. -----

Dizer-vos ainda que encontrei, a internet tem destas coisas, sabe-se tudo, muitas críticas do Partido Socialista, nomeadamente em Cascais dos setenta e oito por cento e em Lisboa com oitenta e cinco por cento. Aqui o Partido Socialista não refere os sessenta e sete por cento no orçamento comparando com alguns, é menos de um terço do que aquilo que têm, e isto refere-se para os portimonenses, as contas que falo e já lá irei, que têm menos investimento ainda do que aquele que comemoram aqui que outros dizem que é mau. Eu preferia ter o PS de Cascais em Portimão, digo assim, só falando do PS, porque o PS só oitenta e cinco por cento disse que era muito mau com um orçamento de quatro ponto cinco vezes maior do que o de Portimão. Isto é uma análise factual e podem ver nos sites da Câmara. -----

Depois, ouvi uma coisa sobre a história do IMI. A Câmara tem vindo a baixar e baixou agora de zero ponto quatro por cento para zero ponto trinta e nove por cento. Correto? Todos sabemos muito bem, há cadência de descidas, há condições, mas ó senhor Presidente, vamos simular que a média de imóvel em Portimão que não é, baixou muito, é outra crítica que eu podia fazer, mas não vou fugir ao tema, eram trezentos mil euros, vamos simular, não é, significava que o IMI seria mil e duzentos euros, estive a fazer as contas, estão aqui, quem quiser ver até em matemática me safo, farmacêutico tenho que me safar. Mil e duzentos euros. Com os zero ponto trinta e nove passou para mil cento e setenta euros, trinta euros, que significa, obrigado pela deixa, oito vírgula dois cêntimos por dia a cada portimonense, nem dá para o café, é de nove em nove dias dá para um café. Usarmos este argumento político de que isto é uma grande melhoria da qualidade de vida dos portimonenses, eu contei o tempo um minuto e trinta e dois segundos a falar sobre o IMI, um minuto e trinta e dois segundos, é que quando não tenho nada para fazer vejo o tempo. É muito tempo para tão pouco que isto representa. Isto politicamente dito na rua, eu peço ao Partido Socialista que não o faça, não o faça, nem venham aqui com as contas certas que têm, dizer que têm quando depois não têm investimento de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



infraestruturas, a semana passada o Observador, peço desculpa por ter apontado, não foi com nenhuma má educação, mas peço desculpa, mas até porque hoje em dia esticar braços não fica muito bem, o esquerdo, a esquerda deixava passar, mas dizer, lembrei-me da sua entrevista agora, em que disse ao Observador o senhor Presidente que Portimão precisa de melhorias no investimento das infraestruturas. Teve aqui a oportunidade neste orçamento o executivo que aí está, ainda deixam dez milhões de excedente, agora vou pegar noutro ponto. -----

O líder da bancada municipal do Partido Socialista que também tenho muito boa relação como tenho com o senhor Presidente pessoal, mas politicamente não gosta nada de mim, falou aqui da taxa de juro, muito bem, foi o que foi bem metido dos três por cento para um ponto setenta e cinco por cento. O que seria, eu vou-vos dizer, o que seria até giro de fazermos esta simulação seria, quanto é que poupariam os portimonenses e a Câmara se não estivéssemos ao abrigo de um programa de ajustamento. Esse cálculo e essa simulação matemática é que seria muito giro o PS fazer. O PS cumpriu, executou, teve a culpa, é tudo PS, essa simulação sim, mas e então vou guardar tempo, já vi que me vai responder, mas dos três por cento para um ponto setenta e cinco eu vou dizer mais ou menos e buscando a dívida de cento e trinta e cinco milhões de euros, também está aqui. Estamos a falar de um ponto seis milhões de euros, se temos um excedente de dez, eu não preciso de dizer a muitas pessoas o seguinte. É decisão política não baixarem porque não é por um ponto seis milhões de euros, e eu não sou de matemática, sou de ciências farmacêuticas e administração pública. Portanto, dizer-vos coisas diferentes que não tenha ouvido aqui, o IMI por favor, oito ponto dois cêntimos, decorem todos, podem mesmo ver oito ponto dois cêntimos, aí não é, é menos ainda. Portanto, temos essa média de valor de imóvel. -----

Sobre a negociação e o percentual o racional do juro é muito bem dito pela bancada do PS, é muito importante, não representa a grande margem de segurança financeira, porque o PSD é isto, o PS e o executivo tinham isto, portanto é uma decisão política, e aquilo que eu queria dizer é, contas certas sim, identificamos a melhoria que tem vindo a ser sedimentada ao longo dos anos, mas também vos dizer, ao final de três anos de mandato já não é aquela grande bandeira de grande qualidade e mérito que tentam vender, porque, na prática, e nos bolsos do portimonense é um café de nove em nove dias sem investimento de infraestruturas, continuam a dizer em entrevistas que querem investimentos de infraestruturas, mas não o fazem tendo excedentes de dez milhões de euros e não abatendo dívida por decisão política. Portanto, em suma, é um bocadinho louco aquilo que o PS faz politicamente, embora eu perceba, mas para os portimonenses se explicassem isto iriam ver que é muito pouco afinal para o bom, reconhecemos, que fazem e que aqui dizem. Disse. -----

----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que não estava a pensar em intervir, mas a intervenção vem na sequência da intervenção do senhor deputado Figueiredo Santos, e Carlos obviamente que é uma questão de opção política, obviamente, mas o senhor deputado Figueiredo Santos começa a preocupar-me, e digo isto com... não, não, o senhor deputado Figueiredo Santos nas suas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



intervenções começa a preocupar-me, que o senhor consegue uma coisa difícil que é, na mesma intervenção contradizer-se de tal forma que demonstra melhor se calhar que a oposição, porque é que as políticas do PS estão erradas. Ó senhor deputado, o senhor fez aí um exercício completamente, enfim, labiríntico, labiríntico para justificar porque é que o PS estava a usar uma política prudente, eu aponte aqui prudente que era não amortizar antecipadamente o empréstimo e assim recuperar a sua liberdade de fixar e baixar impostos e taxas sobre os cidadãos e as empresas, para depois dizer que afinal o dia em que isso acontecer já devia ter sido ontem e fazendo aqui um exercício que se calhar nem aqueles capitalistas emperdenidos que estão a fazer contas ao juro que pagam no fim do mês, se calhar fariam como o senhor aqui fez. O senhor esquece-se que realmente havendo uma taxa de juro tão baixa, é verdade, isso é factual, mas se o executivo tivesse optado como nós aqui várias bancadas sugeriram repetidamente neste órgão uma amortização mais substancial há dois anos pelo menos da dívida, teria ganhado essa liberdade para fixar e para baixar os impostos e taxas do município, só que o senhor deputado lá está, é uma opção política e sabe porque é que é uma opção política? Porque depois com taxas e impostos mais baixos não vinham aqui apresentar estes números, e falta dizer que estes números são em grande medida, são fruto do esforço dos portimonenses e das empresas do concelho, das famílias e das empresas que estão há bastantes anos a pagar taxas e impostos no máximo, enfim, e depois também da conjuntura económica, nomeadamente do mercado imobiliário. Convenhamos, isso aí nem é culpa do PS, nem é culpa dos portimonenses, é o mercado a funcionar se bem que há aqui muita gente que tem medo do mercado e que não gosta do mercado, inclusive desse lado do PS, mas quando é o mercado a funcionar dessa forma, enfim, o mercado é amigo e venha ele. Portanto, o senhor deputado entenda-se, ou a bem que a política é prudente e foi bem seguida, ou então, ou bem que se calhar já devíamos de ter abandonado aqui esta prudência e ter amortizado antecipadamente o empréstimo para ganharmos essa liberdade. Agora, não podemos querer sol na eira e chuva no nabal como o senhor parece querer de vez em quando, e é por isso que eu começo a ficar preocupado com algumas das suas intervenções. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Valente**, eu gostaria, primeiro que mais nada, pedir-lhe desculpa se achou a minha intervenção fora de âmbito, mas tudo o que eu mencionei na minha intervenção foram possíveis investimentos que deveriam ter sido feitos em 2023 e não foram feitos com o excedente que temos. Portanto, não me parece que tenha sido alguma coisa fora de jeito. -----

Relativamente ao senhor deputado Figueiredo Santos e ao PS, fiquei sem muito para dizer, depois dos meus dois colegas que falaram agora, gostaria apenas então de esclarecer. Não concordo que devam os portimonenses ser prejudicados para que o município tenha prudência no pagamento de uma dívida que não foram os portimonenses que criaram, mas sim quem está no governo há cinquenta anos. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, eu por sistema, detesto a fulanização da política. Todavia, uma vez que o senhor deputado João Caetano insiste, eu confesso que acho os seus raciocínios absolutamente magistrais e, portanto, é nessa base, é nessa base que vou



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



esforçar por ter um raciocínio à sua altura, uma vez que os meus de facto pecam imenso e, aliás, quando o senhor fala eu sempre manifesto um silêncio de respeito absoluto por aquilo que o senhor fala. Portanto, agradecia também que me ouvisse. -----

Primeiro lugar, é importante que se diga que o PS tem tido uma política de equilíbrio na matéria que respeita a amortizações, e tem-nas feito não tão avultadas quanto os senhores desejariam. Obviamente não são os senhores que estão a governar, e quando o PS manifesta o desejo e o acerto nesta prudência, di-lo por forma a posicionar-se argumentativamente face às questões do estado social, que a autarquia nunca abdicou delas, portanto senhor deputado do PAN, nós temos um estado social, ou um mini estado social promovido pela autarquia e de um modo geral com essa liquidez, ou dessa liquidez têm aproveitado sobretudo as classes sociais mais desfavorecidas. Portanto, o dinheiro não é jogado à rua nem entra nos bolsos de A, B ou C. É preciso que tenhamos isto em consideração. É óbvio que o PS do ponto de vista eleitoral não tem interesse rigorosamente nenhum em ter um investimento ao nível daquele que tem. Seria muito mais satisfatório em termos eleitoralistas que o volume de investimentos fosse grosso, mas é óbvio que na nossa pobreza política e aqui tento superar-me à condição partidária, as leituras que o senhor deputado Carlos Martins Faz, eu também as faço, isto é, leituras absolutamente assimétricas, ou seja, se em São João da Barra o Partido Socialista está no governo, o PSD usa os argumentos que usa aqui, mas quando o PSD está no governo, o Partido Socialista faz exatamente a mesma coisa. É verdade isto, diz bem o senhor deputado, isto é perverso, mas é assim que nós temos feito o entendimento do que é política até agora. Agora, o PS pronunciou-se pelo desejo de que haja um investimento mais, eu diria um investimento que efetivamente proporcione o fechamento de determinadas falhas que existem e que os senhores têm efetivamente anotado e, portanto, isso não cai em saco-roto, daí que o Presidente tenha feito há pouco a alusão a uma oposição forte. Muito bem isso. Portanto, quando se fala em prudência, parte-se do pressuposto que a nossa vida coletiva não está estabilizada, que o nosso futuro não é facilmente visitável. É que parece que os senhores estão todos muito seguros daquilo que vai ser o nosso futuro a breve trecho. Temos que admitir que a imprevisibilidade do futuro deve levar-nos a alguma inquietude sobretudo a essa mesma prudência, e é nessa base que nós deveríamos naturalmente fomentar o investimento, mas também acautelar as poupanças, de forma a que possamos dar satisfação às imprevisibilidades. Portanto, eu não estou a falar uma linguagem isotérica, o que eu quero dizer é que a política do PS mal ou bem, melhor ou pior, tem procurado compatibilizar as amortizações com um investimento frágil, é certo, com a segurança que obviamente uma autarquia requer, porque qualquer investimento vai além dos vinte milhões de euros, estou a falar só de uma escola de Portimão. É bom que tenhamos noção do que é que estamos a falar, parece que cinquenta e sete milhões de euros é qualquer coisa que promove a riqueza de uma classe média baixa, sendo certo que nós temos todos a imagem, somos de classe média, não é? Mas é isto, vinte milhões traduz-se num investimento porventura no próximo ano na escola, não vou citar o nome da escola para não fazer publicidade a essa em detrimento das outras, mas a verdade é esta e, portanto, foram claros os argumentos, as ponderações que estiveram aqui em causa, no sentido de aceitar este nível de poupança e este nível de endividamento e este nível de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



amortizações, foi aquilo que foi feito e, portanto, nós não recusámos nem uma coisa, nem a outra. Nós tivemos uma posição que a nosso ver com o vosso respeitável de outro conhecimento que a nosso ver é ajustada. Portanto, é nessa circunstância que me parece que este pensamento é perfeitamente claro, preciso e conciso e só quem não quer entender, não entenda. Muito obrigado, senhora Presidente. -----

----- Pede o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, era apenas para referir em relação à intervenção do senhor deputado Figueiredo Santos, de que, lembrar, penso que o senhor não sabe, mas lembrar que um empréstimo quando é liquidado deixa de pagar juros, ou seja, portanto existe não um acréscimo de custos, mas uma diminuição de custos e ninguém falou aqui de que a Câmara ou que a oposição, e eu pessoalmente ao longo dos anos tenho vindo a dizer que a Câmara devia liquidar a totalidade de um empréstimo, não era isso que se dizia. Por outro lado, também referir que um projeto seja ele qual for da escola ou de outro qualquer, não se faz em *cash*, ou seja, se os vinte milhões não se pagam de uma só vez, o senhor deputado deve andar enganado, provavelmente não comprou casa, enfim, ou então tem muitas poupanças, porque se o fizesse vai recorrer a empréstimo bancário. Esse empréstimo bancário depois é liquidado ao longo dos anos, não é verdade senhor deputado? Portanto, o senhor não está a dizer aqui que aquilo que a Câmara vai poupar ou tem poupado é para gastar vinte milhões numa escola, ou vinte milhões noutro projeto qualquer, ou trinta, ou quarenta milhões. A Câmara não tem que pagar esse projeto em *cash*, ou seja, em dinheiro e nem tem que o ter para pagar. Portanto, era só essa referência, que um empréstimo quando se liquida deixa de se pagar juros. Obrigado.

----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhor deputado Figueiredo Santos, antes de mais, a questão de responder-lhe à sua intervenção como o senhor respondeu à minha, não se trata de fulanizar coisíssima nenhuma. É como o senhor diria aqui há umas sessões, é a adversativa que faz parte deste exercício que estamos aqui a fazer. Portanto, isto é a democracia e é o jogo normal de um órgão de debate político que é onde nós estamos, portanto nem é fulanizar coisíssima nenhuma, é responder aos argumentos que o senhor aqui nos deixou. E depois queria dizer-lhe o seguinte. O senhor falou e repetiu aí a prudência, mas eu queria-lhe dar uma má notícia, o senhor na intervenção que fez, obviamente naquilo que expressou na sua intervenção, não manifestou prudência, manifestou conservadorismo no mau sentido da palavra conservador, porque há um bom sentido e eu, enfim, modéstia à parte considero-me conservador nalgumas coisas, há um bom sentido para a palavra conservador não depreciativo. O senhor mostrou aí um conservadorismo que eu diria que é mau e expliquei na intervenção anterior porquê, e vou tentar num minuto dizer porque é que entendo que é mau esse conservadorismo. Eu se tiver de alguma forma limitado a minha liberdade financeira, porque tenho uma dívida para com um credor, se antecipar a amortização dessa dívida e se com essa amortização antecipada ainda com um juro mais baixo conseguir ganhar alguma da minha liberdade, nomeadamente de investimento e de contrair outra dívida que precise para fazer investimento, eu prefiro antecipar o pagamento dessa dívida ainda que com juro baixo se continuasse a pagá-la, do que estar a amortizar de acordo com o calendário que estava previamente acordado com o tal juro baixo, mas ficar de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



mãos amarradas, porque não consigo ir buscar mais financiamento, nomeadamente e sair do tal défice excessivo, nomeadamente para fazer investimento, que é aquilo que nós estamos aqui a discutir, é o pouco investimento que tem sido feito e isso deve-se não só àquilo que o senhor disse que vale para Portimão e para os trezentos e sete concelhos restantes do país, as regras da contratação pública, mas vale sobretudo para estas questões aqui que estamos aqui a falar de falta de capacidade financeira para fazer investimento e isso decorre da tal opção política errada que este executivo tomou, e quanto a isso o senhor, enfim, não conseguiu rebater, mas, enfim, eu já esperava. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, professor Américo, vou ver se me lembro ainda de tudo a ver se consigo. O senhor deputado Natalino Alves não está aqui presente, ah! Ele vem aí já, mas se calhar começava primeiro pelo senhor deputado Carlos Martins, porque foi buscar exemplos de algumas câmaras social-democratas, podia ter ido buscar outras, porque eu também assim numa pesquisa rápida que fiz aqui, tem outras do PSD que teve menos grau de execução da despesa do que a Câmara de Portimão e se calhar lá os socialistas disseram a mesma coisa que o PSD está aqui a dizer, faz parte da política, isto é mesmo assim e, portanto, no fim do dia estamos todos de acordo. De um lado diz-se uma coisa, no outro lado diz-se a mesma coisa só que em partidos diferentes, mas isto temos que nos habituar e também, eu também gostava de ter uma execução muito maior, felizmente e do lado e o senhor deputado Figueiredo Santos também falou de alguns concursos que ficaram desertos, mas do lado até do departamento de ambiente aquilo que mais me custa é não ter mais procedimentos para poder lançar, mas na realidade o departamento de ambiente desde que aqui cheguei, o que tem são dois técnicos, tem dois arquitetos, assumiram as funções também porque ficaram com a parte das praias e áreas balneares e são os mesmos que dão também os pareceres para o urbanismo de todos os projetos que entram na Câmara Municipal e, portanto, neste momento e quando não podíamos contratar mais ninguém, é o departamento de ambiente que temos e é com esse que temos que trabalhar. Depois, dizer ao senhor deputado Natalino e agora sim que ele já cá está, recordo-me que estávamos na altura da pandemia e que estávamos no auditório do museu e eu ter dito ao senhor deputado Natalino que concordava que devíamos de ir amortizando a dívida com prudência. Recorda-se disso? E foi isso que fizemos e, portanto, em dois anos deixámos de estar em endividamento excessivo e também respondendo agora para o PAN, já mandámos as contas do final de 2023, já foi pedido o relatório da DGAL com o grau de endividamento e é isso que vamos enviar e temos que enviar também as contas do primeiro semestre deste ano, que é para depois deixarmos então e espero que depois com a Comissão FAM que deixemos de estar em endividamento excessivo. -----

Quanto ao resto senhora Presidente, muita coisa foi aqui levantada, falta a extinção, a Eventos do Arade já foi extinta, falta mesmo a RIO ADENTRO e eu também espero que a Expo Arade Estrutura também consigamos extingui-la ainda dentro do nosso mandato, para que o município fique só com a EMARP e sem mais empresas municipais. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Quanto ao grau de endividamento, o endividamento que temos agora é para irmos amortizando sempre a dívida e sempre dissemos isto, mas, no entanto, também vou aqui constatar um facto, é que por muito que possamos e acho que estamos todos de acordo em que devemos baixar o IMI para os portimonenses, o IMI cada vez que baixamos, pois na realidade vai sempre dar para um café ou menos do que um café, foi isso que se ouviu aqui e, portanto, se calhar da parte dos deputados do PSD se calhar não vale a pena estarmos a baixar o IMI, porque já baixámos de zero quarenta e cinco para zero trinta e nove. Agora, o máximo que podemos ir é de zero trinta e nove até zero trinta e cinco. -----

Se o que temos baixado tem dado para um café, o que vamos continuar a baixar vai dar também para o mesmo café, não vai dar para mais, mas acho que estamos todos de acordo, estamos todos de acordo, não, ó senhor deputado, não, não. O senhor deputado, fizeram as contas e não chega para um café, e eu agora estou-me a referir do mesmo, estou a responder com o mesmo exemplo que os senhores deputados deram. Portanto, ó senhor deputado, posso terminar? Posso terminar senhor deputado? Com a derrama já tenho dito noutras alturas, a derrama e o IRS, que nós vamos ter que baixar também a derrama, aliás até para mais empresas se fixarem em Portimão. Portanto, espero que quando tenhamos o nosso orçamento para apresentar, iremos apresentar então o que é que vamos baixar e primeiro também estou à espera de que venha o relatório do PAM para que possamos depois deixar de estar em endividamento excessivo e deixarmos de estar sobre esta guilhotina que temos estado ao longo destes anos para depois podermos então apresentar a esta Assembleia, apresentar primeiro à Câmara e depois a esta Assembleia, quais são e onde é que pretendemos baixar. De resto senhora Presidente, o abrigo temporário, o abrigo temporário neste momento já vai estar aberto o ano todo, para o senhor deputado César Valente, vamos também implementar, e quando falou da segurança, queremos implementar a videovigilância nos pontos onde foram focados pela PSP, e acho que de resto, pois senhora Presidente livros e mais outras coisas não estava aqui neste tema, mas todas as pessoas que têm pedido à minha colega para que fossem financiados livros, desde que sejam portimonenses têm sido apoiados. Não vejo mais nada que me falte responder. É tudo senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo da Conceição Leonor Mateus**, só fazer aqui um comentário dentro deste ponto da ordem de trabalhos, com a seguinte equação que acho que também deve ser, devemos pensar nisso, fizemos aqui uma série de equações das taxas de juro e disto e daquilo. Eu gostava de finalizar com a equação qual é o ponderamento ou ponderação que podemos fazer entre prudência e degradação? Nós, neste momento estamos entre prudência, amealhar e amealhar pode acontecer no futuro e a degradação da cidade. Passaram estes anos, se contabilizar oito anos de mandato dentro dos quarenta e tal, e eu pergunto, nos últimos oito anos o que é que ficou, o que é que a cidade tem de equipamento para os seus cidadãos de qualidade de vida? Zero, tem coisas a cair, portanto, é preciso fazer a ponderação entre prudência, acuidade, ter cuidado, como deixar a cidade degradar-se, e acho que isto, quando falamos aqui de investimento, é para isso que serve o investimento da Câmara, é para isso que serve aquilo que se recebe das derramas e dessas coisas todas. Portanto, compreendendo e só o remate final que tenho tempo, compreendendo a questão das contas certas, sem



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



dúvida, mas tal como também foi enumerado pelo deputado do PS José Figueiredo, é preciso, é altura de pensar o que é que nós continuamos com a prudência, ou quando é que vamos pensar que não podemos ter a zona ribeirinha como está para fazer festas, podemos tornar aquilo um palco da cidade, alguma coisa que fique para os cidadãos e para a vida da qualidade de vida e do ambiente da cidade, é um exemplo, há tanta coisa a fazer senhor Presidente, eu acredito que haja vontade de mudar. É só isso. Disse. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-a)** – Discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Municipal, relativos ao exercício económico de 2023, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 467/24, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	5	0	2	2	1	1	0	11
VOTOS CONTRA	0	0	3	0	0	0	0	1	4

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

-----Foram aprovados, **por maioria**, os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Municipal, relativos ao exercício económico de 2023, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 467/24.** -----

No seguimento desta votação, um dos deputados do Bloco de Esquerda, referiu que posteriormente iriam apresentar uma declaração de voto por escrito. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Ponto 4-b)** – Discussão e votação do Regulamento para Comparticipação Municipal de Medicamentos, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº423/24**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, em relação a este regulamento, o Bloco de Esquerda até tem, teve aqui pontos positivos, eles começam logo no artigo sete, que estão lá situações de violência doméstica que dá apoio às vítimas sem ter que esperar os cinco anos, foi alargado de três para quatro escalões e também como foi dito já aqui no ponto anterior, um aumento da inflação e aqui também a Câmara acompanhou com o aumento dos escalões e também começa logo nos duzentos e cinquenta euros, duzentos euros, cento e cinquenta e cento e vinte e cinco, em vez dos cento e cinquenta, cento e vinte e cinco e dos cem e setenta e cinco do outro regulamento. Face também aqui às tabelas também no artigo dez, também face aqui a esta equação e também à alteração das tabelas um e dois, também faz com que este apoio vai chegar a muito mais pessoas que precisam aqui no nosso município. Neste momento, fico-me por aqui. Tenho dito. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que tinha aqui algumas questões concretas relativamente à proposta de regulamento. Antes de mais, refere-se logo aqui no início a questão relativa ao RGPD, que foi feita a consulta à CMPD, estão a aguardar a pronúncia, enfim, não sei se eventualmente depois se não será duplicar o trabalho eventualmente, porque se houver aqui como às vezes acontece a CMPD formular aqui algumas reservas relativamente a algumas normas, tem que se voltar a fazer novo procedimento, nova consulta pública eventualmente e depois nova aprovação. Portanto, punha isso aqui à consideração. --- Depois, há aqui uma questão que me suscitou aqui alguma dúvida, alguma perplexidade. Tanto neste como no regulamento seguinte, fala-se que é, os beneficiários têm que ser cidadãos portugueses obrigatoriamente, e eu pergunto porque é que têm que ser cidadãos portugueses. Então, um imigrante que seja, que tenha autorização de residência em Portugal, que trabalhe cá, que faça descontos, se tiver necessidade de apoio para medicamentos não pode beneficiar de um subsídio destes, como eventualmente não poderá beneficiar no ponto seguinte do subsídio ao arrendamento, de apoio ao arrendamento. Parece que do ponto de vista, quer do ponto de vista jurídico na aplicação do princípio da igualdade, quer até do ponto de vista de apoio social, parece-me altamente discutível essa opção, que o beneficiário tenha que ser obrigatoriamente cidadão português, mas deixo isso aqui à consideração. E depois, uma questão concreta relativamente aqui a uma medida recente do atual governo que se prende com a gratuitidade de medicamentos para quem é beneficiário do CSI, o CSI é o complemento solidário para idosos. Se essa medida que é positiva e que, enfim, acho que todos aplaudimos, se eventualmente não, pergunto se não poderá esvaziar aqui o leque de potenciais beneficiários deste apoio, e para já, era só. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, uma primeira nota, e começo pelo fim, é uma medida muito positiva do executivo, acho que todos concordamos, eu queria-me só focar em jeito de questão em algumas matérias, até porque acompanho este tema. ----- Relativamente ao acesso restrito, a única questão que encontro na documentação. É que poderemos excluir munícipes mais necessitados efetivamente que tenham apenas as pequenas dívidas, eu não vou repetir o que já disse o deputado municipal Pedro Mota, mas as pequenas dívidas ao município, à EMARP e que às vezes são questões pontuais e ao abrigo do que aqui está ficam excluídos e isto é um, fica logo, vou tentar elencar logo no segundo ponto que é a parte da burocracia, em que efetivamente é um processo que tem que haver uma identificação, tem que haver um compromisso, quer da parte da prescrição médica para que a pessoa possa ter direito e aqui até posso responder ao deputado João Caetano, porque isto é um programa nacional, a questão dos estrangeiros é porque podem não estar identificados pelo SNS e não tendo essa verba não podem ser abrangidos, porque a constituição não o permite, e a questão é só isso, se tiverem não, porque não estão abrangidos dentro do sistema nacional de saúde. Eu depois respondo, porque há um programa paralelo que Portimão é um município integrante, que é o programa Abem das farmácias portuguesas, o projeto Dignidade e que tem muitas similaridades, eu depois queria perguntar isso no fim, mas para não me perder a parte da burocracia já disse, a questão das dívidas pode ser aqui um entrave e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



devia de ter aqui, digo eu nesta fase algum procedimento menos exclusivo, menos de exclusão e mais de análise pontual a cada caso, e pronto e era a parte da efetividade condicionada, tem a ver com a parte da disponibilidade financeira, eu já tinha dito. -----

Aqui perguntava, na revisão de critérios, os critérios para incluir pessoas que tenham dívidas mesmo ao município e à EMARP possam ser abrangidos em função ou negociação de dívida, ou dívida acautelada, como queiram fazer. Agora, há aqui uma questão importante que coloco que vai no sentido do que disse imediatamente anterior. Portimão é um município aderente ao programa das farmácias portuguesas, ao projeto Dignidade e o projeto Abem, em que identificam através da ação social pessoas carenciadas que não têm possibilidades de pagar os seus medicamentos, que têm doenças crónicas e que Portimão já tem, tem um cartão de identificação e em que podem estar em todas as farmácias do país e conseguem estar em Portimão e também ter acesso a essa atribuição. Paralelamente, Portimão tem em orçamento municipal há pelo menos dois anos seguidos, um percentual que eu aqui não sei precisar, mas ronda os dois e qualquer coisa por cento, para também atribuição a famílias que demonstrem carência económica pontual para terem a medicação e é aqui que eu queria perguntar, todas elas são positivas, acho que nenhuma deve excluir outra, perguntava se houve aqui feito o estudo que enquadre quer Portimão como município aderente no projeto Abem e da Dignidade e poderei depois explicar melhor a dúvida se houver alguma questão. -----

Na parte orçamental do município, quais as famílias que foram identificadas e que têm, de facto qual foi a verba, porque isso só vamos saber agora, qual foi a verba alocada a dar e muito bem a essas pessoas que tiveram acasos da vida, desemprego, a inflação, não tinham possibilidade, qual esse critério e aqui naturalmente este complementa, era mais a questão das dívidas que pode ser de facto de exclusão, porque são pessoas, é dois pontos com maior dificuldade porventura financeira sabemos e às vezes também de literacia informática, permitam-me, para conseguir corresponder e inscrever-se dentro deste programa e, portanto, perguntava se pode haver alguma intervenção. A questão da dívida se pode ser excluída para que as pessoas possam ter acesso na mesma desde que exista alguma negociação com o município, a dívida com o município e a EMARP era por aqui que tinha dito antes, era só isso e, portanto, a outra é a inclusão dentro dos outros programas, o Abem e o que está no orçamento e se foi feita a junção ou não, se um exclui ou não, é para tentar perceber melhor. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que tinha aqui uma pergunta que a bancada do PSD na pessoa do Carlos Martins já formulou, que é, qual foi o montante do apoio concedido no ano passado? Pergunto ainda qual é o número de pessoas que beneficiou desta medida. ----- Eu vou repetir. Quantas pessoas beneficiaram do apoio no ano passado e qual foi o montante total em euros deste apoio. E relativamente ao regulamento, tenho aqui algumas questões, e uma nota que gostaria de deixar de dar. Relativamente à questão, aqui no número dois, diz-se que o objeto do regulamento são os medicamentos de uso continuado, mas depois fazem-se aqui algumas definições de conceitos no artigo quarto, mas não se diz aquilo que se considera um medicamento de uso continuado. Se, por exemplo, se for quatro



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



meses, cinco meses, seis meses, tem que ser um ano, dois anos, pronto. Percebe-se que de facto deve haver uma declaração médica que diz qual é a medicação mensal que o utente utiliza, mas não se faz essa definição dos medicamentos de uso continuado. -----

Relativamente à instrução dos pedidos, uma nota. É mais fácil aceder a um crédito bancário. Eu percebo que de facto tem que haver aqui algum controlo por parte dos serviços da ação social e que podem haver abusos de pessoas que eventualmente não sejam potencialmente, face ao regulamento não sejam beneficiárias do apoio e que queiram aceder ao mesmo, mas ainda assim, penso que a lista de documentação é tão exaustiva e será tão difícil para uma pessoa, por exemplo, de idade avançada com setenta, setenta e cinco anos reunir toda esta documentação que pode de facto pôr aqui em causa o apoio e obstar a que essa pessoa consiga beneficiar. -----

Nesta listagem de documentações que se pede, no ponto S, na alínea s) do artigo seis, diz-se que a pessoa deve facultar todos os meios legais de prova. Acho que é um erro, porque faz-se aí a exaustão dos documentos, depois isto facultar todos os meios legais de prova não é um tipo de documento. Portanto, isso estará aí por erro, e também estranho que no número dois alínea g) do artigo sexto se peça fotocópia do IRC, quando só podem ser aqui beneficiários e requerentes pessoas singulares e não empresas. Portanto, não percebo a razão de ser de se pedir aqui eventualmente uma fotocópia de IRC. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Valente**, para dizer que ficou com uma dúvida após a intervenção, pensa que foi do deputado do PSD, aqui em relação ao cidadão nacional. Aqui na descrição no artigo quinto diz, «ser cidadão ou cidadã nacional, ou equiparado nos termos legais». Gostaria só que me esclarecessem o que significa o equiparado em termos legais, porque provavelmente algum estrangeiro que já esteja cá com residência e há vários anos poderá ser beneficiário, e aí contraria o que ouvimos ainda agora. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, só uma questão que me esqueci e já foi questionada, gostaria de saber também os valores do ano transato, o que gastaram o ano passado e o que é que acham com este novo aumento de escalões e quanto mais poderão abranger e qual será o valor que têm projetado para acompanharem este regulamento. Qual é o valor exetável que poderão gastar, ou ter um máximo para poderem ajudar as pessoas. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Jorge Melo**, só uma pequena questão para o executivo em relação ao apoio a medicamentos. Anteriormente, eu já tinha feito esta questão e foi-me dito pela anterior Presidente que iria ser feito, que é a publicação ou a divulgação deste apoio às pessoas necessitadas, a maioria das pessoas não tem este conhecimento, pessoas de idade, porque penso eu que será um nicho por onde é direcionado este apoio, há muita gente que não tem a mínima noção que isto existe e que é possível. Já foi falado anteriormente também em outras sessões deste mesmo apoio que a burocracia é extensa e continua extensa. Há muita gente que gostaria após conhecimento deste apoio de ter o apoio e não têm a capacidade sem ajuda de terceiros a reunir a devida documentação para o efeito. Disse. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, tratando-se de um domínio mais técnico que não deixando de ser política obviamente, o domínio da ação social, é óbvio que a autarquia funciona aqui como um governo paralelo da pobreza, porque à segurança social deve cumprir a ação social também, e é neste contexto que sem querer obviamente pôr em causa a estruturação dos documentos que me parecem absolutamente válidos, que tenho algum questionamento nesta matéria, nomeadamente o seguinte. Em que bases é que se efetua um diagnóstico social, ou seja, se o diagnóstico social deve ou não ser dirigido a uma estrutura familiar, e do seio da estrutura familiar é que se apurou, portanto uma estrutura familiar, estou a referir-me obviamente a uma estrutura familiar de indivíduos carenciados obviamente e dos indivíduos carenciados são esses que obviamente são apontados aqui em termos do escalonamento económico, mas questiono porquê esta divisão entre medicamentos e habitação, portanto e arrendamento, ou seja, se verificarmos estes documentos estão plasmados um no outro, quer dizer, eles são idênticos. Apenas um retira da consideração do agregado familiar, portanto do rendimento pessoal do agregado familiar, retira justamente a saúde. À habitação retira-se a saúde, ou seja, questiono a razão de ser desses dois documentos separados, porque nós estamos a analisar aqui um fenómeno que diz respeito a uma estrutura familiar, e dessa estrutura familiar e da análise do diagnóstico que se fizer dessa estrutura familiar é que se pode depreender se os problemas são preponderantemente da ordem da saúde ou da ordem da habitação, não é? Portanto, e, é este o contexto e se não serão de outra ordem, porquê nós estamos a limitar um diagnóstico social a estas duas questões centrais. Porque se há filhos com certeza que haverá também problemas escolares e por aí fora, etc., ou seja, isto era capaz de requerer porventura a um software mais complexo. Portanto, eu deixo aqui estes questionamentos, por forma a que a autarquia possa pensar nisso em termos de futuro, porque isto constituiria de facto alguma revolução nesse sentido, e as pessoas não tinham à cabeça apoios para a saúde, ou para os medicamentos e apoios para o arrendamento. Teriam apoios no domínio da ação social e isso seria de facto mais claro até em termos de publicitação. Portanto, não há como inviabilizar o documento nos documentos, não é isso que efetivamente está em causa da nossa parte, estão da nossa parte alguns questionamentos que entendemos que são legítimos até do ponto de vista técnico e é essa a circunstância que leva de facto a esta problematização. Portanto, qual é o objetivo, enfim, é conferir à autarquia alguma sensibilidade para este tipo de questões, se é que efetivamente elas têm pertinência ou não, no sentido de ter em consideração se for o caso em termos futuros, não é, para a elaboração daquilo que será a sua esfera da ação social, uma vez que nós estamos a assistir a uma descentralização de competências e, portanto, a Câmara acabará por ter se a descentralização prosseguir, acabará por ter que observar a ação social no seu todo e não exclusivamente nestes dois pilares que, enfim, embora se justifiquem seria desejável que nessa descentralização de competências apanhassem o sumo bônus da ação social e estando para isso já a autarquia, ou ficando para isso a autarquia mais preparada para este efeito. Muito obrigado, senhora Presidente. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente às questões



colocadas, no que diz respeito à questão do cidadão português, não é de equivalente, agora não se recorda até do nome que usou, equiparado está depois no artigo sexto na alínea d), em que podem entregar, portanto são aceites, título de autorização de residência ou permanência, ou beneficiário de pensão internacional ou certificado, ou cartão de residência de cidadão europeu, portanto qualquer um destes é, têm é que estar legais em Portugal, não pode ser uma pessoa que esteja ilegal que venha pedir depois um subsídio e isto aplica-se tanto ao subsídio de arrendamento, como a medicamento. Tem depois que ter um documento comprovativo de morada em Portimão, tem de ser alguém que more ou que tenha uma residência no concelho e por isso precisa também do atestado da Junta de Freguesia da área de residência e que conste cá. -----

Relativamente às dívidas, como diz na alínea h) também no artigo sexto, desde que tenha uma declaração de um acordo de pagamento, ou seja, tenha prestações em como vai pagar aquela dívida de alguma forma, entregue esse acordo é considerada uma não dívida, portanto não é prejudicado pelo facto de ter, já não sei quem colocou a questão da dívida, foi o Carlos Martins. Portanto, relativamente à dívida, desde que tenha um plano é considerado. -----

RGPD, sim, RGPD realmente já houve o parecer interno, já foi feita uma análise, foi enviado pode demorar até um ano, ou seja, até ao final do ano 2024, e eu acho que estamos de alguma forma aqui a prejudicar bastante as famílias, como disse o deputado Pedro Mota, estes regulamentos vão beneficiar muito mais famílias, as cláusulas que eles possam vir a colocar pela opinião do nosso técnico que analisou acha que não vão haver mais inputs e arriscámos a aprovar e depois caso haja alguma retificação terá que fazer aqui através deste caminho das pedras, mas, entretanto já está em vigor este, não vão ser alterados em nada os subsídios, o que poderá ser alterado é a questão da proteção de dados, alguma coisa. Tudo o resto não vai ser alterado certamente, nem é sobre isso que eles vão opinar. -----

Relativamente à questão da medida do governo e da gratuidade para os idosos. Para já essa questão da gratuidade é só para os idosos, e nós temos pessoas que não são idosos têm também este apoio. Depois, quando o utente vai à farmácia e faz o pedimento daquele, é colocado lá o número de utente dele, já vem dizer se ele tem direito ou não ao medicamento gratuito por parte do governo. Se tiver, já não vai à nossa bolsa, já não nos vem pedir a nós, portanto está logo aí esse cruzar de informação, portanto não vai duplicar nem vai até prejudicar. Se não tiver direito, aplica-se o nosso, se tiver direito aplica-se o do estado. -----

Relativamente à Abem, já houve várias propostas, já houve essa análise e da análise que fizemos não, e os técnicos fizeram essa análise, não nos parece que seja benéfico para os munícipes, parece-nos que o nosso e temos parecer nesse sentido, que o nosso é mais benéfico do que essa medida. -----

Burocracia sim, é uma grande listagem, existem pessoas que têm dificuldade em juntar toda a documentação. No entanto, as nossas técnicas apoiam na elaboração da candidatura e no recolher das informações e nunca ninguém foi prejudicado pelo facto de não, aí não conseguem recolher a informação, não têm o apoio. Não, é apoiar no sentido de conseguir ter cá toda a documentação para que, e só entregam, não entrega esta documentação toda, porque há coisas que não se aplicam, não vai entregar, só entregam aquilo que se aplica. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Relativamente ao IRC, o IRC, quando falam no IRC o que diz, é os documentos gerais a que alude a a alínea i) do número anterior são, e aí é que vem o IRC e a alínea i) diz, «documentos comprovativos de todos os rendimentos auferidos pelo requerente e membros do seu agregado», ou seja, o requerente é individual, portanto certamente tem IRS, mas pode haver alguém no agregado familiar que tenha um negócio e que tenha IRC, por isso entrega também IRC caso se aplique. Pode não ser, não sei, pode haver situações que não são, não conheço todas as situações. Ele é entregue em nome individual, mas tem que entregar os rendimentos do agregado familiar. -----

Relativamente à questão dos vários regulamentos, existe. Na ação social, cada família é analisada como uma família, tem um gestor de caso, mas depois alguém que vive nas nossas habitações pode precisar de medicamentos e de tarifa social e não precisa certamente de apoio ao arrendamento. Alguém que precisa de arrendamento pode não precisar de medicação. Portanto, apesar de existirem regulamentos diversos, a família é analisada como um todo, têm um gestor de caso e é assim que é analisado. Portanto, assim como a documentação que está aqui pedida, se já entregou, vamos imaginar alguém que quer apoio ao arrendamento e quer também o apoio à medicação, não vai estar a entregar dois processos duas vezes esta documentação toda, só entrega uma vez porque é analisado como uma família, não faz sentido nenhum estar a entregar não sei quantas vezes a mesma coisa que isso era, não faz qualquer sentido para além que alguns dos documentos têm um custo e se as famílias são carenciadas não se ia estar a pedir isso às famílias. ----

Quanto aos números e quantos é que são apoiados, eu não trouxe, pronto erradamente não trouxe o relatório que tenho, mas já foi apresentado até em reunião de Câmara para conhecimento, tenho aqui é os números de maio, vinham na informação escrita da senhora Presidente. Portanto, em 2024, neste momento, no que diz respeito, estava a ver o apoio ao arrendamento. No que diz respeito à medicação, temos cento e cinquenta e dois apoios ativos, sendo que durante o mês de maio tivemos quarenta novos, mas estão cento e cinquenta e dois ativos. Já agora, digo logo do arrendamento, temos quatrocentos e dezoito ativos. -----

Quanto ao incremento, se estamos neste momento a gastar com as medidas excecionais, não vai aumentar com o apoio, porque as medidas excecionais, na verdade, ainda são mais benéficas do que as do regulamento, portanto não vai haver um aumento de custos no que diz respeito à aplicação do regulamento durante este ano, aliás vai a próxima reunião de Câmara a renovação das medidas, portanto a intenção do executivo de manter a renovação das medidas até ao final de 2024, depois em 2025 faremos uma nova ponderação juntamente com o executivo municipal em reunião de Câmara, mas não vai haver, em termos orçamentais não vai haver aumento, também não se prevê o aumento de casos, porque na realidade neste momento as pessoas que estão a ser apoiadas estão a ser beneficiadas relativamente ao regulamento. Acho que assim de forma geral respondi a todas as questões. Disse, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, muito obrigado pelos esclarecimentos senhora Vice-Presidente, agora posso tratá-la assim também porque já é Vice-Presidente, portanto de facto, portanto já posso tratá-la assim. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Em relação à questão do equiparado, eu já intuía que a resposta fosse essa, mas a formulação em que está o regulamento nem é a mais feliz, porque cidadãos emigrantes com a obtenção de residência que estejam a viver legitimamente em Portugal, basta fazer descontos para pagar impostos, não são cidadãos equiparados a portugueses. São estrangeiros com a autorização de permanência em Portugal e visto de trabalho, nomeadamente, portanto não são equiparados e, portanto, parece-me que a designação é um bocadinho equívoca, embora perceba que depois noutras normas na questão dos documentos como disse chega-se lá por outro caminho, não é? Pronto. Agora, quando se fala em beneficiários serem nacionais portugueses, se calhar devia haver aqui uma adaptação e isto vale também para o regulamento que vem a seguir, porque o apoio ao arrendamento é exatamente da mesma forma. -----

Depois, a questão, eu percebo a resposta que deu em relação à questão da CMPD, enfim, parece-me que é razoável que realmente no tempo previsível se calhar imponha que seja imediatamente aprovado para fazer face às necessidades, mas há aqui uma questão que me preocupa, indo à questão do RGPD. O artigo sexto número três diz que a junção de alguns documentos pode ser, «não é obrigatória podendo em alternativa os mesmos ser objeto de conferência pelos serviços». Isto devia haver aqui uma inversão, ou seja, o princípio devia ser este e não a exceção, porque está-se a pedir cópias de documentos, nomeadamente declarações de IRS, cartões de cidadãos, o que do ponto de vista do RGPD é um erro e é uma obrigação acrescida para o município em termos de tratamento e conservação destes documentos e desses dados pessoais. Portanto, eu não sei se eventualmente e espero que não, porque isso vai aqui gerar depois se calhar necessidade de alterar o regulamento, não sei se a CRPD não vai fazer essa observação depois no parecer que vai dar na pronúncia e, portanto, deixava aqui essa observação. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Jorge Melo**, salientar que não foi respondido se foi feita a divulgação, porque foi-me garantido pela antiga senhora Presidente da Câmara que essa mesma seria feita e se fosse necessária inclusivamente a acompanhar a carta da EMARP. Não vi até hoje uma carta da EMARP a acompanhar a divulgação destes apoios nos municípios. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, a divulgação conforme foi dito nessa altura foi feita nas farmácias e nos nossos centros comunitários onde temos a maior parte dos idosos. Tenho dito. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-b)** – Discussão e votação do Regulamento para Comparticipação Municipal de Medicamentos, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº423/24, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
-----------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

-----Foi aprovado, **por unanimidade**, o Regulamento para Comparticipação Municipal de Medicamentos, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº423/24**. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Ponto 4-c** – Discussão e votação do Regulamento para Atribuição de Subsídio de Apoio ao Arrendamento, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº424/24**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, senhora Presidente, as questões foram aqui colocadas em relação ao ponto anterior e valem na mesma medida, porque há aqui, enfim, não vou dizer que é *ipsis verbis*, mas é quase, há aqui normas que são quase que calcadas de um regulamento para o outro. Portanto, eu não sei, a questão põe-se da mesma maneira até esta última questão que eu ainda agora aqui frisei sobre aqui, enfim, a questão do pedido de parecer à CMPD também está aqui referido em relação a este regulamento, também, esta questão aqui do pedido de documentos e eventualmente substituído pela respetiva conferência pelos serviços, volto a dizer que devia ser o princípio exatamente inverso, só em caso de necessidade, havendo dúvidas, nomeadamente sobre rendimentos do requerente é que eventualmente poderiam ou deveriam ser pedidos cópias dos documentos, enfim, há aqui esta salvaguarda no artigo sexto número três, parece-nos que devia de ser o princípio, devia ser esta a regra, depois a exceção devia ser pedir as cópias, enfim, não sei o que é que a CMPD vai dizer sobre isto, mas se calhar para futuros regulamentos se calhar... enfim, isto é o princípio que infelizmente a administração pública em geral tem seguido nos últimos anos vastas vezes que é pedir, pedir, pedir documentos e informação e informação aos particulares. E o paradigma era que não havia RGPD, não é? Acumulava-se informação, acumulava-se documentos, ficavam guardados sabe-se lá onde e em que condições, e o RGPD é uma coisa que tem demorado a fazer o seu percurso, mas começa, paulatinamente começa a entrar e ainda bem, começa a entrar na atividade, quer administrativa, quer do ponto de vista da consciência que os cidadãos também têm em relação a estes direitos, que é uma coisa que nós às vezes, nós também somos cidadãos e somos utentes também. Portanto, se chegamos a um ou outro serviço público e nos pedem, desculpem a expressão, uma catrefada de documentos e ficam com cópia desses documentos quando podem retirar a informação e os dados pessoais que constam desses documentos para efeitos do requerimento que nós estamos a fazer, é uma inversão daquilo que devia acontecer à luz desse regulamento e infelizmente isto aplica-se de uma forma transversal nas entidades públicas, não é só câmaras municipais. Infelizmente ainda não é este o caminho, mas se calhar vai ter que começar a ser e, portanto, deixava estas considerações aqui, sendo certo que parece-nos que é benéfico aqui o alargamento aqui dos critérios e dos apoios, é um problema que infelizmente aflige muita gente, eu não sei se aqui os montantes que estão aqui previstos na tabela um se não pecam por defeito, um T2 setecentos euros em Portimão, não sei se isto já não tem algum desfasamento da realidade em termos de preços de mercado, porque infelizmente temos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



vindo a assistir a uma inflação, a inflação não é só no custo de vida, no supermercado, etc. É na eletricidade, no gás, etc. nos transportes. Infelizmente numa cidade como Portimão quem vai ver os preços médios de arrendamento de longa duração para a habitação, claro está, eu não sei se é fácil arranjar um T2 hoje em Portimão dentro da cidade por setecentos euros. Convido todos a fazerem esse exercício e digo isto com uma nota de lamento, porque isto é uma barbaridade, quer dizer, setecentos euros por um T2 é uma barbaridade. Portanto, eu não sei se esta tabela um com estes valores não pecará por defeito, mas, enfim, admito também que tinha que haver aqui montantes elegíveis para efeitos de apoio de atribuição deste apoio e, portanto, quer dizer, perguntava relativamente aqui à tabela se eventualmente depois se o executivo e os serviços ponderam eventualmente em função também da evolução dos preços de mercado e do preço médio de mercado uma revisão destes valores, porque por este caminho se calhar pecam por defeito, portanto são insuficientes. Era só isto. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, para dizer que relativamente a todas as questões, de alguma forma quando eu respondi do apoio à medicação, fiz logo a analogia com o apoio ao arrendamento. Só relativamente ao número três do artigo sexto, o que diz nas alíneas, portanto o número três refere-se só à alínea b), c) e d). E b), c) e d) é fotocópia voluntária, portanto só se a pessoa quiser entregar, diz fotocópia voluntária do cartão de cidadão, fotocópia voluntária do bilhete de identidade e fotocópia voluntária do título de autorização de residência, e pronto e não estou a ler tudo, só estou a ler no início, e diz, «caso a pessoa não entregue voluntariamente, a junção pelo ou pela requerente da reprodução dos documentos constantes nas alíneas b), c) e d)», que foi os documentos que eu disse, «no número um não é obrigatório», ou seja, as pessoas podem não entregar e aqui é conferido. Não é obrigatório por ninguém, por isso ali é que está a dizer, é voluntário, se as pessoas quiserem entregar pondo sempre a condição de que é cópia, tem que se colocar aquela questão de que é uma cópia, entregam. Se não quiserem entregar é conferido, não é prejudicado de maneira nenhuma, nem pode e é, são retirados os dados pelos serviços. -----

Relativamente à tabela à semelhança do que se fez com os custos controlados que se verificou ainda antes do sorteio que não estava adequado, aquela tabela foi revista, teve que novamente fazer aqui um percurso e aqui relativamente então a qualquer apoio, o executivo quando verificar que de alguma forma já não estamos aqui em linha, seja com os apoios à medicação, seja com os apoios ao arrendamento, pois fará uma revisão, fará uma proposta de revisão da tabela caso se verifique a necessidade. Disse, senhora Presidente. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-c)** – Discussão e votação do Regulamento para Atribuição de Subsídio de Apoio ao Arrendamento, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº424/24, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	1	30



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

-----Foi aprovado, **por unanimidade**, o Regulamento para Atribuição de Subsídio de Apoio ao Arrendamento, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº424/24**. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, **o Ponto 4-d)** – Discussão e Votação dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Portimão e a Freguesia de Alvor, a Freguesia da Mexilhoeira Grande e a Freguesia de Portimão, para a Execução de Projetos no âmbito do Espaço Público e Equipamentos Urbanos, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº383/24**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, felicitar a autarquia pela celebração deste protocolo que já vem sendo habitual. Aqui na cláusula 3ª vem prevista a transferência para a Junta de Freguesia de Alvor do montante de onze mil trezentos e vinte e dois quarenta e seis, e depois elenca as despesas suportadas por este valor, fala aqui da remuneração dos três monitores, dois em permanência, salários, encargos sociais, portanto destes três funcionários. -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer à deputada Marta Caetano que ela está a falar nas praias acessíveis. Não, este é os contratos, não, os outros também são com as Juntas, mas este é espaço público. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu em relação a este ponto, não ao ponto seguinte, em relação a este, olhando aqui para as competências que fazem parte aqui do objeto do contrato, diria que isto é uma coisa muito pequena, quer dizer, é muito limitada, isto carecia, estou a pensar nas Juntas de Freguesia e estou a pensar aqui na ideia que está subjacente aqui à delegação de competências nas juntas, isto tinha que ser um âmbito muito mais alargado, muito mais abrangente. O que é que temos aqui? Temos aqui parques infantis, temos no caso da Mexilhoeira Grande, temos um ou outro caminho, temos aqui a questão das obras necessárias para a eficiência energética do parque escolar que está afeto às freguesias e pouco mais, e pouco mais, e a pergunta que esta proposta aqui nos suscita é se só estas competências é que devem ser delegadas nas juntas. Nós entendemos que não, e depois há aqui também, enfim, um nivelamento em relação às três Juntas de Freguesia em termos de competências que são delegadas que também nos parece um bocadinho estranho, parece que querem aqui igualar de alguma forma as três Juntas de Freguesia quando as realidades são completamente diferentes das três freguesias. Temos uma freguesia que é eminentemente rural que é quase a Mexilhoeira Grande, que tem necessidades, tem desafios próprios decorrentes da interioridade e dessa componente rural, temos uma freguesia como Alvor que tem uma realidade



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



completamente diferente e temos uma freguesia que é muito maior que é Portimão que tem uma realidade rural, suburbana e urbana e que tem exigências completamente distintas de Alvor e da Mexilhoeira e, portanto, nivela-se isto aqui digamos pela mediania, não se percebendo exatamente para quê e com que objetivo. Dá-me a impressão que isto é um bocadinho para, enfim, fica bem, como princípio realmente fica bem delegar competências nas Juntas de Freguesia e dar-lhes alguns meios financeiros para depois prosseguirem essas competências, mas nós entendíamos que havia que ir muito mais além, nomeadamente olhando para as diferenças que há entre as freguesias e refletindo essas diferenças e esses desafios diferentes aqui na delegação de competências para cada uma das freguesias. Manifestamente não é isso que acontece nesta proposta. Portanto, em resumo, saudamos aqui a iniciativa, temos pena e lamentamos que não se vá muito mais além e que se tenha optado por este caminho muito comedido aqui na delegação de competências. Disse.

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo da Conceição Leonor Mateus**, para dizer que a bancada quer fazer aqui algumas sugestões construtivas sobre isto. Portanto, começar por dizer que tem bastantes pontos positivos, especialmente esta questão de maior envolvência das freguesias, esta delegação de competências. De qualquer das formas, sendo que as Juntas de Freguesias são os meios ou são as áreas de governação ou de governança pública de proximidade e mais perto dos cidadãos, associada a esta delegação de competências deviam-se promover a envolvência dos cidadãos e a participação dos cidadãos nestes projetos, não só na ideação e na seleção de projetos, como na sua monitorização e na sua avaliação, ou seja, pormos um bocadinho em prática palavras que são bonitas da participação dos cidadãos, se não é nas juntas que conseguimos fazer, também nas câmaras devíamos o conseguir, mas as juntas são a dimensão certa para isto. Portanto, já que se delega e se transfere verbas, que se envolva os cidadãos na sua vertente de cidadania como é lógico para terem alguma palavra a dizer e alguma forma de se verem envolvidas nos projetos. É assim que também se faz um bocado de pedagogia contra movimentos que vão acontecendo nos dias de hoje por este mundo fora e por esta Europa fora, que é os cidadãos estão completamente fora da política, portanto se não for por aqui meus amigos chega à França, vai a Portugal, chega a Portimão, vai até à China. Portanto, acho que não saia nada mal associar a esta delegação e esta transferência de verbas a comités de gestão dos cidadãos e de participação dos cidadãos nestes processos. As Juntas de Freguesia serão perfeitamente capazes de fazer esse envolvimento com os cidadãos. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, só queria dizer ao senhor deputado Américo, que na sexta-feira trouxemos uma moção sobre o orçamento participativo que foi votada por maioria com o voto contra da CDU. Já não é a primeira vez que a gente traz, já até pedimos que fosse executado a partir de 2025. O Bloco de Esquerda também acha que estas competências deviam ser mais alargadas, visto que as Juntas de Freguesia são um órgão de proximidade e estão mais junto às populações, principalmente agora que a Câmara tem as competências no âmbito escolar, acho que as Juntas de Freguesia podiam dar mais, Alvor e Mexilhoeira Grande, mais apoio às escolas, mais apoio também nos centros de saúde que a Câmara também têm essas competências, essas competências deviam de ser alargadas nesse âmbito, tendo também os jardins e também daqui a bocado também algumas,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



como já foi dito aqui na Mexilhoeira Grande, algumas pontes que estão assim um bocadinho menos cuidadas que deviam de ser novamente arranjadas, principalmente aquelas pontes, aquelas pequenas pontes que passam por lá alguns riachos ali na Mexilhoeira Grande podiam ser arranjadas e ao mesmo tempo também terem barras de proteção. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, na realidade, aquilo que estavam a dizer é aquilo que o município já faz, porque as transferências de competências que foram aprovadas por esta Assembleia ainda continuam em vigor, e essas foram as competências que foram assumidas pelas Juntas de Freguesia que ainda hoje fazem, desde jardins, desde manutenção das bermas, pequenas reparações nos equipamentos escolares, portanto, e, todo esse tipo de delegação de competências no município foi um dos primeiros a delegar competências nas Juntas de Freguesia, continuam em prática ainda hoje. Portanto, o que tem sido, têm sido atualizadas conforme a inflação, mas continuam ainda hoje a ser executadas pelas Juntas de Freguesia. Isto é um contrato Interadministrativo só para estes pontos que temos aqui. Competências das Juntas de Freguesia já foram delegadas em tempo e continuam a ser ainda executadas pelas Juntas de Freguesia. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que tinham umas questões a levantar. Primeiro que tudo qual é o procedimento que vai ser desenvolvido? Nestes contratos, no fundo é a Câmara que dá os recursos financeiros, é a Câmara que fiscaliza, os imóveis são do município, gostaríamos assim de saber aqui qual é que vai ser o procedimento que vai ser desenvolvido? E outra questão, é o porquê deste contrato abranger um período de dez anos? -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, agradeço a resposta do senhor Presidente, mas creio que terá havido aqui alguma confusão se calhar. Estamos aqui a tratar de delegação de competências e falou de transferência de competências. -----

A delegação de competências não tem que ser estritamente nestas matérias que estão aqui, não tem que ser, podem ser outras também. Aliás, se formos ver aqui a fundamentação aqui da proposta logo no início, diz exatamente isso, são estas, mas poderiam ser muitas outras. Portanto, é uma opção, lá está, como ainda agora é uma opção política, enfim, eu compreendo e sei que houve transferência de competências para as juntas noutros domínios, mas se calhar aproveitando este instrumento aqui que eu diria que é um instrumento privilegiado porque permite de uma forma mais precisa apoiar e dotar as juntas de meios financeiros apoiando aqui a prossecução de competências específicas, porque não alargar aqui o âmbito desta delegação de competências, aliás, na própria fundamentação que está aqui, está corretíssima e que nos parece de acolher, enfim, eu diria que olhando para a fundamentação não se percebe exatamente porque é que não há mais competências delegadas aqui neste contrato e, portanto, aquilo que o senhor Presidente aqui nos disse parecendo que justifica aqui a questão que eu coloquei ainda agora, eu acho que de alguma forma misturou aqui transferência de competências e delegação de competências que é uma coisa diferente. São coisas diferentes. Portanto, continuo sem perceber e, portanto, era essa a questão que eu queria aqui reiterar.-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, como é óbvio, agora cada junta depois vai proceder conforme o código da contratação pública para fazer estas aquisições, portanto o trabalho depois é executado pelas Juntas de Freguesia. -----

Quanto à delegação de competências que o senhor deputado João Caetano falou, na realidade podem ser muito mais abrangentes. Estas foram as que foram negociadas neste momento com os três presidentes de Junta e foi também com isto que achamos que deviam, que as juntas tinham disponibilidade neste momento, além das outras que já têm e que já executam para fazerem e por isso fizemos esta delegação, estamos a propor esta delegação conforme aquilo que negociámos com as três Juntas de Freguesia. Tenho dito, senhora Presidente.

----- Pede o uso da palavra, a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Portimão **Maria da Luz Santana**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que é assim, a sua resposta já está um bocadinho esvaziada, porque o senhor Presidente já respondeu, mas de qualquer maneira não pode deixar de responder ao professor Américo e ao Pedro Mota sobre o orçamento participativo. -----

A Junta de Freguesia de Portimão dentro de pouco tempo terá um orçamento participativo. De qualquer forma, também não posso deixar de vos convidar a irem colocar essas propostas à Assembleia de Freguesia, porque vocês fazem a proposta aqui na Assembleia Municipal, não será propriamente o fórum, porque estão a falar nas freguesias. -----

Em relação aqui a este ponto da nossa ordem de trabalhos, o senhor Presidente fez o favor de explicar e, portanto, está um bocado esvaziado a minha participação e o meu suposto esclarecimento a vossas excelências. Tenho dito, obrigada. -----

----- Pede o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que não entendeu a sua explicação quanto ao procedimento. Eu não entendo aqui é qual é a necessidade de não ser a Câmara a entidade adjudicante e passar essa função no fundo à Junta. Portanto, a Câmara vai financiar e vai fiscalizar, o bem é do município. Estamos aqui a falar por exemplo do armazém, o porquê de não ser a Câmara a fazer toda esta obra e depois delegar quando a tiver completado à Junta, e como não respondeu como é que vão contratar? se vai ser ajuste direto? se vai ser consulta prévia? se vai ser com concurso público? Gostaríamos de perceber se aqui não há qualquer limite, no sentido de que será porque a Câmara não poderá ser a entidade adjudicante porque não pode convidar a apresentar propostas, entidades a quem já tenha adjudicado, no ano económico em curso, e nos dois anos económicos anteriores, na sequência de consulta prévia ou ajuste direto - conforme dispõe o artigo 113 do código dos contratos públicos? Era essa a primeira questão que nós queríamos ver esclarecidas. A outra questão é qual a razão do prazo, de dez anos, quando os mandatos são quatro. O porquê desse prazo tão longo? -----

----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu num segundo queria agradecer ao senhor Presidente as respostas que deu, mas o senhor de *La Palice* não diria melhor. As competências que estão são as que estão, são as que estão, pois obviamente que sim, porque se tivessem outras seriam outras, enfim, e é



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



óbvio, não é, e é óbvio, senhor Presidente. O senhor *La Palice* diria exatamente a mesma coisa, eu nunca tive o prazer de conhecer esse senhor, mas eu sei que ele diria a mesma coisa. -----

Agora, a questão é porque é que não são mais? Exatamente, foi a questão que eu já coloquei e gostava que explicasse aqui essa opção, mas há aqui uma questão que eu tinha colocado na primeira intervenção também que não foi respondida, é que são as competências mais ou menos idênticas para as três freguesias e eu, enfim, perguntei e acho que tomou nota dessa pergunta creio eu, que as realidades são muito diferentes e, portanto, as competências que são delegadas deviam de ser diferenciadas e em função dessas diferentes realidades e não percebi, se calhar estava desatento não percebi da sua resposta porque é que não há essa diferenciação e se calhar uma discriminação positiva em função das realidades e desafios que há das diferentes juntas. Disse.

----- Ficou com o uso da palavra, o Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, nós o que fazemos com esta transferência de competências neste contrato interadministrativo, ou delegação interadministrativa é porque as juntas são órgãos de proximidade e tanto com a manutenção e é isso que o executivo entende, a manutenção é muito mais próxima e quando estão perto destes equipamentos, como é o caso das três Juntas de Freguesia e é por isso que o que trazemos aqui são estes equipamentos e não outros. Agora, como as juntas vão fazer os seus procedimentos, as juntas vão seguir o código do procedimento administrativo e vão ter que fazer, como? Da mesma maneira que a Câmara o faria e, portanto, não tenho dúvidas disso, que é este o procedimento que as juntas vão executar. -----

Depois, senhor deputado João Caetano, o princípio da equidade tem que estar aqui patente, não podemos tratar também as juntas todas de maneira diferente. Portanto, quando fizemos a transferência de competências, isto sim, atribuímos a algumas Juntas de Freguesia competências diferentes do que estávamos a atribuir à Junta de Alvor ou da Mexilhoeira que não atribuímos para a Junta de Portimão. São realidades totalmente diferentes. - Agora, pois na realidade quem negociou fui eu que propus ao executivo com os três presidentes de Junta e é isso que trazemos aqui para apresentar. Porque é que são estas e não são outras? E porque é que haviam de ser outras e não hão-de ser estas? Pois, isso o senhor deputado João Caetano tem sempre aqui, pois isto é natural que assim seja, ou são estas, podiam ser outras e porque é que haviam de ser outras e não são estas? É assim, você fica com a sua e eu fico com a minha. Foram essas que foram negociadas e vamos continuar. -

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhor Presidente, eu fiz uma pergunta, eu não quero ficar nem com a minha nem com a sua, isso cada um tem a sua e pronto ficamos bem assim, não é? Agora, eu fiz uma pergunta, enfim, e não obtive resposta mais uma vez, mas o senhor agora na resposta, nesta última resposta, desculpe confundiu duas coisas completamente distintas, no fundo para explicar porque é que as competências que são delegadas aqui no âmbito deste contrato interadministrativo são mais ou menos as mesmas. O senhor falou em equidade, mas queria falar em igualdade. Equidade é outra coisa, não_é? O senhor se calhar estava a pensar na igualdade, mas igualdade nem é exatamente a mesma coisa que igualitarismo. Isto que está aqui é igualitarismo. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Igualdade é tratar de forma diferente aquilo que é diferente, não é? Porque senão estamos a tratar todos da mesma maneira quando há desigualdades. Portanto, se queremos igualar em função das preocupações que há em relação a pessoas ou entidades, neste caso freguesias que são diferentes e são desiguais, temos de tratá-las de maneira diferente. É isso que é igualar, porque senão estamos a tratar toda a gente da mesma forma independentemente da realidade de cada um. Isso é igualitarismo que é uma coisa completamente diferente e que são políticas de má memória de outros sítios em que havia tudo para todos, mas depois no fundo só havia tudo para uns poucos, e dizia-se que eram todos tratados da mesma maneira, mas no fundo não eram, não é? Pronto. Portanto, era só essa precisão. -----

Agora, desculpe lá a insistência, não quero ficar com a minha, só queria perceber exatamente porque é que a opção foi esta, mas se calhar será um mistério porque é que são estas competências e não serão outras, será um mistério daqueles insondáveis que um dia destes talvez consigamos saber a resposta. Disse. -----

----- Pediu uso da palavra, a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Portimão **Maria da Luz Santana**, pode ser que eu consiga esclarecer um bocadinho, ou então ainda confundir mais o senhor deputado João Caetano. Não, eu estou a dizer pode ser que eu consiga esclarecer ou então confundir mais. Portanto, a transferência de competências que a Junta de Freguesia de Portimão tem, eu vou falar pela Junta de Freguesia de Portimão, porque os meus colegas farão favor de falar pelas deles. Uma das transferências de competências são os parques infantis, logo, neste momento, seria de todo importante que se há necessidade de se reconstruir mais dois parques infantis, que eles também fossem feitos através da Junta de Freguesia de Portimão, que já tem essa transferência de competências de outros parques infantis, portanto através do contrato que foi celebrado há longos anos atrás. Portanto, não sei se o consegui esclarecer, portanto não é uma verdade de *la Palice* nem é uma *la paliçada*, é assim em relação à Junta de Freguesia de Portimão. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que queria agradecer o esclarecimento da senhora Presidente de Junta de Portimão, não confundiu, esclareceu, mas só queria fazer uma observação, já agora se me permite. Os parques infantis sendo importantes, e são muito importantes, eu também tenho uma filha que, enfim, por acaso neste momento já não usufrui, mas foi beneficiada durante muito tempo de parques infantis e ainda bem que são requalificados são construídos novos, estou inteiramente de acordo, mas não são a única competência que as juntas podem ter transferidas pela Câmara e, portanto, reconduzir tudo aqui aos parques infantis, quer dizer senhora Presidente, enfim, sendo importantes há vida e há competências para além dos parques infantis. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que pensa que a discussão está clara. -----

----- Pediu o uso da palavra, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Mexilhoeira Grande **José Vitorino da Silva Nunes**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer ao Dr. João Caetano que era só para lhe esclarecer que, portanto foram as competências que eles aceitaram, são essas que eles negociam,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



são essas que eles sentem capacidade para as fazer e as realizar. Portanto, são essas as competências que nós as fazemos. -----

No caso da Mexilhoeira não vai fazer para já mais nenhum parque infantil, mas tem outras obras como o senhor verificou aí que vai executá-las portanto, e como estamos próximo, portanto são essas as obras que nós nos comprometemos este ano a fazer, são essas que vão ser feitas. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que a CDU concorda com o princípio da descentralização, desde que acompanhado dos recursos financeiros e humanos. Defendemos o princípio da subsidiariedade que aponta o facto que as competências devem ser exercidas por quem tiver melhores condições para desenvolver adequadamente as políticas de que carecem de proximidade. Não conseguimos entender porque não nos foi respondido esta questão de ser a Junta que passa a ser a adjudicante e não a Câmara, não conseguimos entender o prazo de dez anos que no nosso entender o período de vigência do contrato deveria ser coincidente com a duração do mandato, portanto os prazos seriam de quatro anos. Achamos até que esta deliberação é um pouco antidemocrática e que vai hipotecar o poder decisório de ulteriores executivos quer municipais, quer da freguesia. Por essa razão, com muita pena nossa e devido a esses esclarecimentos não nos terem sido dados, não vamos acompanhar estas propostas. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que o prazo de dez anos tem a ver com a garantia dos equipamentos, senhora Presidente. Nestes equipamentos o prazo de dez anos tem a ver com a garantia dos equipamentos e é por isso que está aí. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-d)** – Discussão e Votação dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Portimão e a Freguesia de Alvor, a Freguesia da Mexilhoeira Grande e a Freguesia de Portimão, para a Execução de Projetos no âmbito do Espaço Público e Equipamentos Urbanos, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº383/24, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	0	1	0	28
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	1	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	1	0	0	1

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

----- Foram aprovados, **por maioria**, os Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Portimão e a Freguesia de Alvor, a Freguesia da Mexilhoeira Grande e a Freguesia de Portimão, para a Execução de Projetos no âmbito do Espaço Público e Equipamentos Urbanos, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº383/24.** -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Ponto 4-e** Discussão e Votação dos Protocolos a celebrar entre o Município de Portimão e a Freguesia de Alvor; e a Freguesia de Portimão, Projeto “Praia Acessível” 2024, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº452/24**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra.

-----Ficou com o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, bom, ainda há um bocado já tinha falado aqui um bocado da cláusula 3ª do protocolo e só queria que me esclarecessem aqui relativamente aos três monitores postos, diz-se aqui que destes três dois são em permanência e, portanto, pressupõe que um seja a part time. Qual é o valor da remuneração que está prevista para cada um deles. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Luís Filipe Custódio**, em relação também aqui à praia acessível, gostaria de saber o que é que se põe aqui com o valor de mil duzentos e cinquenta euros de consumíveis e quais são os consumíveis para estes valores. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, na realidade, dois monitores têm que estar sempre. O outro é para as folgas e para as horas de almoço, mas têm que estar sempre dois e aquilo vai trabalhar sete dias por semana, portanto, e, depois é uma gestão que as Juntas de Freguesia fazem com as associações que estão e, portanto, o valor também que está aqui é o valor que foi calculado com as duas Juntas de Freguesia, que é o valor que é pago pelas Juntas de Freguesia. -----

Também tenho a dizer que as juntas muitas das vezes já ficaram com as praias acessíveis sem que o município os apoiasse. Portanto, este é um serviço público que as juntas sempre fizeram, sempre o concretizaram mesmo sem serem apoiadas pelo município. Portanto, as duas Juntas de Freguesia, neste caso a de Portimão e a de Alvor sempre executou este trabalho. -----

Este valor dos consumíveis que temos aqui, há sempre material que é gasto no equipamento, no Tiralô, neste caso ou na cadeira que também serve para transportar as pessoas e também desde coletes de salvação, de todo o equipamento de limpeza também que o equipamento tem que ser limpo todos os dias e é este o valor que foi calculado pelas Juntas de Freguesia e é este o valor que a Câmara então atribuiu. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, bom, fiquei na mesma senhora Presidente. Eu perguntei quanto é que iria ganhar cada monitor, porque fiz as contas como diz o outro, não é? E de facto três monitores em três meses, este valor que está aqui os onze mil trezentos e vinte e dois quarenta e seis dividido por três pessoas em três meses, dá-me um valor de setecentos e sessenta e oito oitenta e oito, que é o valor inferior ao salário mínimo nacional. Portanto, eu só quero saber é quanto é que vão pagar às pessoas, uma pergunta simples, se vão ganhar os três a mesma coisa e qual é o valor. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, ó senhora Presidente, mas desculpe lá, como é óbvio mesmo aqui diz, que um é em *part time*.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Portanto, esse valor depois foi articulado com as três Juntas de Freguesia, tem um que é a *part time* e os outros dois são em permanência, portanto não vão poder ganhar menos do que o ordenado mínimo nacional. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, de qualquer forma, o princípio da autonomia do poder local não impede que receba onze mil e que gaste quinze mil, desde que os quatro mil que tenham disponibilidade para o fazer, digo eu em tese. -----

----- Pediu o uso da palavra, a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Portimão **Maria da Luz Santana**, ora mais uma vez, a ver se eu consigo esclarecer. As suas contas senhora deputada Marta Caetano, não estão certas, não dá esse valor, tem que refazer as contas, não dá esse valor. É assim, dá um bocadinho menos do que esse valor, dá um bocadinho menos que o valor que a Dra. Marta Caetano acabou de referir. Todavia, se este valor de onze mil trezentos e vinte e dois quarenta e seis não chegasse para cobrir todas as despesas, a Junta de Freguesia de certeza absoluta que as cobriria e jamais se iria pagar um valor inferior ao ordenado mínimo nacional. Disse, obrigada. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-e)** – Discussão e Votação dos Protocolos a celebrar entre o Município de Portimão e a Freguesia de Alvor; e a Freguesia de Portimão, Projeto “*Praia Acessível*” 2024, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº452/24, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

----- Foram aprovados, **por unanimidade**, os Protocolos a celebrar entre o Município de Portimão e a Freguesia de Alvor; e a Freguesia de Portimão, Projeto “*Praia Acessível*” 2024, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº452/24.** -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Ponto 4-f)** – Discussão e Votação do Recrutamento de um Assistente Técnico para a Secção de Apoio aos Serviços Administrativos, em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, com recurso à reserva de recrutamento do procedimento concursal, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº465/24**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

----- Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-f)** – Discussão e Votação do Recrutamento de um Assistente Técnico para a Secção de Apoio aos Serviços Administrativos, em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, com recurso à reserva de recrutamento do procedimento concursal, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº465/24, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

-----Foi aprovado, **por unanimidade**, o Recrutamento de um Assistente Técnico para a Secção de Apoio aos Serviços Administrativos, em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, com recurso à reserva de recrutamento do procedimento concursal, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº465/24**. --

-----Não havendo mais intervenções e terminada a ordem de trabalhos prevista para esta reunião, quando eram zero horas e catorze minutos, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, deu por concluída a 2ª reunião da 3ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e quatro, realizada no dia dois de julho, e para constar se lavrou a presente ata, que tem como suporte a transcrição dos registos fonográficos efetuados da gravação, de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, de acordo com o artigo setenta e um do Regimento.----

-----De acordo com o instituído no número 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, bem como o número 11º do artigo 40º do Regimento da Assembleia Municipal de Portimão, relativamente às questões formuladas pelos cidadãos, não foi rececionada resposta por parte da Câmara Municipal. -----

-----E eu, Telma Maria Nunes Matias _____ Assistente Técnica, a prestar serviço no Gabinete da Assembleia Municipal Portimão a elaborei e assino, bem como os elementos componentes da Mesa da Assembleia Municipal de Portimão: -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

(Isabel Andrez Guerreiro)

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café)



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



P'la 2ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal

(José Júlio de Jesus Ferreira)